



Prefeitura de  
**Fortaleza**

# FORTALEZA2040

## EM AÇÃO



FORTALEZA2040

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA • INSERÇÃO PRODUTIVA, EMPREENDEDORISMO, EMPREGO E RENDA • CULTURA DE PAZ E SEGURANÇA CIDADÃ • URBANISMO E MOBILIDADE URBANA • MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA • SAÚDE • SEGURANÇA ALIMENTAR • ESPORTE E LAZER • IGUALDADE RACIAL • ASSISTÊNCIA SOCIAL • DIREITOS DA MULHER • JUVENTUDE • DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE • DIREITOS DA PESSOA IDOSA • DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA • DIREITOS LGBT • EDUCAÇÃO PÚBLICA • CULTURA E PATRIMÔNIO • CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO • MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO • SEGURANÇA HÍDRICA • ENERGIAS RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA • TURISMO • CONFECÇÕES • CONSTRUÇÃO CIVIL • ECONOMIA CRIATIVA • ECONOMIA DO MAR • NOVAS INDÚSTRIAS E SERVIÇOS AVANÇADOS • TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO • AGRICULTURA URBANA • DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL • DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

## Plano Fortaleza 2040

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

ANO **3**

Cataloguing in Publication (CIP) / Catalogação na Fonte  
Joseline Veras

Fortaleza 2040: Em Ação / Prefeitura Municipal de Fortaleza. - v.2, n.2,  
- Fortaleza: IPLANFOR, 2020- .

v2. : p. 163 ; il.; col.; 29 cm

ISSN: 2359-2621

1. Planejamento Estratégico. 2 Administração Pública. 3.Planejamento Participativo. I.Título. II. Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)

CDD: 658.4



# Prefeitura de Fortaleza

Gabinete do Prefeito  
**ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA**

Vice-Prefeitura  
**MORONI BING TORGAN**

Gabinete da Primeira Dama  
CAROLINA CUNHA BEZERRA

Chefia de Gabinete  
MARCELO JORGE BORGES PINHEIRO

Secretaria Municipal de Governo  
SAMUEL ANTÔNIO SILVA DIAS

Procuradoria Geral do Município  
JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão  
PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

Secretaria Municipal das Finanças  
JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO

Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos  
JOÃO DE AGUIAR PUPO

Secretaria Municipal da Infraestrutura  
ANA MANUELA MARINHO NOGUEIRA

Secretaria Municipal da Saúde  
JOANA ANGÉLICA PAIVA MACIEL

Secretaria Municipal da Educação  
ANTÔNIA DALILA SALDANHA DE FREITAS

Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente  
MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ

Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social  
ELPIDIO NOGUEIRA MOREIRA

Secretaria Municipal do Turismo  
RÉGIS NOGUEIRA DE MEDEIROS

Secretaria do Desenvolvimento Econômico  
MOSIAH DE CALDAS TORGAN

Secretaria Municipal da Cultura  
ANTONIO GILVAN SILVA PAIVA

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer  
FRANCISCO ARQUIMEDES RODRIGUES PINHEIRO

Secretaria Municipal da Segurança Cidadã  
ANTONIO AZEVEDO VIEIRA FILHO

Controladoria e Ouvidoria Geral do Município  
LUCIANA MENDES LOBO

Secretaria Regional I  
FRANCISCO RENNYS AGUIAR FROTA

Secretaria Regional II  
FERRUCCIO PETRI FEITOSA

Secretaria Regional III  
MARA JESSYKA BULÇÃO PIRES

Secretaria Regional IV  
FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA

Secretaria Regional V  
JOSÉ RONALDO ROCHA NOGUEIRA

Secretaria Regional VI  
DARLENE BRAGA ARAÚJO MONTEIRO

Secretaria Regional do Centro de Fortaleza  
FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE

Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental  
HOMERO CALS SILVA

Agência de Fiscalização de Fortaleza  
JÚLIO FERNANDES SANTOS

Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania  
FRANCISCO ARCELINO ARAÚJO LIMA

Coordenadoria Especial de Relações Internacionais e Federativas  
PATRICIA MARIA ALENCAR MONTEIRO DE MACEDO

Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza  
CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA

Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Fortaleza  
GEOVÂNIA SABINO MACHADO

Companhia de Transporte Coletivo  
CARLOS ALBERTO ALVES DE SOUSA

Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza  
ANTONIO FERREIRA SILVA

Fundação da Criança e Família Cidadã / Coordenadoria da Criança e do Adolescente  
GLÓRIA MARIA MARINHO GALVÃO

Guarda Municipal  
RÔMULO REIS DE ALMEIDA

Habitafor - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza  
OLINDA MARIA MARQUES DOS SANTOS

Instituto Dr. José Frota  
RIANE MARIA BARBOSA AZEVEDO

Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos  
FÁBIO SANTIAGO BRAGA

Instituto de Pesos e Medidas  
JOÃO MARCELO FERREIRA FACUNDO

Iplanfor - Instituto de Planejamento de Fortaleza  
EUDORO WALTER DE SANTANA

Instituto de Previdência do Município  
RICARDO CÉSAR XAVIER NOGUEIRA SANTIAGO

Ouvidoria Geral do Município de Fortaleza  
PAULO VENÍCIO MOREIRA DE PINHO

Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza  
RÉGIS RAFAEL TAVARES DA SILVA

Coordenadoria Especial de Articulação das Secretarias Regionais  
RENATO CÉSAR PEREIRA LIMA

Coordenadoria Especial de Articulação Política  
LÚCIO ALBUQUERQUE BRUNO FIGUEIREDO

Coordenadoria de Comunicação Social  
MOACIR MAIA DOS SANTOS

Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas  
MARTA MARIA DO SOCORRO LIMA BARROS GONÇALVES

Coordenadoria Especial de Participação Social  
GILBERTO COSTA BASTOS

Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude  
JÚLIO BRIZZI NETO

Coordenadoria de Programas Integrados  
REINALDO RIGAUD SALMITO

## **MEMBROS DAS CÂMARAS SETORIAIS DO PLANO FORTALEZA 2040**

### **CÂMARA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR**

**Coordenação:** Enilce V. Rocha (SDHDS)

**Articulação:** Sergio Romulo da Silva Pires (Iplanfor)

Ana Cecília S. B. Vasconcelos (Seuma)  
Ana Paula Freire Duarte (SDHDS)  
Andrea Maria Camerino Roberto (SDHDS)  
Belchior Torres do Nascimento (Seuma)  
Camila Siqueira dos Reis (SDHDS)  
Cleitiane Serpa (SDHDS)  
Cristina Alencar Nóbrega (SME)  
Cristina Cardoso (Funci)  
Gerídice de Moraes (SMS)  
Giovana Maria Mateus Costa Pereira (SDHDS)  
Gláucia Regina de Lima (Consea)  
Jamile Barbosa Guimarães de Vasconcelos (SDHDS)  
Maria Andrade Leite (SMS)  
Mariana Albuquerque (SDHDS)  
Priscila Alves Carneiro (SHDS)  
Priscila Caracas V. de Sousa (Fiec)  
Renata Custódio de Azevedo (SDHDS)  
Roberto Sérgio Barbosa dos Santos (CEPS)  
Sandra Maria de Sousa Silva Nascimento (SDHDS)  
Sandra Ramalho dos Santos (SMS)  
Silvia Cavalcante Figueiredo (Cosan)  
Verônica Meneses Santos Salviano (Consea)

### **CÂMARA DE CULTURA E PATRIMÔNIO**

**Coordenação:** Paola Braga de Medeiros (Secultfor)

**Articulação:** Gersica Goes (Iplanfor) e Natalia Saraiva (Iplanfor)  
Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Secultfor)  
Átila Alves da Rocha (Secretaria de Turismo)  
Cecília Faccio Vettorizi (Coordenadoria Especial da Juventude)  
Elza Ferreira Lima (Citinova)  
Leilane Maria Barros (Seuma)  
Luciano Bezerra (SME)  
Luizianne Natascha Barbosa da Silva (Coordenadoria Especial da Juventude)  
Manoela Fortes (Secretaria de Turismo)  
Patrícia Codevilla Carneiro (Secultfor (Secretária))  
Sandra Paula Araujo (SDE)

### **CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**Coordenação:** Paulo Francisco Barbosa Sousa (SDE)

**Articulação:** Lívia Fernandes (Iplanfor)  
Belchior Torres (Seuma)  
Ênio Giulano Girão (Embrapa)

Esmeraldo Bezerra (UFC)  
Gabriela de Sousa Dantas (SDE)  
Guilherme Muchale de Araújo (Fiec)  
Guilherme Teles Gouveia Neto (Seinfra)  
Iara Rodrigues (Iplanfor)  
Joseline Veras (Iplanfor)  
José Maria Freire (SDA)  
José Walter (IBGE)  
Luciano Ibiapino (SDE)  
Luiz Carlos de Araujo (SDE)  
Maria Cecy de Castro (Adece)  
Marina Cavalcante Hissa (Seuma)  
Pedro Henrique Martins Lopes (Adece)  
Rodrigo Pordeus (Agefis)  
Sandra Paula Araujo (SDE)  
Sérgio Gomes (SDHDS)  
Valternilo Bezerra (Citinova)

### **CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE**

**Coordenação:** Rojestiane Nobre (Seuma)

**Articulação:** Larissa Menescal e Rodolfo Sanford (Iplanfor)

Aline Soares Lima (Seuma)  
Ana Araújo Koelfat (Cogerh)  
Ana Claudia F. da Silva (Etufor)  
Andre Soares Lopes (Metrofor)  
Carlos Eduardo Freitas de Meneses (Iplanfor)  
Cristiano Ferrer (Coordenadoria Especial de Proteção e Defesa Civil)  
Davi Pacheco (Sindionibus)  
Emiliana Araújo Gifoni (SECSP)  
Felipe Vitoriano (Seuma)  
Iara Rodrigues (Iplanfor)  
Igor Pedroza (Iphan)  
Janderson Araujo (Agefis)  
José Roberto de Resende (Seinf)  
José Sá Rocha Junior (Sindionibus)  
Juliana Guerreiro (Metrofor)  
Leilane Maria Barros (Seuma)  
Lia Parente (Iplanfor)  
Luci Danielli Avelino de Sousa (Iphan)  
Luís Uchôa Pinho (Coordenadoria Especial de Proteção e Defesa Civil)  
Maria Águeda Muniz (Seuma)  
Maria Edilene Oliveira (Seuma)  
Mariana Gomes (SCSP)  
Marina Cavalcante Hissa (Seuma)  
Mickaelon Vasconcelos (CPRM)  
Rebeca Wilson (SCidades)  
Regina Costa e Silva (Seuma)  
Renata Oliveira (Seinf)  
Rodrigo Pordeus (Agefis)  
Roger Barreto Magalhães (Coordenadoria Especial de Proteção e Defesa Civil)  
Solange Feitosa (Seuma)  
Sueli Rodrigues (Seinf)  
Ticiane Gadelha Ponte (Seuma)  
Victor Macêdo (SCSP)  
Wellington Ranniery M. Lopes (Sindionibus)  
Williams Souza (Semace)  
William Cardoso Maciel (Uece)

### **CÂMARA DE ESPORTE E LAZER**

**Articulação:** Joana Kesselring (Iplanfor)  
Katharine Santos Vieira (Iplanfor)  
Amanda das Chagas Monteiro Aragão (Secel)  
Ana Claudia Araujo Frota (Sepog)  
Anna Paola (SDHDS)  
Carlos Veras Gomes (Urbfor)  
Dediane Souza (SDHDS)  
Edson Pinheiro (CEPPJ)  
Fabrício Siqueira (Secultfor)  
Irene Lima (Secel)  
Karine Nascimento (Secel)  
Leilane Maria Barros (Seuma)  
Luiza Torres (SDHDS)  
Marcelo Alexandre (SE)  
Marcia Oliveira (Seuma)  
Marcos Farias (Secel)  
Monica Dantas (SDHDS)  
Paulo Maciel (Coareg)  
Rudiney de Souza (Secel)  
Thiago Mafra (Seinf)  
Vanessa Duarte (Secel)  
Victor Macêdo (SCSP)

### **CÂMARA DE DIREITOS HUMANOS**

**Coordenação:** Dediane Souza (SDHDS)

**Articulação:** Rosana Rodrigues (Iplanfor)  
Anna Paola (SDHDS)  
Armando Silveira (Iplanfor)  
Brena Ferreira Gomes (Funci)  
Damião Rodrigues (Secel)  
Davi Santos Ferraz (CEPPJ)  
Edmário Pereira (SDHDS)  
Felipe Lopes (COEDIV)  
Francileuda Rodrigues Soares (SDHDS)  
Hélio Castro Lima Júnior (CEPPJ)  
José Marcelo Ferreira (Secel)  
Lia Parente (Iplanfor)  
Luiza Torres (SDHDS)  
Maria Adeilana Silva Lima (CEPPJ)  
Monica Dantas (SDHDS)  
Ósimo Câmara (Funci)  
Robson Torres (CEPPJ)  
Sérgio Gomes (Coordenadoria de Políticas Públicas para Pessoa Idosa)  
Sérgio Murilo Silva Granja (COPPIR)  
Silvana Fernandes Rodrigues (SME)

### **CÂMARA DE EDUCAÇÃO**

**Coordenação:** Lindalva Pereira Carmo, Hulda Barros Bastos e Iran Maia Nobre (SME)

**Articulação:** Ana Elisa Pinheiro Campêlo de Castro e Ellen Garcia da Silveira (Iplanfor)  
Luciano Gomes Bezerra (SME)  
Sandra (SME)  
Josete Sales (Uece)  
Aline Maria Gomes Lima (SME)  
Leniza Romero F. Quinderé (SME)  
Raimundo Nonato Nogueira Lima (CME)  
Sergio Bezerra e Silva (Conselheiro/SME)  
Maria Elza (Técnica da CEI)  
Eucilane Maria Murta da Silva (CME)

Francisca Lúcia Quitéria da Silva (CME)  
Maria Dorotéia Costa (CME)  
Maria Cristina Cardoso Bezerra (CME)  
Maria de Fátima Lemos (CME)  
Laniele Martins Carvalho (CME)  
Marcio Flavio Franco (CME)  
Esmeraldina Sampaio de Sousa (CME/REA)  
Francisca Silésia Diniz (CME)  
Francisco José Rodrigues (CME)  
Teresa Márcia Almeida da Silveira (Seduc)  
Maria do Socorro Sampaio Flores (Vila das Artes)  
Noemi Cordeiro (SME)  
Karla Eveline Barata de Carvalho (SME)  
Régia Delgado (Funci)  
Cristina Alencar (SME)  
Juliana Marina de Façanha Campos (Sinepe)  
Denilson Albano Portácio (Seduc)  
Solange Maria Alves Garcia (SME)  
Carla Freitas da Silva (SME/Cogeste)  
Alcileide de Oliveira Souza (SME)  
Mary Sandra Rebouças Alves (Distrito de Educação 1)  
Maria Luiza Oliveira Sena (Distrito de Educação 3)  
Glícia Bezerra de Menezes Valentim (Funci)  
Mitha Vasconcelos (SME)

#### **CÂMARA DE TIC E CTI**

**Coordenação:** Claudio Ricardo Gomes de Lima (Citinova)  
**Articulação:** Ana Claudia Teixeira e Pedro Teixeira de Araújo (Iplanfor)  
Alcídes Guerra (Sepog)  
Alex Amarante (Unifor)  
Almir Bittencourt (UFC)  
Cláudio Fernando B Melo (Etice)  
Edivaldo Castro (Citinova)  
Eduardo Freitas (Seinf)  
Elizete Gomes Lopes (Citinova)  
Erlemus Ponte Soares (SMS)  
Felipe José Gomes de Souza Teles (SMS)  
Germário Marcos Araújo (IFCe)  
Glaumer Fernandes (SME)  
Hermes Lima de Oliveira (SMS)  
Joaquim Firmino (Seinfra)  
Jorge Alberto Alcoforado (Sepog)  
José Eurico de Vasconcelos (Citinova)  
Leonardo de Alencar (Fiec)  
Luiz Augusto Hensel (SDE)  
Márcia Maria de Andrade Nunes (Seinfra-CE)  
Marta Menezes (Secitece)  
Paulo Henrique Aguiar (Sefin)

#### **CÂMARA DE TURISMO**

**Coordenação:** Erick Benevides de Vasconcelos (Setfor)  
**Articulação:** Rodolfo Sanford e Annia Saboya (Iplanfor)  
Atila Rocha (Setfor)  
Mário Fracalossi (Iplanfor)

#### **CÂMARA DE INCLUSÃO PRODUTIVA**

**Coordenação:** Valter Gomes (SDE)  
**Articulação:** Edilva Praciano (Iplanfor)  
Janderson Araujo de Brito (Agefis)

#### **CÂMARA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**Coordenação:** Fabiano Mesquita (Habitafor)  
**Articulação:** Armando Silveira e Natalia Saraiva (Iplanfor)  
Alex Jose Farias Protásio (Habitafor)  
Andre Daher (Seinf)  
Águeda Frota Ribeiro (Seuma)  
Paulo César Moraes de Sousa (Seinfra)  
Regina Costa e Silva (Seuma)

#### **CÂMARA DE SEGURANÇA CIDADÃ**

**Coordenação:** André Souza (Sesec)  
**Articulação:** Romulo Andrade da Silva (Iplanfor)  
Ana Amélia Paiva (Sesec)  
Andrea Moreira de A. Bezerra Lima (CPDrogas)  
Fabiola Farias Vasconcelos (Agefis)  
Germana Elisa Santos Rocha (Sesec)  
João Paulo Costa (Iplanfor)  
José Rubens Costa Lima (SMS)  
Lindalva Pereira Carmo (SME)  
Manoel Messias Moreira (Agefis)  
Marcus Aurelio Rocha Felix (Sesec)  
Maria das Dores Lima (SMS)  
Mônica Lopes (Sesec)  
Nélio Batista (SMS)  
Patricia Moreira (Sesec)  
Rudiney de Souza (Sesec)  
Solange M. Colares Gracia (SME)  
Tadeu Lustosa (Sejus)  
Tatiane Castro (Sesec)  
Terezinha Lima de Castro Vilar (SME)

#### **CÂMARA DE SANEAMENTO, ENERGIA E ÁGUA**

**Coordenação:** Ítalo Andrade (SCSP)  
**Articulação:** Dalila Menezes (Iplanfor)  
Albert Gradvohl (SCSP)  
Alfredo Serejo (SCSP)  
Andreha Menezes (SCSP)  
Caroline Almeida (SCSP)  
Francisco Josinete Araújo (Cagece)  
João José Hiluy Filho (UFC)  
Juarinda Barreira (Sema)  
Leandro Rocha (Agefis)  
Leilane Maria Barros (Seuma)  
Lindomar Freitas (Cagece)  
Marcus Aurelio Rocha Felix (Sesec)  
Maria de Fatima Eugenio (SCSP)  
Mário Fracalossi (Iplanfor)  
Mickaelon Vasconcelos (CPRM)  
Soraya Maria Rangel Borges (SCSP)  
Tarcísio Lemos Pereira Leite (Agefis)  
Tatiana Câmara Duarte (Cagece)

Tattyanna Diogo (Coareg)  
Viviane Gomes Monte (Sema)  
Wigor Florencio (SCSP)

#### **CÂMARA DE SAÚDE**

**Coordenação:** Marta Dulcélia Gurgel Ávila (SMS)  
**Articulação:** Graça Lessa (Iplanfor)  
Ana Estela Fernandes Leite (SMS)  
Maria Auxiliadora Rozendo da Silva Tavares (SMS)  
Erlemus Ponte Soares (SMS)  
Felipe José Gomes de Souza Teles (SMS)  
Edilva Praciano (Iplanfor)  
Juliana Sena (Iplanfor)

#### **CÂMARA DE GOVERNANÇA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**Coordenação:** Phillipe Nottingham (Sepog)  
**Articulação:** João Paulo Costa (Iplanfor)

#### **Comissão de Desenvolvimento da Gestão Pública**

Adriana Grespan (Sepog)  
Ana Elisa Pinheiro Campelo de Castro (Iplanfor)  
Aparecida Façanha (Sepog)  
Christina Machado (Sepog)  
Jose Carlos Gomes de Freitas Teixeira (Sepog)  
Katharine Santos Vieira (Iplanfor)

#### **Comissão de Desenvolvimento da Gestão Fiscal**

Adriana Islaia Carneiro Leal (Sefin)  
Fernando José da Silveira Marinho (Sefin)  
José Renato Frota Ribeiro (Sefin)  
Marcelo Carneiro (Sepog)  
Valeria Moraes Lopes (PGM)

#### **Comissão de Desenvolvimento da Gestão da Previdência Municipal**

Noeme Milfont (Sepog)  
Renata Moraes Duarte Serpa (IPM)

#### **Comissão de Informação e Conhecimento**

Adriana Grespan (Sepog)  
Ana Claudia Teixeira (Iplanfor)  
Antônio Augusto Ferreira de Oliveira (Sefin)  
Claudia Leitão (Iplanfor)  
Cláudio André Gondim Nogueira (Ipece)  
Flávia Renata Moraes e Lima (Iplanfor)  
Flora Teles (Imparh)  
Francisco Edivaldo Brito de Castro (Citinova)  
Freire Júnior (Ipece)  
Jeferson Peixoto (CGM)  
João Alcides de Oliveira Guerra (Sepog)  
Jorge Alberto Alcoforado (Sepog)  
Juliana Castro Mota (CGM)  
Paulo Henrique Aguiar (Sefin)

Salmira Braga Paiva Martins (Imparh)  
Vanessa Câmara (CGM)

#### **Comissão da Reforma Administrativa**

Francisco Carlos Bezerra e Silva (Cacá) (Iplanfor)  
Gilmara Paranhos (Sepog)  
Lilian Fontele (Coareg)  
Lucineide Alves da Silva (Sepog)  
Raimundo Almeida Neto (PGM)  
Renato Lima (Coareg)

#### **Comissão da Governança do Fortaleza 2040**

Francisco Carlos Bezerra e Silva (Cacá) (Iplanfor)  
Mário Fracalossi Junior (Iplanfor)  
Samarkandra Maria Bandeira (Sepog)

#### **Comissão de institucionalização e atualização de Marcos Legais**

Américo Tadeu Falcone Sampaio (Sepog)  
Katharine Santos Vieira (Iplanfor)  
Lucineide Alves da Silva (Sepog)  
Luiza Mota de Moraes (Sepog)  
Marcela Vilanova (PGM)  
Raimundo Almeida Neto (PGM)  
Renata Rodrigues Ximenes (CGM)  
Roberto Sérgio Barbosa dos Santos (CEPS)  
Sílvia Maria Bezerra Gomes da Silva (Iplanfor)  
Thiala Cassia Cavalcanti (Citinova)

#### **Comissão de Participação e Controle Social**

Adriana Grespan (Sepog)  
Alfredo Rogério Gomes de Brito (CEPS)  
Fátima Rebouças (CEPS)  
João Luis de Andrade de Holanda (CEPS)  
João Paulo de Almeida Costa (Iplanfor)  
Luiza Mota de Moraes (Sepog)  
Márcia Edilene S. Oliveira (Seuma)  
Roberto Sérgio Barbosa dos Santos (CEPS)  
Rosinete de Oliveira Ferreira dos Santos (CEPS)

#### **Comissão de Comunicação e Transparência**

Izaíra Maria Cabral Moreira (CEPS)  
Alex Andrey dos Santos Carvalho (CEPS)  
Alfredo Rogério Gomes de Brito (CEPS)  
Américo Tadeu Falcone Sampaio (Sepog)  
Ariana Falcão da Silva (CGM)  
Diogo de Matos Pereira (Sepog)  
Janaina Pompeu Barreira Ferreira (CEPS)  
João Luis de Andrade de Holanda (CEPS)  
John Herbert Marques da Silva (CEPS)  
Juliana Castro Mota (CGM)  
Moacir Maia dos Santos (Segov)  
René Santiago Gonçalves Pessoa (CEPS)  
Suzana de Oliveira Mesquita (CEPS)  
Valberto Alves Abreu (Sefin)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**Adece** - Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará

**Aeac** - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará

**Agefis** - Agência de Fiscalização de Fortaleza

**AMC** - Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania

**Cagece** - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

**CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial

**CCDS** - Conselhos Comunitários de Defesa Social

**CMAS** - Conselho Municipal de Assistência Social

**CEPPJ** - Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude

**CEPS** - Coordenadoria Especial de Participação Social

**Cerif** - Coordenadoria Especial de Relações Internacionais e Federativas

**CEU's** - Centro de Artes e Esportes Unificados

**CGM** - Controladoria e Ouvidoria Geral do Município

**CIC** - Culturais Inteligentes e Criativos

**CID** - Classificação Internacional de Doenças

**Citinova** - Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza

**CMAS** - Conselho Municipal de Assistência Social

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**Coareg** - Coordenadoria Especial de Articulação das Secretarias Regionais

**Cocap/ Comed** - Coordenadoria de Capacitação Permanente / Coordenadoria de Mediação de Conflitos

**Cogerh** - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

**Consea** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**Copedef** - Coordenadoria Especial de Pessoas com deficiência de Fortaleza

**Cosan** - Coordenadoria de Saneamento

**Covis/ SMS** - Coordenadoria de Vigilância em Saúde / Secretaria Municipal de Saúde

**CPDrogas** - Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas

**CPRM** - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

**Cras** - Construção do Centro de Referência da Assistência Social

**Crea** - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

**CTI** - Ciência, Tecnologia e Inovação

**Cucas** - Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte

**Datusus** - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

**Diart** - Diretoria de Articulação e Integração de Políticas

**Diobs** - Diretoria do Observatório da Governança Municipal

**DOM** - Diário Oficial do Município

**Embrapa** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**Enem** - Exame Nacional no Ensino Médio

**Etice** - Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará

**Etufor** - Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza

**Fiec** - Federação das Indústrias do Estado do Ceará

**Finbra** - Finanças do Brasil

**Funcap** - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**Funceme** - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

**Funci** - Fundação da Criança e da Família Cidadã

**GGI** - Gabinete de Gestão Integrada

**Habitafor** - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza

**Ibama** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano

**IFCE** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

**IJF** - Instituto Dr. José Frota

**IPCA** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**Iphan** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Iplanfor** - Instituto de Planejamento de Fortaleza

**IPM** - Instituto de Previdência do Município

**IPTU** - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

**Inepe** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**LGBT** - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

**Loas** - Lei Orgânica da Assistência Social

**MAPP** - Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários

**MEC** - Ministério da Educação

**Metrofor** - Metropolitano de Fortaleza

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**Oscip** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

**P&D** - Pesquisa e Desenvolvimento

**Paic** - Programa Alfabetização na Idade Certa

**Paif** - Proteção e Atendimento Integral à Família

**Paitt** - Programa de Ações Imediatas em Transporte e Trânsito

**PBF** - Plano Intersetorial do Programa Bolsa Família

**PGM** - Procuradoria Geral do Município

**PGRS** - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

**PIB** - Produto Interno Bruto

**Pirf** - Plano Integrado de Regularização Fundiária

**Pisf** - Projeto de Integração do Rio São Francisco

**PMF** - Prefeitura Municipal de Fortaleza

**PNADC** - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua

**PPC** - Paridade do Poder de Compra

**PSF** - Programa Saúde na Família

**RMF** - Região Metropolitana de Fortaleza

**Saeb** - Sistema de Avaliação da Educação Básica

**SCSP** - Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos

**SCN** - Sistema de Contas Nacionais

**SDA** - Secretaria do Desenvolvimento Agrário

**SDE** - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

**SDHDS** - Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

**Seapa** - Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura

**SCidades** - Secretaria das Cidades

**Secel** - Secretaria Municipal do Esporte e Lazer

**Secitece** - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

**Secult** - Secretaria de Cultura do Estado do Ceará

**Secultfor** - Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza

**SDE** - Secretaria do Desenvolvimento Econômico

**Seduc** - Secretaria da Educação do Ceará

**Sefin** - Secretaria Municipal de Finanças

**Segov** - Secretaria Municipal de Governo

**Seinf** - Secretaria Municipal da Infraestrutura

**Seinfra** - Secretaria da Infraestrutura do Ceará

**Sejus** - Secretaria da Justiça e Cidadania

**Sema** - Secretaria do Meio Ambiente

**Semace** - Superintendência Estadual do Meio Ambiente

**Sepog** - Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Sesec** - Secretaria Municipal da Segurança Cidadã  
**Setfor** - Secretaria do Turismo de Fortaleza  
**Seuma** - Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente  
**SIGA 2040** - Sistema de Gestão e Acompanhamento do Plano Fortaleza 2040  
**SIM** - Sistema de Informações sobre Mortalidade  
**Sinasc** - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos  
**Sindionibus** - Sindicato das empresas de Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros do Estado do Ceará  
**SIS** - Sistema de Indicadores Sociais  
**SME** - Secretaria Municipal da Educação  
**SMS** - Secretaria Municipal da Saúde  
**SNIS** - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
**SR** - Secretaria Regional  
**SSB** - Sistemas Superintensivos com Bioflocos  
**SSPDS** - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social  
**Suas** - Sistema Único da Assistência Social  
**TIC** - Tecnologia, Inovação e Comunicação  
**UBS** - Unidades Básicas de Saúde  
**UD** - Unidades Demonstrativas  
**Uece/Favet** - Universidade Estadual do Ceará / Faculdade de Veterinária  
**UFC** - Universidade Federal do Ceará  
**UFC/Nepau** - Universidade Federal do Ceará/Núcleo de Ensino e Pesquisa de Agricultura Urbana  
**Unesco/UNNC** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Rede Mundial de Cidades Criativas  
**Unicef** - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
**Unichristus** - Centro Universitário Christus  
**Unifor** - Universidade de Fortaleza  
**Urbfor** - Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza  
**Zeis** - Zona Especial de Interesse Social  
**ZEPH** - Zona Especial de Patrimônio Histórico

## FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

**Figura 1** - Progresso Geral  
**Figura 2** - Plano do Corredor de Urbanização do Metrofor Linha Sul-Centro  
**Figura 3** - Plano da Esplanada Cultural/Praia de Iracema  
**Figura 4** - Plano do Corredor de Urbanização da Avenida Aguanambi  
**Figura 5** - Sistema de Bondes Elétricos  
**Figura 6** - Corredor Orbital  
**Figura 7** - Plano Urbanístico da Praia do Futuro e Cais do Porto  
**Figura 8** - Plano do Corredor do Riacho Maranguapinho  
**Figura 9** - Mapa das Funções Ecológicas  
**Figura 10** - Clusters de Atividades do Distrito de Inovação em Saúde  
**Figura 11** - Plano Urbanístico para o Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu  
**Figuras 12** - Imagens do lançamento de esgoto in natura na lagoa, por meio do sistema de drenagem.  
**Figura 13** - Mapa de zoneamento proposto para a Lagoa de Porangabussu  
**Figura 14** - Perímetro do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu  
**Figura 15** - Percentual de Implantação por Secretaria Regional  
**Figura 16** - Ações realizadas pelo PSE  
**Figura 17** - Distribuição das Uaps por Secretaria Regional  
**Figura 18** - Projeto do Hospital da Criança  
**Figura 19** - Capacidade Instalada Raps por Secretaria Regional  
**Figura 20** - Salas de Situação Implantadas por Secretaria Regional  
**Figura 21** - Implantação do Google Earth nas Salas de Situação (por Regional)  
**Figura 22** - Ações Educativas realizadas na Cidade  
**Figura 23** - Perímetro do Distrito Criativo de Fortaleza  
**Figura 24** - Distribuição Percentual dos Recursos por eixos no PPA-2018-2021  
**Figura 25** - Territórios segundo a nova cartografia  
**Figura 26** - Regionais segundo a nova cartografia

**Gráfico 1** - Estágio de Execução das Ações  
**Gráfico 2** - Evolução da Matrícula na Rede Municipal - 2012-2019 e previsão para 2020  
**Gráfico 3** - Ideb - Anos Iniciais - 5o. ano  
**Gráfico 4** - Ideb - Anos Finais - 9o. ano  
**Gráfico 5** - Evolução das Escolas de Tempo Integral - 2013/2019 e previsão para 2020  
**Gráfico 6** - Distorção Idade-Série nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental (2012 a 2018)  
**Tabela 1** - Ações por Plano  
**Tabela 2** - Evolução da Matrícula da Educação de Tempo Integral - 2012-2019  
**Tabela 3** - Resumo do Orçamento 2018-2021 orientado pelo Plano Fortaleza 2040  
**Tabela 4** - Estruturação das Câmaras Setoriais  
**Tabela 5** - Resumo do Processo de Participação

# Sumário

## FORTALEZA2040

ANO  
**3**

### EDIÇÕES IPLANFOR SÉRIE FORTALEZA 2040

#### Coordenação Editorial

Ellen Garcia da Silveira  
Francisco Carlos Bezerra e Silva

**Projeto Gráfico:** Ademar Assaoka

**Diagramação:** José Antonio Ribeiro  
Filho

**Revisão Ortográfica:** Daniela  
Nogueira

**Fotos:** Prefeitura de Fortaleza

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução de dados e de informações contidas nesta publicação, desde que citada a fonte.

### EQUIPE TÉCNICA IPLANFOR

#### Superintendente:

Eudoro Walter de Santana

#### Superintendente Adjunto:

Mario Fracalossi Jr.

#### Diretoria:

Ana Claudia Teixeira  
Claudia Sousa Leitão  
Juliana Mara Sena  
Lia de Souza Parente  
Maria Cidrack Vieira

#### Textos:

Ellen Garcia da Silveira  
Francisca Dalila Menezes  
Vasconcelos  
Francisco Carlos Bezerra e Silva  
Haroldo Lopes Soares Filho  
Iara Silvia Rodrigues de Oliveira  
Lia de Souza Parente  
Maria das Graças G. Lessa

#### Apuração de Indicadores:

Anderson Passos Bezerra  
Rômulo Andrade da Silva

#### Sistematização de Dados SIGA 2040

Pedro Teixeira

#### Apoio:

Bruno Casely C. Medeiros  
Francisca Maria da Silva Fava  
João Paulo Almeida Costa  
Joseline da Rocha Veras  
Morgana Pinto Medeiros  
Sávio de Freitas Bezerra

## 10 APRESENTAÇÃO

## 12 EVOLUÇÃO DAS METAS

## 36 EIXO 0 EQUIDADE TERRITORIAL SOCIAL E ECONÔMICA

## 48 EIXO 1 CIDADE CONECTADA, ACESSÍVEL E JUSTA

## 66 EIXO 2 VIDA COMUNITÁRIA, ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR

## 100 EIXO 3 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DO CONHECIMENTO

## 114 EIXO 4 QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

## 124 EIXO 5 DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO PRODUTIVA

## 140 EIXO 6 GOVERNANÇA MUNICIPAL





## 0 Equidade territorial, social e econômica

- Plano de Habitação de Interesse Social
- Plano de Regularização Fundiária
- Plano de Segurança Cidadã e Cultura de Paz
- Plano de Inserção Produtiva, Empreendedorismo, Emprego e Renda

## 1 Cidade conectada, acessível e justa

- Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade Urbana
- Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana

## 2 Vida comunitária, acolhimento e bem-estar

- Plano da Saúde
- Plano de Segurança Alimentar e Nutricional
- Plano de Esporte e Lazer
- Plano da Igualdade Racial
- Plano da Assistência Social
- Plano da Mulher
- Plano da Juventude
- Plano da Criança e do Adolescente
- Plano dos Direitos da Pessoa Idosa
- Plano dos Direitos LGBT
- Plano da Pessoa com Deficiência

## 3 Desenvolvimento da cultura e do conhecimento

- Plano de Educação Pública
- Plano de Cultura e Patrimônio
- Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação

## 4 Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais

- Plano de Meio Ambiente e Saneamento
- Plano de Segurança Hídrica
- Plano de Energias Renováveis e Eficiência Energética

## 5 Dinamização econômica e inclusão produtiva

- Plano de Turismo
- Plano de Confeções
- Plano de Construção Civil
- Plano de Economia Criativa
- Plano de Economia do Mar
- Plano de Novas Indústrias e Serviços Avançados
- Plano de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Plano de Agricultura Urbana

## 6 Governança municipal

- Plano de Desenvolvimento da Gestão Pública Municipal
- Plano de Participação e Controle Social na Gestão Pública

# Apresentação

O Plano Fortaleza 2040, entregue à sociedade em dezembro de 2016 pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza – Iplanfor, é um instrumento que orienta o desenvolvimento da cidade para os próximos 23 anos (2017-2040), constituído de 33 planos setoriais nas mais diversas áreas, tendo como principal objetivo a redução das desigualdades econômicas e sociais.

O Relatório Fortaleza 2040 em Ação – Ano 3 reúne informações para o monitoramento e a avaliação do Plano Fortaleza 2040, assim como apresenta os avanços na implantação da governança proposta pelo Eixo 6, nas dimensões legal, institucional, territorial e da participação social.

O Relatório Fortaleza 2040 em Ação – Ano 3 está subdividido da seguinte forma:

1. Análise quantitativa e qualitativa das 27 metas gerais do Plano Fortaleza 2040.

O Relatório contém, em sua primeira parte, o monitoramento das 27 metas gerais do Plano, que se subdividem em indicadores ligados a diversas áreas, como renda, emprego, desigualdade social, segurança e violência, educação e ciência e tecnologia, saúde, esgotamento, áreas verdes, energia e inovação.

2. Acompanhamento, por Eixos do Fortaleza 2040, da implementação dos Planos Setoriais.

O Relatório organiza, de acordo com os sete eixos do Plano Fortaleza 2040, o atual estágio de implementação de cada um dos planos componentes do eixo destacando as ações já em implementação pelo Poder Público Municipal durante a execução do primeiro quadriênio. Para tanto, utiliza os dados disponibilizados pelo Sistema de Acompanhamento do Plano Fortaleza 2040 – Siga 2040, ferramenta gerenciada pelas Câmaras Setoriais, para apresentar sua evolução por meio de:

- Velocímetros demonstrativos da execução dos Planos Setoriais, de acordo com o sistema Siga 2040;
- Fichas de Acompanhamento de cada Plano Setorial, apresentando as ações priorizadas por Câmara Setorial;
- Projetos e Ações de destaque em cada Eixo.

Outro ponto em destaque neste relatório são os projetos especiais que estão sendo acompanhados e/ou executados pelo Iplanfor, a saber: Viva@Porangabussu (Distrito de Inovação em Saúde); Distrito Criativo de Fortaleza (ligado ao Plano de Economia Criativa) e os Planos Integrados de Regularização Fundiária – Pirfs das 10 Zonas Especiais de Interesse Social priorizadas pela gestão municipal (de acordo com o Eixo 0 do Plano Fortaleza 2040).

Dessa forma, o Relatório Fortaleza 2040 em Ação – Ano 3 dá continuidade ao monitoramento e à avaliação das ações e metas gerais de cada um dos Planos Setoriais do Plano Fortaleza 2040, buscando

atingir o seu principal objetivo, que é o de transformar Fortaleza em uma cidade mais justa, acolhedora, de oportunidades e sustentável, buscando, por meio deste Relatório, o acompanhamento e o controle social.

## **O PLANO FORTALEZA 2040**

O Plano Fortaleza 2040 teve sua elaboração concluída em dezembro de 2016 depois de três anos de exaustivos trabalhos, estudos e discussões com a sociedade, que definiram o conjunto de estratégias a serem priorizadas para o alcance de seus objetivos.

Apresenta-se como um conjunto de 33 planos para as diferentes políticas, integrados na construção da cidade desejada, organizados em 7 grandes eixos

estratégicos que traduzem os objetivos a perseguir no enfrentamento aos grandes desafios identificados durante a sua elaboração.

No seu conjunto, o Plano define 27 grandes metas distribuídas entre metas sociais, econômicas, ambientais e fiscais cujos indicadores vêm sendo acompanhados pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza – Iplanfor.

O Iplanfor, na sua atribuição de gerir e acompanhar o Plano, também é o órgão responsável por articular as instituições executoras das ações propostas por meio das Câmaras Setoriais e de apoiar a elaboração de Agendas Territoriais para a priorização das ações propostas nas 39 unidades de planejamento por meio dos Fóruns Territoriais.

## EVOLUÇÃO DAS METAS





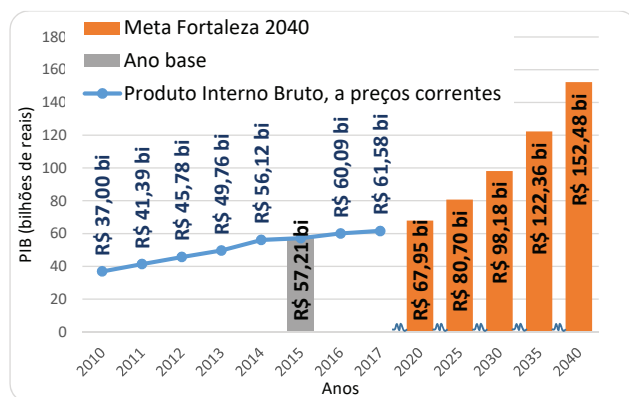
A visão de futuro que expressa o grande objetivo do Plano Fortaleza 2040 foi traduzida em metas que se utilizam de indicadores para medir a evolução da realidade econômica, social e ambiental nas próximas décadas. O alcance das metas, por sua vez, está relacionado à efetiva implementação dos planos propostos nas diversas áreas de intervenção capazes de promover as mudanças do ponto de partida do Plano (Fortaleza Hoje – 2016) para a Fortaleza que Queremos (2040).

Embora as metas e seus indicadores sejam bem concretos e específicos, tratando das dimensões econômica, social e ambiental, o alcance de cada uma depende do desempenho das outras, resultado de um processo combinado e sistêmico de desenvolvimento. Por outro lado, as mudanças e as melhorias, em cada indicador, avançam de forma lenta nos primeiros anos, devido às inércias e ao ritmo de maturação das ações e seus impactos na realidade, ganhando velocidade e amplitude na medida em que se distanciam do presente, principalmente a partir de 2025, data em que se projeta a consolidação na implementação do Plano.

A seguir são atualizados os indicadores de cada uma das 27 metas comparando o seu valor no ano-base utilizado como ponto de partida com a última medição possível, aferindo-se a sua variação em números absolutos e percentuais. Também se faz uma comparação da situação de Fortaleza no ranking das capitais brasileiras.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

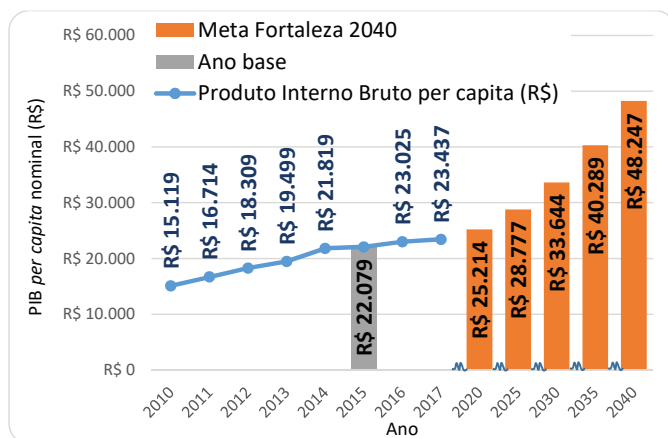
**Meta 1** Elevação do Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, de R\$ 57,21 bilhões (2015) para R\$ 152,57 bilhões, em 2040 (nominal).



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	R\$ 57,21 equivalente a (R\$63,39) <sup>1</sup> bi	9 <sup>a</sup>	2017	↓ R\$ 61,58 bi	→ 9 <sup>a</sup>	R\$ -1,81 bi (-2,86%) <sup>1</sup>

**Indicador:** Valor do Produto Interno Bruto de Fortaleza em R\$, a preços correntes. Representa o valor dos bens e serviços finais produzidos no município durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas. Fonte: IBGE/SNC, periodicidade anual e defasagem de 2 anos para a série dos PIB's municipais. <sup>1</sup> Comparação entre anos pelo PIB real a preços de 2017, IPCA de Fortaleza.

**Meta 2** Elevação do Produto Interno Bruto per capita, a preços de 2015, de R\$ 22.079,00 (2015) para R\$ 48.247,00, em 2040 (nominal).

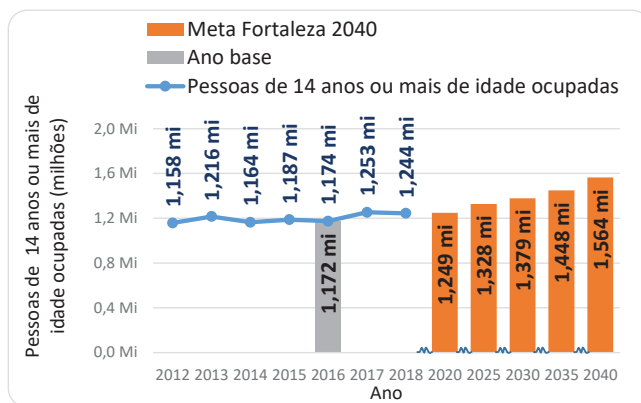


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	R\$ 22.093 (R\$24.464) <sup>1</sup>	22 <sup>a</sup>	2017	↓ R\$23.437	↑ 21 <sup>a</sup>	R\$ -1.027 (-4,20%) <sup>1</sup>

**Indicador:** Valor do Produto Interno Bruto per capita de Fortaleza em R\$, a preços correntes. Representa os bens e serviços finais produzidos no município durante o ano, dividido pelo total da população residente. Fonte: IBGE/SNC, periodicidade anual e defasagem de 2 anos para a série dos PIB's municipais. <sup>1</sup> Comparação entre anos pelo PIB real a preços de 2016, IPCA de Fortaleza.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

## Meta 3.1 Aumento da população de 14 anos ou mais de idade ocupada de 1,17 milhão, (2016) para 1,56 milhão, em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	1.172.068	6ª	2018	↑ 1.244.403	→ 6ª	70.335 (+6,2%)

**Indicador:** Número de pessoas com 14 anos ou mais de idade ocupadas em Fortaleza. São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Fonte: IBGE/PNADC, periodicidade anual.

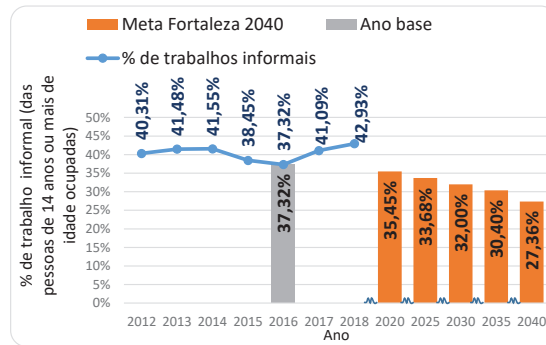
## Meta 3.2 Redução da taxa de desemprego (14 anos ou mais de idade) (%)\*.

Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	11,76%	14ª	2018	↑ 11,20%	↑ 7ª	-0,56% (-4,76%)

**Indicador:** Taxa de desemprego de pessoas com 14 anos ou mais de idade. A taxa de desemprego ou desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade é calculada como a proporção de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas em um determinado grupo etário, ou seja, o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho. Considera-se, pelo IBGE: "são classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência." Fonte: IBGE/PNADC, periodicidade anual. \* Não é meta citada no Plano Fortaleza 2040 Vol. 1

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

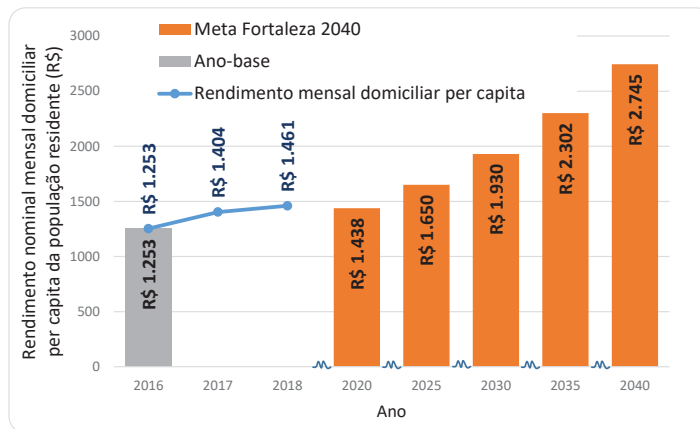
**Meta 4** Redução da proporção de trabalhos informais de 37,32% (2016) para cerca de 27,36%, em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	37,23%	20 <sup>a</sup>	2018	↓ 42,93%	↓ 21 <sup>a</sup>	5,61% (+15,03%)

**Indicador:** Percentual de pessoas ocupadas na informalidade em relação ao total ocupadas, com 14 anos ou mais de idade. O IBGE considera: trabalho formal como a condição compreendida pelos empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares, trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social. O trabalho informal como sendo a condição compreendida pelos empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores que não contribuem para a previdência social e trabalhadores familiares auxiliares. Trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso. Fonte: IBGE/PNADC, periodicidade anual.

**Meta 5** Elevação do rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 1.253,00 (2016) para cerca de R\$ 2.745,00, em 2040.



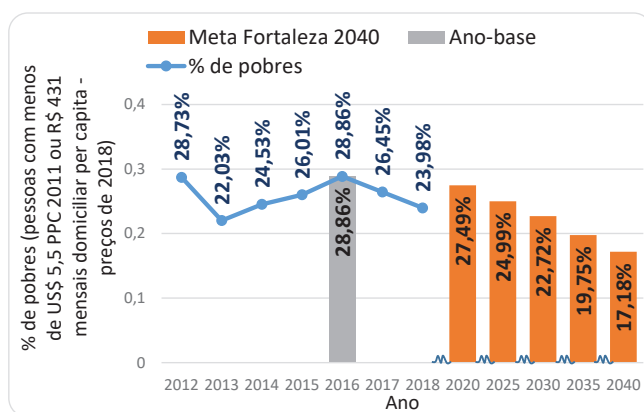
Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	R\$ 1.253,00	17 <sup>a</sup>	2018	↑ R\$ 1.460,00	↓ 18 <sup>a</sup>	R\$ 207,61(+16,57%)

**Indicador:** Rendimento nominal mensal domiciliar per capita. O rendimento domiciliar per capita é composto pelo total dos rendimentos efetivos do trabalho e pelo total dos rendimentos de outras fontes, divididos pelo número de moradores (excluindo os moradores nas condições de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos). Fonte: IBGE/PNADC, periodicidade anual.



# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

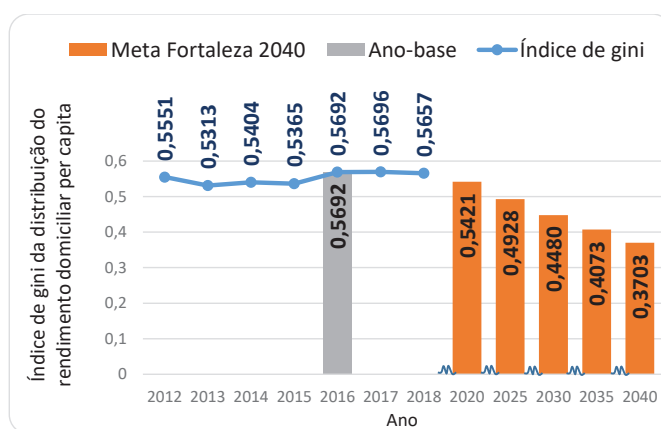
**Meta 6** Redução da pobreza (proporção da população com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$5,5 por dia, equivalente a R\$ 397 por mês) de 27,5% (2016) para 16,37%, em 2040.<sup>3</sup>



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	28,86%	23 <sup>a</sup>	2018	↑ 23,98%	↑ 16 <sup>a</sup>	-4,88% (-16,91%)

**Indicador:** Proporção da população com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$5,5 por dia, equivalente a R\$ 431 por mês, para Fortaleza-CE, a preços de 2018. Representa a proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional. Fonte: IBGE/PNADC anual. <sup>3</sup>Não é a mesma linha de corte da pobreza considerada originalmente no volume 1, a mudança ocorrida se adequa ao ODS 1.2.1. Fonte: IBGE/PNADC, periodicidade anual.

**Meta 7** Redução das desigualdades sociais por meio do Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, de 0,55 em 2016 para 0,36, ao final de 2040.

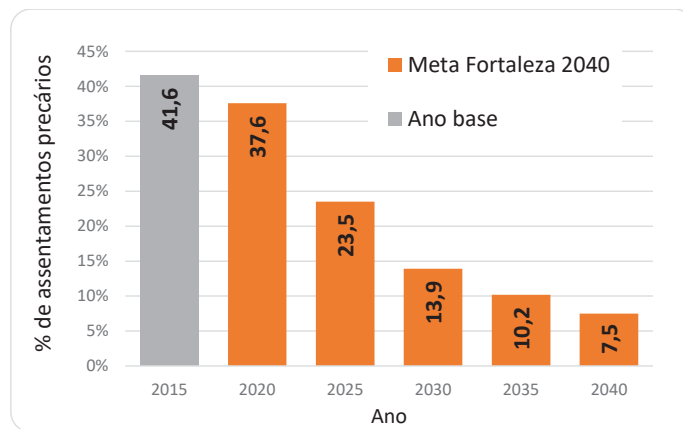


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	0,5692	24 <sup>a</sup>	2018	↑ 0,5657	↑ 20 <sup>a</sup>	0,014 (+2,48%)

**Indicador:** Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita. O índice de Gini varia de 0 a 1, de modo que quanto mais próximo de 1 a população é mais desigual em renda, e quanto mais próximo de 0 menos desigual. Fonte: IBGE/PNADC, periodicidade anual.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

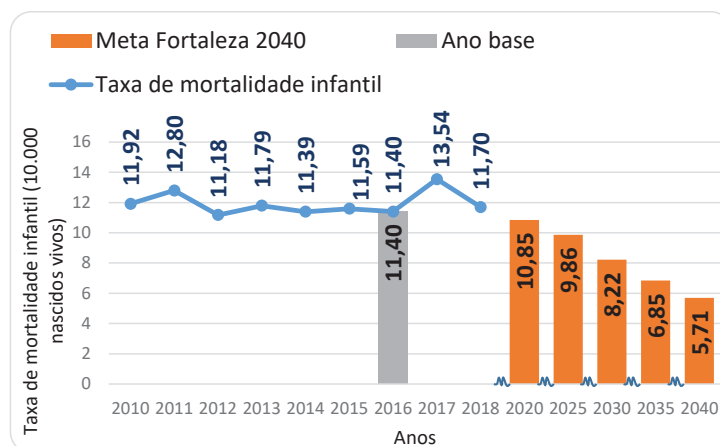
**Meta 8** Redução do percentual da população que vive em assentamentos precários de 41,6% (2015) para cerca de 7,5% (2040).



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	41,6	-	-	-	-	-

**Indicador:** Proporção da população que está exposta a condições precárias de habitação. Não foi encontrada base pública para acompanhamento nem pesquisas sobre a situação atual. Fonte e periodicidade a depender de pesquisa.

**Meta 9** Redução da mortalidade infantil de 11,40 óbitos em mil nascidos vivos (2016) para 5,71 em mil nascidos vivos, em 2040.

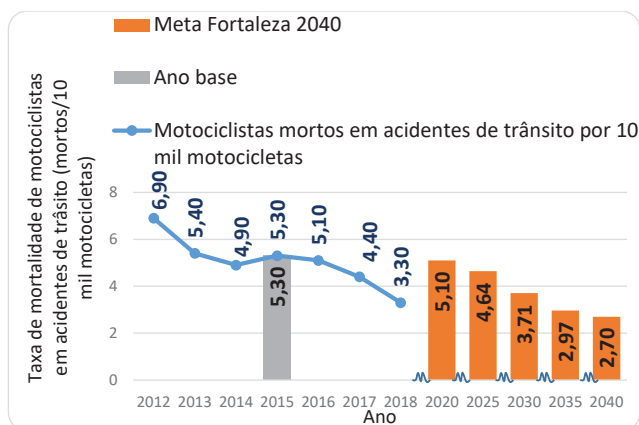


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	11,4	10 <sup>a</sup>	2018	↓ 11,7	↓ 16 <sup>a</sup>	0,3 (+2,63%)

**Indicador:** Taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano). Representa o número de óbitos em crianças menores de um ano de idade, por mil (1.000) nascidos vivos, na população residente, no ano considerado. Estima o risco de morte de crianças durante o seu primeiro ano de vida. Fonte: DATASUS, periodicidade anual. \*Resultado preliminar.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

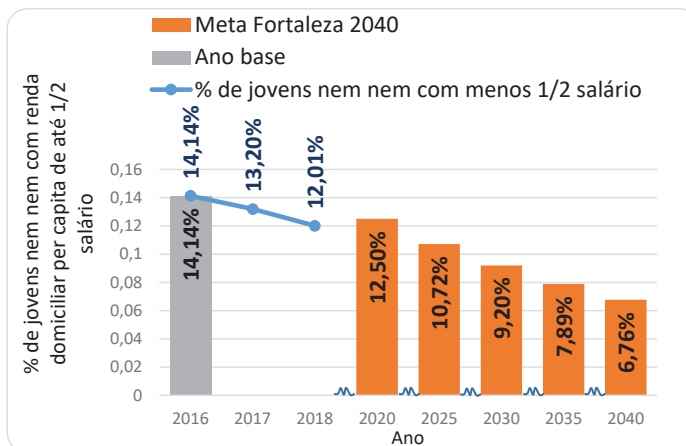
**Meta 10** Redução da taxa de mortalidade de motociclistas em acidentes de trânsito (por 10 mil motocicletas) de 5,3 em 2015 para 2,7 em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	5,3	-	2018	↑ 3,3	-	-2 (-37,74%)

**Indicador:** Taxa de mortalidade de motociclistas em acidentes de trânsito (a cada 10 mil motocicletas). Estima o risco de morte ocasionadas por acidentes de trânsito na cidade, o número de mortes de motociclistas em acidentes de trânsito para cada 10 mil motocicletas. Fonte: Relatório Anual do Observatório de Segurança Viária de Fortaleza. Fonte: Observatório de Segurança Viária de Fortaleza, SIM/DATASUS, IBGE, periodicidade anual. \*Resultado preliminar.

**Meta 11** Redução de jovens que não estudam, não trabalham e com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo de 14,29% (2016) para 2,61%, em 2040.

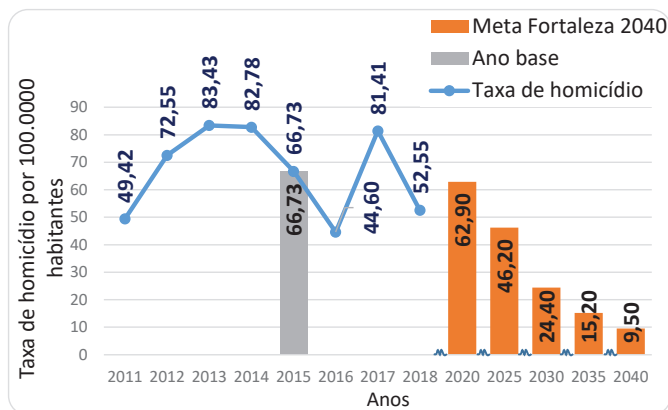


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	14,14%	22 <sup>a</sup>	2018	↑ 12,01%	↑ 14 <sup>a</sup>	-2,13% (-15,06%)

**Indicador:** Proporção de jovens entre 15 e 29 anos com renda domiciliar per capita até 1/2 salário mínimo que não estudam e nem trabalham. Representa a proporção da população jovens (15 a 29 anos) em situação de vulnerabilidade social. Fonte: IBGE/PANDc, periodicidade anual.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

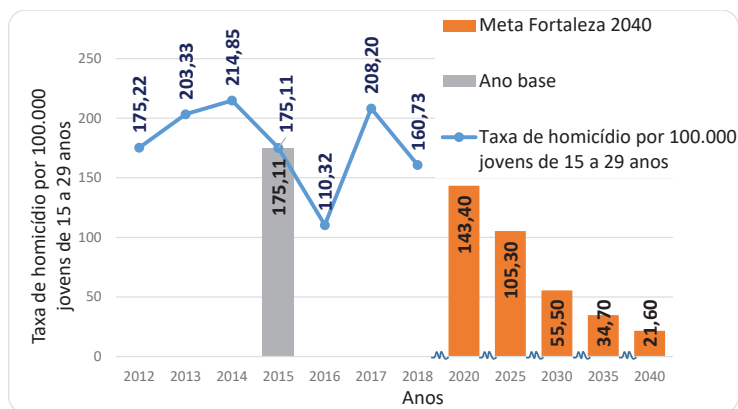
**Meta 12** Redução do índice de violência (taxa de homicídio, em cem mil habitantes) de 66,73 (2015) para 9,5, em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	66,73	26 <sup>a</sup>	2018	↑ 52,55	25 <sup>a</sup>	-14,18 (-21,25%)

**Indicador:** Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes). Representa o número de homicídios por 100.000 habitantes. Calculado a partir da soma dos óbitos relacionados as categorias CID -10: X85 até a Y09 e Y36 e Y36, por local de residência, dividido pelo total populacional multiplicado por 100 mil. Estimativa populacional obtida pelos microdados do IBGE/PNADC anual. Fonte: DATASUS/SIM, IBGE/PNADC, periodicidade anual. \*Resultado preliminar.

**Meta 13** Redução do índice de violência em jovens de 15 a 29 anos (taxa de homicídio, em cem mil habitantes) de 175,11 (2015) para 21,6, em 2040.

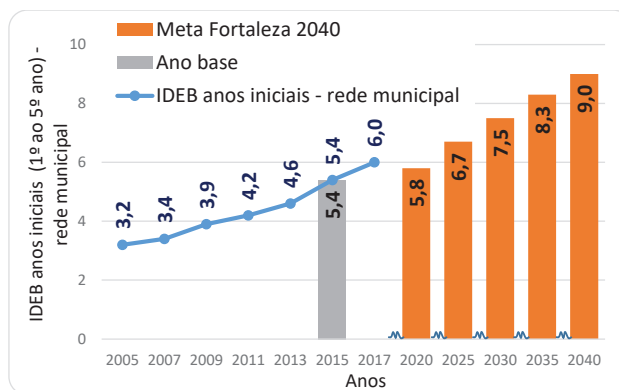


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	175,11	27 <sup>a</sup>	2018	↑ 160,73	-	32,5 (+18,6)

**Indicador:** Taxa de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos. Representa o número de homicídios de jovens (entre 15 e 29 anos) por 100 mil jovens. Calculado a partir da soma dos óbitos relacionados às categorias CID -10: X85 até a Y09 e Y35 e Y36, por local de residência, dividido pelo total populacional entre 15 e 29 anos, multiplicado por 100 mil. Estimativa populacional entre 15 e 29 anos obtida pelos microdados do IBGE/PNADC anual. População Fonte: DATASUS/SIM, IBGE/PNADC, periodicidade anual. \*Resultado preliminar.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

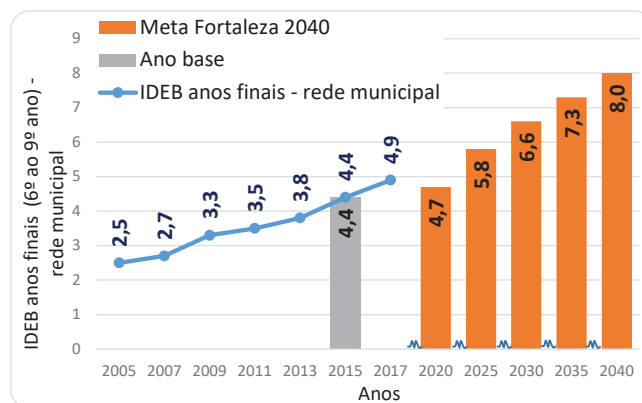
**Meta 14** Ampliação da qualidade da educação das escolas municipais dos anos iniciais do Ensino Fundamental – Ideb anos iniciais (1º ao 5º) de 5,40 (2015) para 9,0, em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	5,4	13ª	2017	↑ 6	↑ 7ª	0,6 (+11,1%)

**Indicador:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) anos iniciais (1º ao 5º ano) - rede municipal. O índice representa uma medição da qualidade do aprendizado nacional. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos do Censo Escolar (anual). As médias de desempenho são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, periodicidade bienal.

**Meta 15** Ampliação da qualidade da educação das escolas municipais dos anos finais do Ensino Fundamental – Ideb anos finais (6º ao 9º ano) de 4,40 (2015) para 8,0, em 2040.

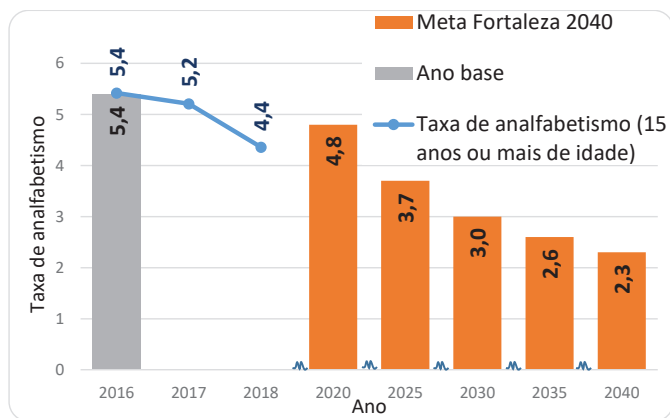


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	4,4	10ª	2017	↑ 4,9	↑ 8ª	0,5 (+11,4%)

**Indicador:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) anos finais (6º ao 9º ano) - rede municipal. Representa uma medição da qualidade do aprendizado nacional. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos do Censo Escolar (anual). As médias de desempenho são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, periodicidade bienal.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

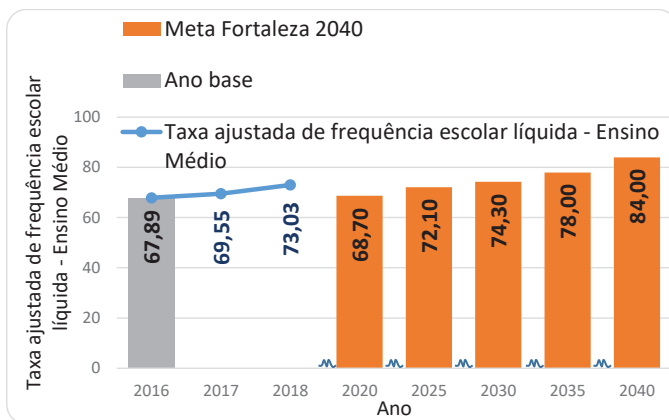
**Meta 16** Redução da taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais) em Fortaleza de 5,4 (2016), para 2,3, em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	5,42	23 <sup>a</sup>	2018	↑ 4,36	↑ 20 <sup>a</sup>	-1,06 (-19,56%)

**Indicador:** Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais de idade) . Representa o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária e local. Usualmente é considerada a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória. É considerada analfabeta a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assina o próprio nome é, também, considerada analfabeta. Fonte: IBGE/PNADC, periodicidade anual.

**Meta 17** Elevação da taxa ajustada de frequência escolar líquida do ensino médio de 67,89 (2015) para 84,0 em 2040.

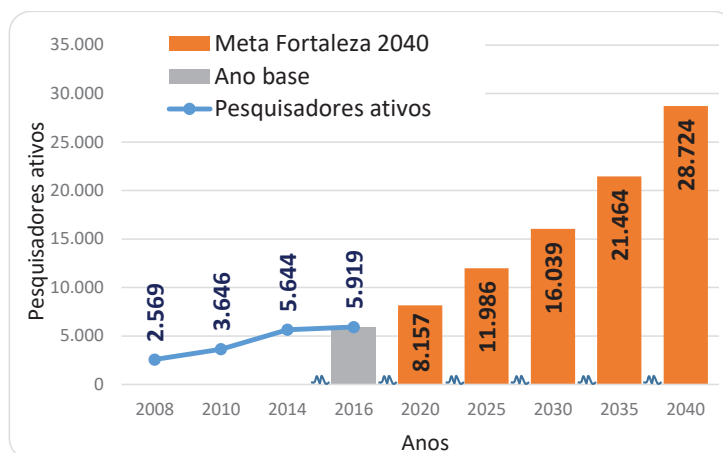


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	67,89%	19 <sup>a</sup>	2018	↑ 73,02%	↑ 14 <sup>a</sup>	0,88% (+1,3%)

**Indicador:** Taxa ajustada de frequência escolar líquida - ensino médio. Representa a proporção de pessoas que frequenta escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária e daquelas que já concluíram esse nível, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária. Essa taxa pode ser calculada para a creche (0 a 3 anos), pré-escola (4 a 6 anos), ensino fundamental (7 a 14 anos) e ensino médio (15 a 17 anos). Fonte: IBGE/PNADC, periodicidade anual.

## Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

**Meta 18** Aumento do número de pesquisadores ativos no Ceará de 5.919 (2016) para 28.724, em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2014	5.644	10 <sup>a</sup>	2016	↑ 5.919	↓ 11 <sup>a</sup>	275 (+4,9%)

**Indicador:** Número de pesquisadores ativos por estado. Representa a capacidade instalada de pesquisas no estado. Fonte: Censo do Diretório de Grupos de Pesquisa/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, periodicidade a depender do censo do CNPq.

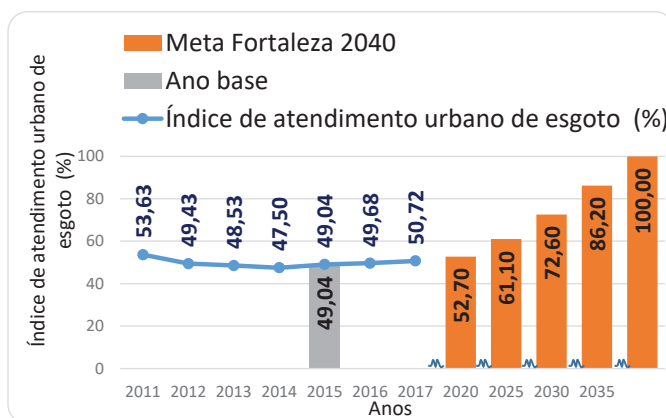
**Meta 19** Elevação da postura inovadora em 50% das empresas do Ceará (com rebatimento na capital).

Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2018	31%	16 <sup>a</sup>	2018	idem	idem	-

**Indicador:** Nota do Índice Fiec de Inovação. Representa a avaliação do ecossistema de inovação e a inovação em si, considerando os aspectos e capacidades essenciais para o desenvolvimento dos estados brasileiros, de modo a refletir a competitividade e produtividade estadual. O Índice Fiec de Inovação é calculado pela média simples do Índice de Capacidade e do Índice de Resultados, e estes dois índices são calculados (cada um) como média aritmética ponderada de quatro subíndices. O Índice de Capacidades por: Infraestrutura de Telecomunicações 15%, Gasto Público em Ciência e Tecnologia 15%, Capital Humano 10%, Inserção de mestres e doutores na Indústria 10%. O Índice de Resultados por: Publicação Científica 15%, Propriedade Intelectual 15%, Competitividade Global 10%, Intensidade Tecnológica 10%. Fonte: Sistema Fiec – Observatório da Indústria, periodicidade anual.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

**Meta 20** Ampliar a oferta de esgotamento sanitário, de 49,04% (2015) para 100% dos domicílios de Fortaleza em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	49,04%	17 <sup>a</sup>	2017	↑ 50,72%	↑ 16 <sup>a</sup>	1,68% (+3,43%)

**Indicador:** Índice de atendimento total de esgoto. Representa a porcentagem da população com residência ligada a rede de esgoto. De acordo com o SNIS, é dado por: a razão entre a “população atendida com esgoto” e a “população total”. Entende-se como “população atendida com esgoto” o valor da soma das populações urbana e rural – sedes municipais e localidades atendidas com esgotamento sanitário pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional / SNIS, periodicidade anual.

**Meta 21** Suprimento de, no mínimo, 40% do consumo de água da cidade por meio do reúso e do aproveitamento da precipitação pluviométrica, em 2040.

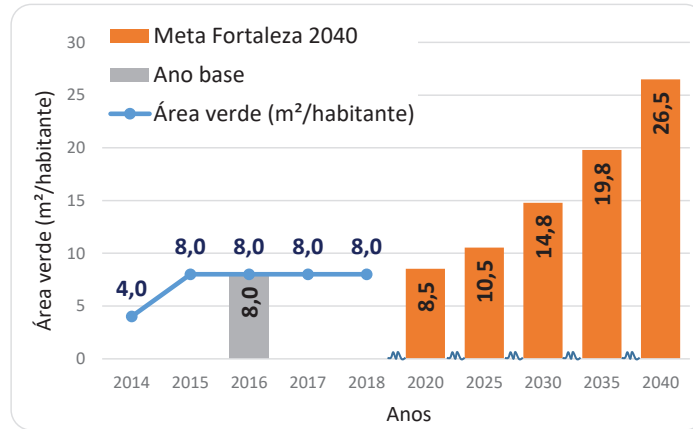
Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
-	-	-	-	-	-	-

Não foi encontrada base pública para acompanhamento nem pesquisas sobre a situação atual. Fonte e periodicidade a depender de pesquisa.



# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

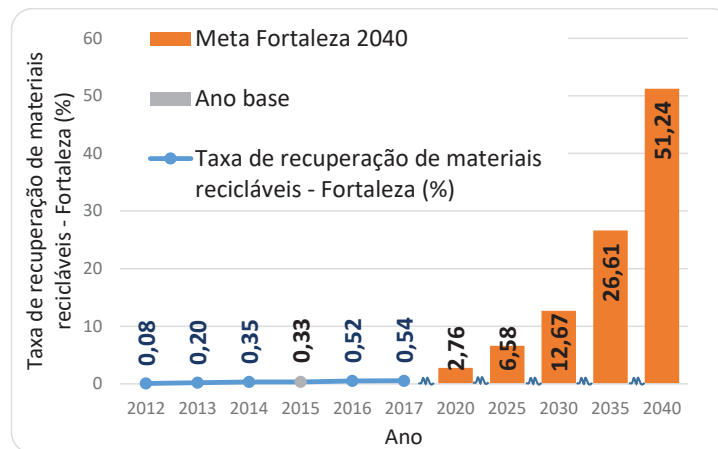
**Meta 22** Ampliação da área verde da cidade de 8 m<sup>2</sup>/habitante (2016) para 26,48 m<sup>2</sup>/habitante, em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2016	8	-	2018	8	-	0,0 (0,0%)

**Indicador:** Área verde (m<sup>2</sup>/habitante). Representa a área verde em média por habitante. Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza, periodicidade anual.

**Meta 23** Ampliação da reciclagem de resíduos recicláveis de 0,33% (2015) para 51,24% (2040).

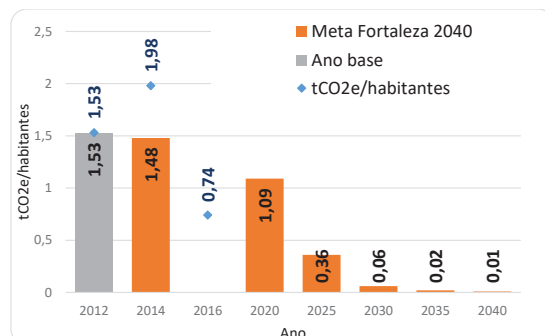


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	0,33%	15 <sup>a</sup>	2017	0,54%	18 <sup>a</sup>	0,21%(+63,63%)

**Indicador:** Representa a proporção de recicláveis secos recuperados frente à massa total de RDO + RPU coletada (RDO: Resíduo domiciliar, RPU Resíduo público) no município, o SNIS calcula o indicador IN031 - Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à quantidade total. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional / SNIS, periodicidade anual e defasagem de 2 anos.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

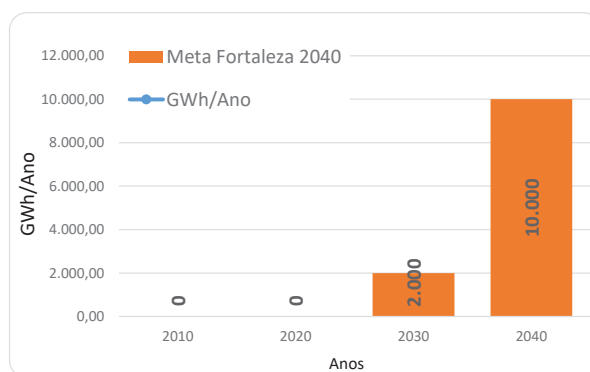
**Meta 24** Redução da emissão de gases de efeito estufa de 1,95 tCO<sub>2</sub>/habitante (2015) para 0,42 tCO<sub>2</sub>/habitante zero a emissão de gases de efeito estufa até 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2012	1,53	-	2015	↑ 0,74	-	-0,79 (-51,63%)

**Indicador:** Inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) de Fortaleza, realizado pela parceria entre a Prefeitura de Fortaleza e os Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), por meio do Urban LEDS, ONU Habitat e financiado pela União Europeia, teve como base as metodologias propostas pelo Global Protocol for Community-Scale Greenhouse Gas Emission Inventories (GPC). Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza/Seuma. 1º, 2º e 3º Inventário de emissões de gases de efeito estufa para a Cidade de Fortaleza, respectivamente para os anos de 2012, 2014 e 2016, periodicidade a depender de pesquisa.

**Meta 25** Ampliação da geração distribuída de energia solar com base em sistemas fotovoltaicos (micro e minigeração) de modo a alcançar 10 mil GWh/ano até 2040.

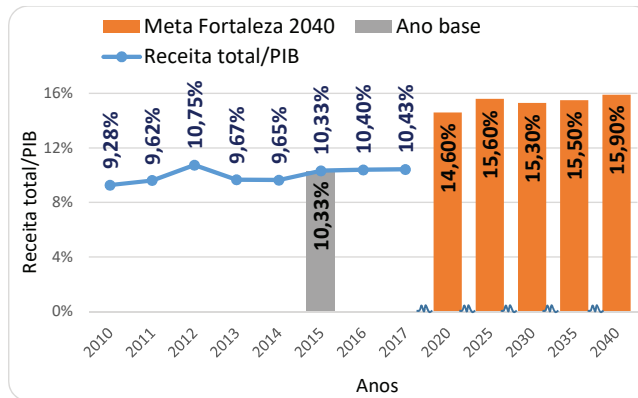


Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
-	-	-	-	-	-	-

Não foi encontrada base pública para acompanhamento nem pesquisas sobre a situação atual. Fonte e periodicidade a depender de pesquisa.

# Indicadores Gerais - Plano Fortaleza 2040

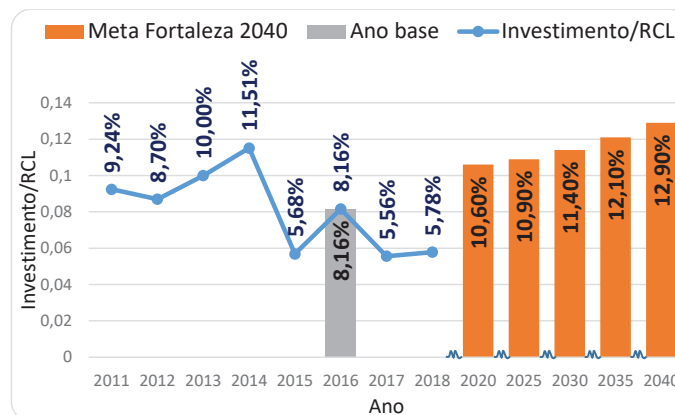
**Meta 26** Elevação do percentual da receita total municipal em relação ao PIB de 10,33% (2015) para alcançar 15,90%, em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	10,33%	7ª	2017	↑ 10,43%	↓ 6ª	0,10% (+0,97%)

**Indicador:** Percentual da receita total de Fortaleza em relação ao PIB municipal. Representa o quanto o poder público municipal arrecada em relação à capacidade produtiva do município. É obtido pela proporção entre a receita total do município (receitas tributárias + contribuições + transferências constitucionais + patrimonial + receita de serviços + outras receitas) e o PIB bruto. Fonte: PMF - Sefin / IBGE - SCN, periodicidade anual e defasagem de 2 anos.

**Meta 27** Ampliação do investimento público na receita corrente líquida de 8,94% para pouco menos de 13% em 2040.



Ano base	Valor base	Posição entre capitais - ano base	Ano vigente	Valor atual	Posição entre capitais	Varição abs. (%)
2015	5,68%	12ª	2018	↑ 5,78%	↑ 11ª	0,10% (1,76%)

**Indicadores:** Percentual do gasto com investimento público, de Fortaleza, em relação a receita corrente líquida municipal. Representa a capacidade própria de investimento público da prefeitura. A proporção do investimento público (despesa de capital – investimento pago) em relação à receita corrente líquida (receitas correntes menos as deduções). Fonte: PMF - Sefin, periodicidade anual.

# Análise das Metas Gerais do Plano Fortaleza 2040

---

## **METAS RELACIONADAS A RENDA, DESIGUALDADE SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

Observa-se que os indicadores ligados ao Produto Interno Bruto<sup>1</sup> em Fortaleza (Meta 1 e 2) sofreram retração entre os anos 2015 e 2017 (variação de -2,86%), tendo como fator resultante a recessão econômica brasileira iniciada em 2014, afetada pela crise econômica global, iniciada em 2008, sendo agravada pelo menor ritmo de crescimento da China, que provocou a queda no preço das commodities, com reflexos diretos no cenário brasileiro.

A economia brasileira contraiu-se cerca de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. Da mesma forma, a crise econômica atingiu a geração de empregos, que teve o seu auge em 2017, com a taxa de 12,7%, o que representava mais de 13 milhões de desempregados no País. A variação da indústria e do varejo alcançou -6,6% e -6,2%, respectivamente.

Em Fortaleza, no mesmo período, apesar da redução do desemprego entre 2016-2018 (de 11,76% para 11,20%), houve o aumento do trabalho informal em 2018 (Metas 3.2 e 4, respectivamente), fazendo com que a cidade caísse uma posição em comparação com as demais capitais brasileiras (20<sup>a</sup> para 21<sup>a</sup>). Já a população ocupada (Meta 3.1) apresentou leve aumento no mesmo período, mas manteve na 6<sup>a</sup> posição nacional entre as capitais. Diante da atração de novas empresas e os investi-

mentos públicos, buscando ampliar a performance econômica da cidade em relação ao cenário brasileiro, Fortaleza, em rendimento nominal, aumentou a renda per capita mensal domiciliar da população (aumento de 16,67%), mas em comparação às demais capitais brasileiras, caiu sua posição de 17<sup>a</sup> para 18<sup>a</sup> posição.

Observa-se também em Fortaleza a redução no Índice de Gini (que determina a redução ou aumento da desigualdade social), que apresentou leve diminuição na desigualdade de renda da população (Meta 7) entre 2015-2018 e que, aliada à redução do índice de violência da população em geral (Meta 12), em que a taxa de homicídios passou 66,73 em 2015 para 52,55 por 100.000 habitantes em 2018, aponta a hipótese de que as políticas de segurança pública, assistência social, dentre outras, entrarão uma curva ascendente de efetividade de implementação. O dado ainda mais alarmante é a violência entre jovens de 15 a 29 anos (Meta 13), que, apesar da redução da taxa de homicídios entre os anos de 2015-2018, de 175,77 para 160,73 por 100.000 habitantes, ainda é considerado um valor bastante elevado em relação às outras capitais brasileiras.

Em concordância com a redução da desigualdade e violência na população jovem, houve também a redução de jovens “nem-nem” (nem estudam nem trabalham), na variação de -15,06% entre 2016-

---

1 A seguinte leitura pode ser feita: embora Fortaleza em nível agregado esteja entre as cinco capitais mais ricas do país, quando levamos em consideração a sua população, a cidade fica entre uma das mais pobres capitais do país. Uma crítica que é feita sobre o uso do PIB per capita é que este apenas mostra a distribuição média do Produto Interno, não considerando como este se distribui entre os indivíduos de um território.

2018, suscitando a necessidade de estudos que aprofundem a compreensão desse fenômeno em Fortaleza, que está intimamente conectado às políticas públicas de juventude e inclusão produtiva. Suposições podem ser levantadas, entre elas: a) a redução da evasão escolar no ensino médio; b) políticas públicas de juventude adotadas pelo poder público em áreas periféricas da cidade (exemplo: Rede Cuca); c) jovens em empregos informais.

### **METAS RELACIONADAS À SAÚDE, AO MEIO AMBIENTE E À QUALIDADE DE VIDA**

Dentre os indicadores relacionados à temática, a redução da mortalidade infantil (Meta 9) merece destaque. Após um período de estabilidade do índice, no ano de 2018 observamos o aumento 2,63% na taxa, que passou de 11,40 (2016) para 11,70 (2018). Um dos fatores apontados para esse aumento da mortalidade estaria relacionado à epidemia de zika vírus, que em 2016 teve o maior surto da história do vírus no Brasil, atingindo entre 10% a 15% da população no período. Devido aos casos de óbitos e microcefalia infantil, houve a redução da taxa de natalidade, a qual está diretamente relacionada ao indicador da mortalidade infantil.

Outra condição a ser considerada são as dificuldades atravessadas pelo Programa Saúde da Família (PSF), responsável pelo trabalho de acompanhamento de gestantes e dos recém-nascidos. A redução das equipes do Programa, em especial de agentes comunitários, dificulta a função de vigilância em saúde, que monitora os nascidos vivos, os faltosos em vacinas e as gestantes. O congelamento de gastos nas áreas da saúde e da educação implementado na esfera federal poderá ter reflexo direto no PSF, que tem como fonte principal o repasse da União.

Outro indicador de destaque é a redução dos acidentes de trânsito (Meta 10), em que Fortaleza reduziu de 5,3 para 3,3 acidentes por 10.000 motocicletas (variação de -37,74%) entre os anos de 2015-2018. Algumas causas para esta redução podem ser apontadas: a) aumento no uso do transporte público pela população, por meio do projeto Bicicletar (já foram realizadas 2.419.800 viagens pelo sistema), adoção de faixas exclusivas de ônibus (com o total de 107,4 km de faixas, o que representa um aumento de 3.254% em priorização ao transporte público); b) ações de redução da velocidade máxima de vias em Fortaleza, binários, implantação de faixas de pedestres elevadas, e demais projetos que compõem o Plano de Ações Imediatas em Transporte e Trânsito de Fortaleza – Paitt, que é composto por estratégias de curto prazo para a melhoria de transporte e trânsito em Fortaleza.

Quando se abordam os indicadores relacionados ao meio ambiente (Metas 20 e 23), percebe-se um leve crescimento, mas ainda bastante incipiente de acordo com a demanda e as necessidades ambientais. A meta “ampliar a oferta do esgotamento sanitário” cresceu 3,43% entre 2015-2017, mas subindo uma posição em relação às demais capitais (16ª). Em 2016, Fortaleza contava com 49,68% da rede universalizada em seu território, e a maior área descoberta pela rede está localizada nos bairros periféricos da cidade.

A ampliação da reciclagem de resíduos recicláveis teve um crescimento de mais 63,63% entre 2015-2017. Programas como os Ecopontos (locais de descarte gratuito de pequenas porções de entulho, restos de poda e outros materiais recicláveis), implementação do manual que padroniza em Fortaleza a elaboração dos Planos de Gerenciamento

de Resíduos Sólidos (PGRS) e o projeto E-carroceiro colaboram para o aumento da coleta de resíduos recicláveis, mas ainda são necessários investimentos em projetos na área de educação ambiental da população, dado que a meta para o ano de 2040 é que mais da metade dos resíduos recicláveis produzidos em Fortaleza venham a ser reciclados, o que demanda uma ampliação de políticas de educação ambiental entre a população, redução dos pontos de lixo espalhados pela cidade, além do fomento aos empreendimentos e trabalhadores ligados à cadeia da reciclagem.

## **METAS RELACIONADAS A EDUCAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO**

Em relação aos indicadores da área da educação pública (metas 14, 15, 16 e 17), observa-se significativo crescimento na avaliação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais. A nota, que em 2015 era de 5,4, passou em 2017 para 6,0, fazendo com que Fortaleza pulasse da 13ª posição para o 7º lugar no ranking entre as capitais brasileiras. Determinados fatores podem ser apontados como de importância para este crescimento, tais como: a) implementação de escolas de tempo integral; b) o fortalecimento do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), impactando diretamente na redução da distorção idade/escolarização; c) formação continuada entre os professores da rede municipal de ensino.

Já em relação à nota no Ideb dos anos finais, o crescimento menos expressivo entre as séries finais do ensino fundamental (4,4 em 2015 e 4,9 em 2017) poderá ter consequência devido à evasão escolar, que se agrava entre as séries mais avançadas do ensino fundamental e no ensino médio, afetando diretamente a taxa de escolarização líquida (73,02% em 2018) da população de Fortaleza.

A evasão escolar também reflete no acesso da população mais pobre as universidades, assim como na elevação do número de pesquisadores ativos na cidade, que entre 2014 e 2016 teve baixo crescimento: 5.644 pesquisadores em 2014, para 5.919 em 2016, apresentando a necessidade de incremento na política de concessão de bolsas para pesquisas e de recursos financeiros aos programas de pós-graduação estaduais e federais.

## **METAS FISCAIS**

Para a meta 26 (Ampliar a relação receita total/PIB), teve-se em 2015 o valor 10,33%, e em 2016 o valor de 10,40%. Nos quatro anos seguintes, deve haver a melhora de 1,05%/ano, o que parece pouco provável tendo por base o crescimento médio de um ano para outro, como consta na série estatística.

Para a meta 27 (Ampliar o investimento público na receita corrente líquida), tendo ano-base (2015) o valor-base de 5,68 e em 2018 o valor de 5,78. Mesmo tendo em vista a melhora, está longe da meta para 2020, tendo que crescer até 10,60%. Em 2016, a taxa atingiu 8,16%, mas não conseguiu se manter nos anos seguintes.

Nos últimos anos, a receita nominal total do Município cresceu (desconsiderando a inflação acumulada no período). Tomando a razão entre a receita total de Fortaleza e o Produto Interno Bruto municipal, a evolução histórica apresenta um crescimento de 9,28% em 2010 para 10,40% em 2016 (último dado disponibilizado pelo IBGE do PIB municipal).

O crescimento da receita total de Fortaleza pode ser atribuído, em parte, ao esforço de modernização tecnológica e dos processos internos, gerando

maior eficiência na arrecadação própria, apresentando assim um crescimento maior da receita total do que do PIB.

Fortaleza apresentou um crescimento da razão Investimento Público/Receita Corrente Líquida em 2018 de 1,76% em relação ao ano base (2015), saindo da 12ª posição para a 11ª entre as capitais do Brasil, isso se considerarmos a cifra referente a despesa paga (3ª fase da despesa pública) em investimento público, ficando no patamar de 5,78% da RCL. Comparativamente entre as capitais do Nordeste, Fortaleza fica na 4ª posição atrás de Teresina, Recife e Salvador, respectivamente.

A receita total do município é composta das receitas tributárias, contribuições, transferências constitucionais, receita patrimonial, receita de serviços e outras receitas.

A receita corrente líquida, por sua vez, é o somatório das receitas tributárias de um Governo, referentes a contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais. Grosso modo, pode-se entender como a receita corrente disponível para o ente público, ou seja, sua efetiva capacidade de pagamento.

Já o investimento público representa as despesas de capital, deduzidas as despesas financeiras (inversão financeira e amortização da dívida), bem como as despesas para financiamento da seguridade social e a reserva de contingência.



# Acompanhamento Geral por Eixos e Planos Setoriais do Plano Fortaleza 2040

A implementação do Plano Fortaleza 2040 vem sendo acompanhada por 15 Câmaras Setoriais, instâncias compostas por diversos órgãos responsáveis pela execução das ações previstas, e coordenadas pelo órgão gestor da política no conjunto das instituições municipais.

A tabela 1 – “Ações por Plano” elenca o conjunto de planos acompanhados por cada uma das Câmaras Setoriais, apontando a quantidade de ações previstas em cada um, as ações que já se encontram em execução (iniciadas), as ações concluídas e o respectivo percentual de execução do referido plano.

**Tabela 1 - Ações por Plano**

<b>Câmara Setorial / Plano</b>	<b>Qtd de ações</b>	<b>Iniciadas</b>	<b>Concluídas</b>	<b>%Execução</b>
<b>Assistência Social e Segurança Alimentar</b>	<b>83</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>16,66%</b>
Assistência Social	47	36	1	30,13%
Segurança Alimentar	36	5	-	1,39%
<b>Ciências, Tecnologia e Inovação</b>	<b>30</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>17,40%</b>
Ciência, Tecnologia e Inovação	10	5	2	30,20%
Nova Indústria e Serviços avançados	9	2	-	1,67%
Tecnologia da Informação e Comunicação	11	6	1	18,64%
<b>Cultura e Patrimônio</b>	<b>38</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>15,34%</b>
Cultura e Patrimônio	38	27	2	15,34%
<b>Desenvolvimento Urbano, Acessibilidade, Mobilidade e Meio Ambiente</b>	<b>106</b>	<b>25</b>	<b>7</b>	<b>10,62%</b>
Meio Ambiente	106	25	7	10,62%
<b>Desenvolvimento Econômico</b>	<b>144</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>2,81%</b>
Agricultura Urbana	20	4	-	0,20%
Confecções	14	5	1	11,07%
Construção Civil	6	1	-	0,17%
Economia Criativa	41	6	-	3,39%
Economia do Mar	63	7	1	1,68%
<b>Direitos Humanos</b>	<b>286</b>	<b>80</b>	<b>13</b>	<b>13,84%</b>
Criança e Adolescente	45	-	-	Não informado
Idosos	33	13	6	24,11%
Igualdade Racial	34	10	3	15,91%
Juventude	41	-	-	9,13%
LGBT	46	10	-	2,99%
Mulher	60	29	3	25,17%
Pessoa com Deficiência	27	18	1	22,22%
<b>Educação</b>	<b>129</b>	<b>102</b>	<b>29</b>	<b>50,03%</b>
Educação	129	102	29	50,03%



<b>Esporte e Lazer</b>	<b>52</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>14,62%</b>
Esporte e Lazer	52	17	3	14,62%
<b>Governança</b>	<b>84</b>	<b>70</b>	<b>13</b>	<b>49,13%</b>
Desenvolvimento da Gestão Pública Municipal	48	45	7	59,09%
Participação e Controle Social na Gestão Municipal	36	25	6	35,85%
<b>Habitação de Regularização Fundiária</b>	<b>79</b>	<b>25</b>	<b>6</b>	<b>15,19%</b>
Habitação de Interesse Social	57	16	3	12,81%
Plano de Regularização Fundiária	22	9	3	21,36%
<b>Inclusão Produtiva</b>	<b>28</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>38,09%</b>
Inclusão Produtiva	28	17	7	38,09%
<b>Saneamento, Energia e Segurança Hídrica</b>	<b>159</b>	<b>50</b>	<b>20</b>	<b>18,51%</b>
Energia	77	19	16	20,79%
Saneamento	48	26	4	23,99%
Segurança Hídrica	34	5	-	5,57%
<b>Saúde</b>	<b>88</b>	-	-	<b>Em revisão</b>
Saúde	88	-	-	Em revisão
<b>Segurança Cidadã</b>	<b>25</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>14,69%</b>
Cultura de Paz e Segurança Cidadã	25	9	2	14,69%
<b>Turismo</b>	<b>73</b>	<b>66</b>	<b>23</b>	<b>54,68%</b>
Turismo	73	66	23	54,68%
<b>Total</b>	<b>1.404</b>	<b>573</b>	<b>133</b>	<b>22,01%</b>

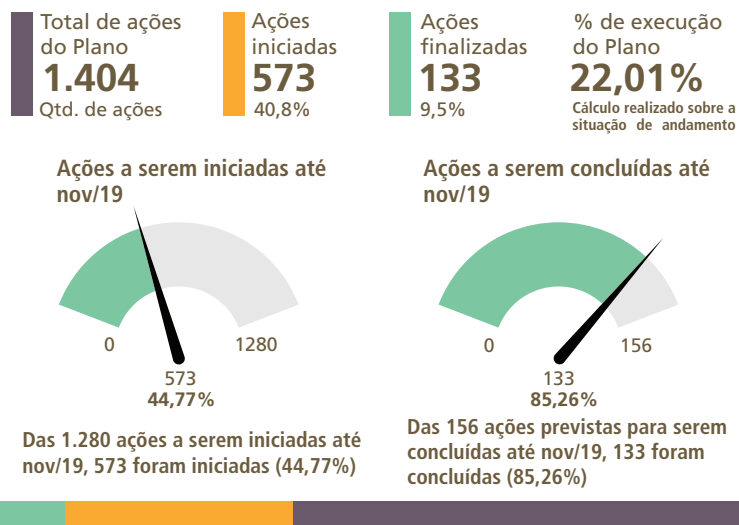
Fonte: Diobs/Disin/SIGA2040, Atualizado em 21/11/19

Nota: O Plano da Saúde está sendo reformulado.

A figura 1, por sua vez, apresenta um resumo geral da execução do Plano Fortaleza 2040 em 20 de novembro de 2019. Nela estão explicitados os números absolutos e percentuais do conjunto de planos, sendo ilustrada por dois velocímetros que permitem visualizar o estágio de execução das ações planejadas.

## Figura 1 – Progresso Geral

### Os 33 Planos

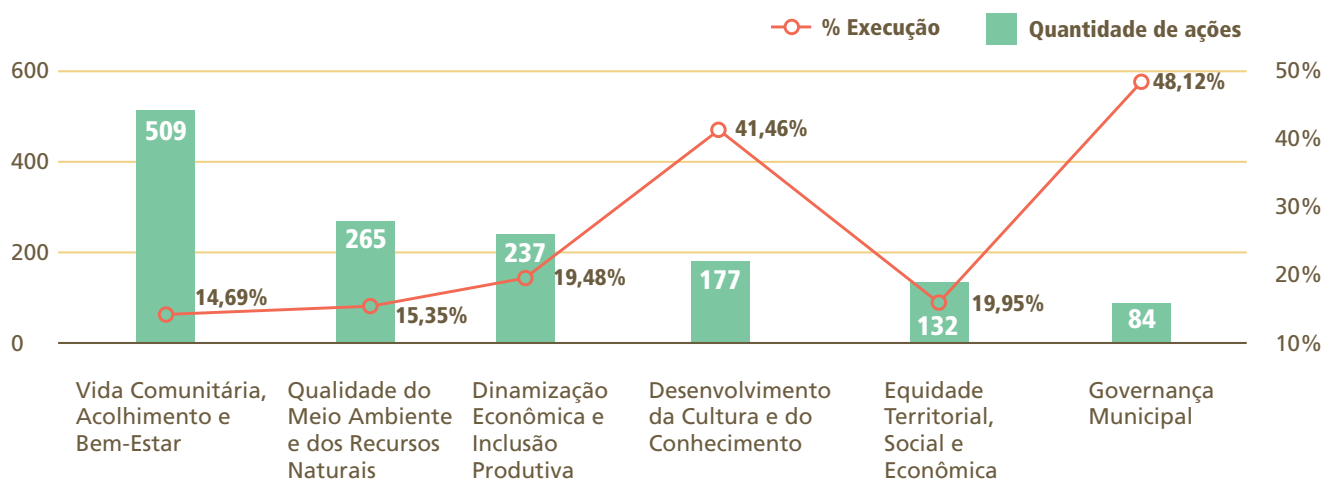


O gráfico 1 apresenta o estágio de execução das ações do Plano Fortaleza 2040 por eixo estratégico, observando que o Eixo 1 – Cidade Conectada, Acessível e Justa, por ainda não ter sido detalhado em uma planilha de ações, como os demais planos, não vem sendo acompanhado seguindo o mesmo padrão dos demais. Assim, o seu acompanhamento se dá por meio da observação dos projetos de urbanização e mobilidade em implementação.

Para auxiliar todas as instâncias de acompanhamento do Plano Fortaleza 2040, a Prefeitura de Fortaleza, por intermédio do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), desenvolveu o Sistema de Gestão e Acompanhamento do Plano Fortaleza 2040 (Siga 2040). Nele, cada Câmara Setorial é responsável por atualizar as ações pertinentes a cada plano. Esse procedimento objetiva dar acesso às informações referentes à execução das ações dos planos conforme o cronograma estabelecido. Esse acesso pode ser feito tanto pelos Órgãos Setoriais como por toda a sociedade, já que está disponível na internet pelo endereço: <<http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/camarassetoriais/>>.

A partir da extração de dados do Siga 2040, apresentam-se os principais resultados de ações para o ano de 2018, organizados em cada um dos Eixos.

**Gráfico 1 - Estágio de Execução das Ações**





## **EQUIDADE TERRITORIAL, SOCIAL E ECONÔMICA**





Este eixo organiza os planos e as ações voltados ao enfrentamento de um dos graves problemas da cidade de Fortaleza: a precariedade em que vivem mais de um milhão de pessoas moradoras de favelas, mutirões, conjuntos habitacionais, cortiços e loteamentos irregulares.

Nesses assentamentos coexistem problemas de ordem habitacional, precariedade em saneamento, segurança, desocupação da população e urbanização de maneira geral, o que aponta para a urgência de priorizar ações dessas políticas nessas áreas.

Com relação ao saneamento, faz-se necessário ampliar a infraestrutura de esgotamento sanitário e a drenagem em áreas críticas da cidade bem como ampliar a limpeza pública por meio da coleta de resíduos e da cooperação dos moradores.

A violência também se encontra distribuída de forma desigual no território, concentrando-se nas áreas mais pobres da cidade, coincidindo com a ausência de serviços públicos. Nessas áreas há condições propícias para o envolvimento de setores vulneráveis da população em ações criminosas re-

lacionadas ao tráfico de drogas e armas, com alto risco para a juventude.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (Plhis), durante a sua elaboração, apontou um déficit habitacional de 84 mil habitações, cujo principal componente é o “ônus excessivo de aluguel” pago pela população pobre, e o segundo é a “coabitação familiar”.

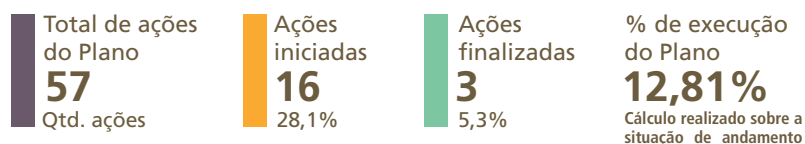
Para enfrentar essa situação e reduzir a desigualdade na cidade, o Plano Fortaleza 2040 concentra quatro planos específicos, que, combinados com os planos dos demais eixos, buscam promover a valorização dessas comunidades e sua integração à sociabilidade urbana, oportunizando ainda inclusão de seus moradores em atividades de emprego e renda e promovendo uma cultura de paz e segurança cidadã.

São componentes deste Eixo os Planos:

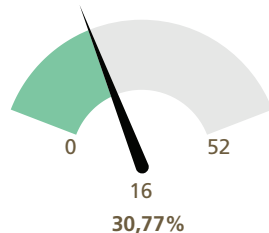
- Habitação de Interesse Social (HS)
- Regularização Fundiária (RF)
- Segurança Cidadã (SC)
- Inclusão Produtiva (IP).

# ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS

## Plano de Habitação de Interesse Social

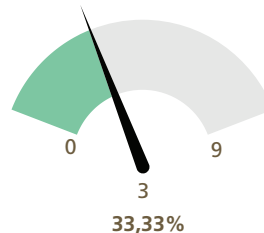


Ações a serem iniciadas até nov/19



Das 52 ações a serem iniciadas até nov/19, 16 foram iniciadas (30,77%)

Ações a serem concluídas até nov/19



Das 9 ações a serem concluídas até nov/19, 3 foram concluídas (33,33%)



### OBJETIVO

Garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, priorizando: programas e projetos para famílias de baixa renda, ampliando a oferta de habitações e melhorando as condições de habitabilidade da população.

### CÂMARA SETORIAL

#### HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

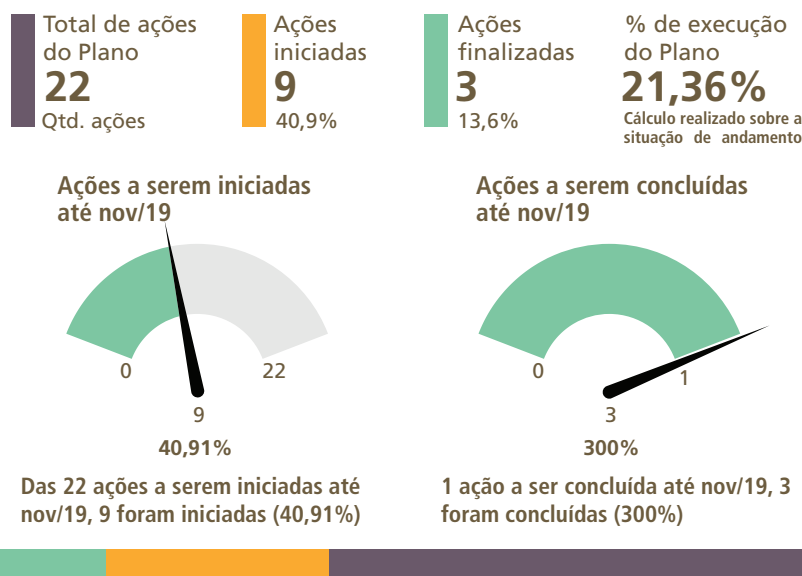
ÓRGÃO GESTOR - Habitafor

DEMAIS ÓRGÃOS - Iplanfor; Seinf; Seuma; SDHDS; Seinfra; Secretaria das Cidades.

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (Pirfs) das Zeis Prioritárias (Bom Jardim, Dionísio Torres, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz). - **HS 1A.1**
- Eleição dos Conselhos Gestores das Zeis Prioritárias (Bom Jardim, Dionísio Torres, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz). - **HS 1A.3**
- Promoção da legalização da posse dos assentamentos e suas respectivas unidades habitacionais, preferencialmente nos assentamentos alvo de urbanização (Legalização da Posse). - **HS 1B.1**
- Melhoria habitacional das unidades situadas nos assentamentos precários urbanizados ou que serão alvo de urbanização. - **HS.2.1**
- Produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, de forma a debelar o déficit habitacional atual. - **HS3A.1 e HS3A.2**
- Oferta de serviços de arquitetura, engenharia, jurídicos, sociais e contábeis para os beneficiários atendidos por diferentes formas de promoção habitacional previstas nos programas e subprogramas habitacionais. - **HS5.1**
- Promoção de conferências, seminários e oficinas junto à população, possibilitando a capacitação desta para qualificar os debates, a gestão e o monitoramento sobre a questão habitacional. - **HS7A.4**

# Plano de Regularização Fundiária



## OBJETIVO

Reconhecer a regularização fundiária como plena, em todos os seus eixos, como política de intervenção urbanística, extrapolando os limites da política habitacional.

## CÂMARA SETORIAL

### HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

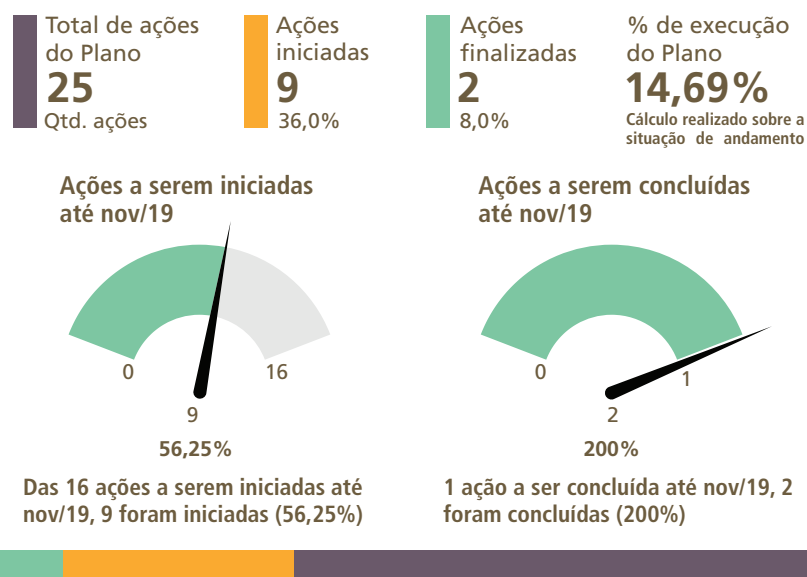
ÓRGÃO GESTOR - Habitafor

DEMAIS ÓRGÃOS - Iplanfor; Seinf; Seuma; SDHDS; Seinfra; Secretaria das Cidades.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (Pirfs) das Zeis Prioritárias (Bom Jardim, Dionísio Torres, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz). - **RF1A.1 e RF1A.2**
- Capacitação profissional de técnicos e dirigentes para gestão da regularização fundiária no Município. - **RF.2.3**
- Elaboração dos estudos, dos projetos e dos planos necessários à regularização fundiária das Zeis Prioritárias (Bom Jardim, Dionísio Torres, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz). - **RF.2.7**
- Eleição dos Conselhos Gestores das Zeis Prioritárias (Bom Jardim, Dionísio Torres, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz). - **RF.3.2**
- Instituição dos Conselhos Gestores das Zeis Prioritárias (Bom Jardim, Dionísio Torres, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz). - **RF.3.3**
- Produção das fichas cadastrais de cada assentamento precário inserido em Zeis com as informações fundamentais para diversos serviços. - **RF.4.3**

# Plano de Segurança Cidadã e Cultura de Paz



## OBJETIVO

Contribuir para a formação de uma cultura de paz na sociedade fortalezense.

## CÂMARA SETORIAL

### SEGURANÇA CIDADÃ E CULTURA DE PAZ

ÓRGÃO GESTOR - SeseC

DEMAIS ÓRGÃOS - Funcji; CPDrogas; Sejus; Agefis; SME; SMS; SSPDS.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

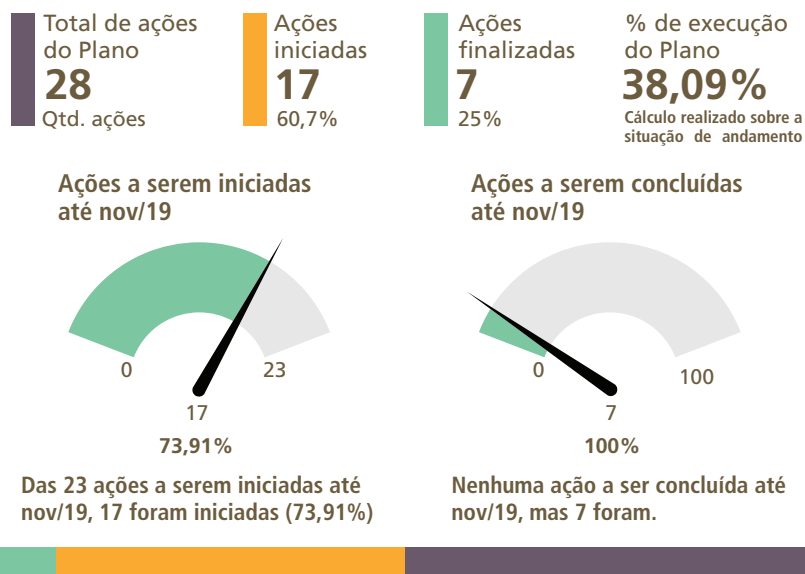
- Ampliação dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) para todos os bairros da capital cearense, visando ao controle social da qualidade dos serviços na área de segurança pública e contribuindo para a mediação de conflitos. - **SC 1.2**
- Ampliação dos programas de prevenção voltados a reduzir fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção, com acompanhamento de efetividade, baseado em estudos científicos. - **SC.2.3**
- Destinação de 0,5% do orçamento da SeseC para financiamento de pesquisas na área de segurança pública, criminalidade e violência. - **SC 1.7**
- Pactuação dos fluxos de encaminhamento dos usuários de álcool, crack e outras drogas para a rede intersectorial - **SC.2.5**



**AÇÕES DA GESTÃO  
MUNICIPAL  
RELACIONADAS  
COM O PLANO**

- Trabalho da temática dos direitos humanos e cultura de paz de forma transversal no currículo da rede municipal de ensino.
- Reestruturação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) para reforçar a integração e o constante debate entre as várias instituições na busca de soluções na área da Segurança Cidadã e Cultura de Paz.
- Implantação da Academia de Segurança Cidadã (AMSEC) com capacitação de 472 servidores da Guarda Municipal.
- 1.062 casos atendidos pelos Núcleos de Mediação de Conflitos em 93 bairros atendidos pelo serviço.
- 2.041 atividades realizadas nas Células de Proteção Comunitária.
- 25.470 rondas realizadas pelas Inspetorias Cidadãs, oferecendo maior sensação de segurança à população de Fortaleza.
- Realização de ações de apoio aos eventos culturais realizadas em Fortaleza.
- Realização de ações de prevenção a afogamentos e redução do número de crianças perdidas nas praias.
- Parceria com o Corpo de Bombeiros em 260 ações de acolhimento, segurança e apoio às pessoas com deficiência física e/ou motora no Programa Praia Acessível.
- 1.150 alunos beneficiados com as atividades preventivas nas escolas municipais, mediante a realização de 26 apresentações do teatro de fantoches e 32 círculos de diálogos, dentre outras atividades para as crianças do ensino fundamental.
- Gestão do Parque de Iluminação Pública.
- Trabalho social nas Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida.

# Plano de Inserção Produtiva, Empreendedorismo, Emprego e Renda



## OBJETIVO

- Ampliar as oportunidades de emprego e renda distribuídas no conjunto do território nacional.
- Promover a valorização e a integração das comunidades à sociabilidade urbana.
- Dinamizar as atividades promotoras da inclusão produtiva.
- Promover a inclusão produtiva e inserção social da população contribuindo para superação da pobreza, redução das desigualdades sociais e elevação da qualidade de vida da população.

## CÂMARA SETORIAL

### INCLUSÃO PRODUTIVA

ÓRGÃO GESTOR - SDE

DEMAIS ÓRGÃOS - SME; Cevisa/SMS; CPDrogas; Coordenadoria de Juventude.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Capacitação técnica e gerencial aos empreendimentos autogestionários. - **IP 2.1**
- Assistência técnica e organizacional a empreendimentos autogestionários. - **IP 2.2**
- Apoio às ações de comercialização (feiras, eventos, rodada de negócios etc.). - **IP 2.3**
- Apoio à criação de empreendimentos autogestionários de produção, comercialização e consumo sustentáveis. - **IP 2.5**
- Promoção da qualificação e aperfeiçoamento das capacidades gerenciais. - **IP 3.1**
- Prestação de assistência gerencial, tecnológica e inovação (individualizada – formal e não formal). - **IP 3.2**
- Promoção do acesso a mercados (realização de feiras, rodada de negócios e ações de marketing). - **IP 3.3**
- Estímulo da formalização de pequenos negócios. - **IP 3.4**
- Promoção da capacitação técnica e gerencial aos pequenos produtores de artesanato. - **IP 5.1**
- Oferta de consultoria técnica e gerencial aos pequenos produtores de artesanato. - **IP 5.2**

---

**PRINCIPAIS  
AÇÕES  
INICIADAS**

- Promoção do acesso a mercados (realização de feiras, rodada de negócios e ações de marketing). - **IP 5.3**
- Criação do canal de comércio eletrônico. - **IP 5.4**
- Implementação dos pontos de exposição e venda de produtos artesanais. - **IP 5.5**
- Cadastro e qualificação dos empreendedores ambulantes. - **IP. 6.2**

---

**AÇÕES DA GESTÃO  
MUNICIPAL  
RELACIONADAS  
COM O PLANO**

- Inclusão de temas de empreendedorismo na grade curricular municipal.
- Implementação de ações de disseminação de cultura de cooperação e empreendedorismo.
- Capacitação técnica e gerencial aos empreendimentos autogestionários.
- Ampliação de ações de apoio à comercialização de produtos e serviços.
- Aperfeiçoamento das capacidades gerenciais dos pequenos empreendedores.
- Assessoria gerencial e tecnológica a pequenos empreendedores.
- Realização de feiras de pequenos negócios nos bairros.
- Estímulo à formalização de negócios.
- Promoção da qualificação e aperfeiçoamento profissional.
- Estruturação de acesso ao mercado de egressos do sistema prisional por meio de capacitação profissional e/ou apoio a empreendimentos autogestionários.
- Estruturação de acesso ao mercado de idosos e pessoas com deficiência por meio de capacitação profissional e/ou apoio a empreendimentos.
- Promoção da capacitação gerencial e técnica dos pequenos produtores.
- Oferta de consultoria técnica e gerencial aos pequenos produtores.
- Realização de feiras de pequenos negócios nos bairros.
- Definição da padronização das bancas para a adesão dos ambulantes.
- Cadastro (CNPJ) e capacitação dos empreendedores ambulantes.

## Ações da Gestão Municipal que contribuem com o alcance dos objetivos do Eixo Zero

---

Entre 2013 e novembro de 2019, a Prefeitura de Fortaleza, em ação conjunta com o Governo do Estado do Ceará, construiu e entregou à população de baixa renda 23.774 unidades em 21 conjuntos habitacionais e espera entregar mais 2.534 até o fim de 2020.

Por meio da Habitafor, outras ações de melhoria habitacional foram desenvolvidas no mesmo período de tempo. Até novembro de 2019, 1.792 habitações foram melhoradas com o kit banheiro.

Encontram-se em execução 2.239 melhorias em unidades no Vila do Mar e 459 no Campo Estrela/São Cristóvão. Em processo licitatório, na data deste relatório, mais 1.331 unidades serão contempladas com os banheiros.

A regularização fundiária se deu em 12.980 imóveis até outubro de 2019. São 27 bairros com 47 projetos de regularização, que, quando concluídas, atenderão mais de 44 mil imóveis.



**O Proinfra**, Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento, deve viabilizar uma série de ações que mudarão as condições de habitabilidade da população localizada em diversas áreas de atuação das Secretarias Regionais V e VI. Suas ações contemplam a construção de Escolas de Tempo Integral, Centros de Educação Infantil, Areninhas, além de saneamento, pavimentação e passeios públicos.

Em 2019, foram iniciadas obras de saneamento, pavimentação e passeio em 58 ruas do Canindezinho; 16 ruas da Comunidade Unidos Venceremos (Loira – Barroso); 72 ruas no Mondubim; 115 ruas no Barroso; 25 ruas no Jardim Glória – Che Guevara (Cajazeiras); e dezenas de ruas do Parque Presidente Vargas; do Aracapé e Maria Tomásia, Sítio São João e Jagatá.

Em processo de licitação (novembro 2019) as obras de urbanização para as ruas da Comunidade 3 de Junho (Barroso); Alto Alegre (São Bento); Comunidade 7 de Setembro (Granja Lisboa); Santa Fé e Ancuri.

**ILUMINAÇÃO COM LUZ BRANCA** – 96% da cidade já se encontram com luz branca, contribuindo para a melhoria da iluminação pública.

**AMPLIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NAS ÁREAS DE MENOR IDH** – Na educação, foram inaugurados diversos Centros de Educação Infantil e Escolas de Tempo integral, cujos critérios utilizados para definir suas localizações contavam com a priorização para o baixo IDHM, taxas de homicídio e de habitação com mulheres como chefes

de família, ampliando, assim, serviços nessas áreas e buscando ampliar o acesso e reduzir a desigualdade na cidade.

### **MEU BAIRRO EMPREENDEDOR**

O Bairro do Bom Jardim, localizado em região de baixo IDH, foi o pioneiro na implantação do projeto Meu Bairro Empreendedor, iniciativa que implanta um corredor comercial totalmente urbanizado e contando com: requalificação de pavimentação; drenagem; padronização de calçadas e de fachadas; acessibilidade universal; arborização; iluminação em LED; piso tátil para os deficientes visuais; implantação de novos bancos, liveiras e jardineiras; sinalização; regularização e desobstrução de passeios e ciclofaixas bidirecionais.

## **Elaboração dos Pirfs das Zeis (Diart - Iplanfor)**

Uma das linhas de trabalho do Iplanfor é a coordenação e a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) bem como a elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (Pirfs), conforme prevê o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar nº 062/2009).

No ano de 2019, foi dada continuidade às ações relacionadas à regularização das Zeis em Fortaleza, como projeto-piloto com foco na elaboração e na aprovação dos Pirfs e na integração de políticas públicas setoriais territorializadas nessas zonas. Tais ações são propostas pelo Plano Fortaleza 2040, por meio dos planos de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária, no

Eixo 0 – Equidade Territorial, Social e Econômica.

A execução desse processo de planejamento junto às Zeis e seus conselhos gestores se iniciou, de fato, no ano de 2013 com as comunidades que participaram ativamente da construção de um diagnóstico das Zeis em Fortaleza e da elaboração de documentos de referência para os futuros Pirfs, por meio da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zeis em Fortaleza, tendo, por isso, sido denominadas prioritárias.

Em razão dessa trajetória, foi desenvolvida e oferecida a possibilidade de participação de projeto-

-piloto de regulamentação, visto que ainda não se tinha experimentação prática do instrumento Zeis em gestões anteriores de Fortaleza. Além disso, era fundamental construir uma metodologia aplicada à realidade desta Capital.

Em 2018, após a publicação e a entrega ao Prefeito em ato solene, no dia 23 de fevereiro de 2018, na presença de representantes da sociedade civil que acompanham o processo de implantação das Zeis, do Relatório da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zeis, com consequente publicação do Decreto nº 14.211, que regulamenta os Conselhos Gestores, houve o reconhecimento territorial in loco e foram realizadas as seguintes etapas desse projeto-piloto:

- 1) Realização de assembleias territoriais;
- 2) Divulgação do processo eleitoral para escolha de representantes junto às Secretarias e às comunidades;
- 3) Formação de comissões eleitorais com os moradores;
- 4) Elaboração de editais de eleição;
- 5) Mobilização para candidatura e votação;
- 6) Eleição de representantes;
- 7) Realização do curso de capacitação para conselheiros; e
- 8) Posse dos membros eleitos para os Conselhos Gestores, ocorrida em 13 de novembro de 2018, em sessão solene reali-

zada no Teatro São José pelo Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Frota Bezerra, com a participação de moradores das comunidades e representantes do Poder Público e demais autoridades.

Vencidas essas etapas, e em paralelo à constituição dos Conselhos Gestores dessas comunidades, que também discutiram e aprovaram seus respectivos regimentos internos e escolheram seus presidentes e vice-presidentes, foi aceito o desafio de desenvolver os Pirfs em trabalho conjunto com as universidades, conscientes da necessidade de alinhar saber acadêmico, saber popular e saber técnico no planejamento urbano.

A participação de Universidades e suas fundações de apoio em lugar de empresas para a elaboração dos Pirfs representou um salto na proposta e na inserção do trabalho dentro dos territórios, aproximando ainda mais a partilha de conhecimentos, o técnico e o popular, numa dinâmica desafiadora que se individualiza em cada área de Zeis.

À Universidade Federal do Ceará – UFC, foi proposto trabalhar os planos das Zeis do Poço da Draga, Bom Jardim e Pici. À Universidade Estadual do Ceará – Uece, os planos das Zeis do Lagamar, Pirambu e Moura Brasil. Em relação à Universidade de Fortaleza – Unifor, os planos das Zeis Praia do Futuro, Mucuripe e Serviluz; e, por fim, o plano da Zeis Dionísio Torres, considerada sua dimensão territorial reduzida, constituiu-se uma comissão mista entre Iplanfor e sociedade civil para elaboração de um Pirf para a Vila Vicentina.



## CIDADE CONECTADA, ACESSÍVEL E JUSTA







O eixo estratégico “Cidade conectada, acessível e justa” contempla a reorganização da forma urbana de Fortaleza, implementação de corredores de urbanização, conectando policentralidades, ampliação do acesso do cidadão aos bens, serviços públicos e oportunidades de emprego e renda, ampliação do uso misto e da diversificação de atividades, fortalecimento das identidades dos bairros, valorização e vitalização do centro urbano e dos espaços públicos, ampliação da acessibilidade e conectividade para melhoria da qualidade de vida da

população e um conjunto de projetos para áreas específicas da cidade.

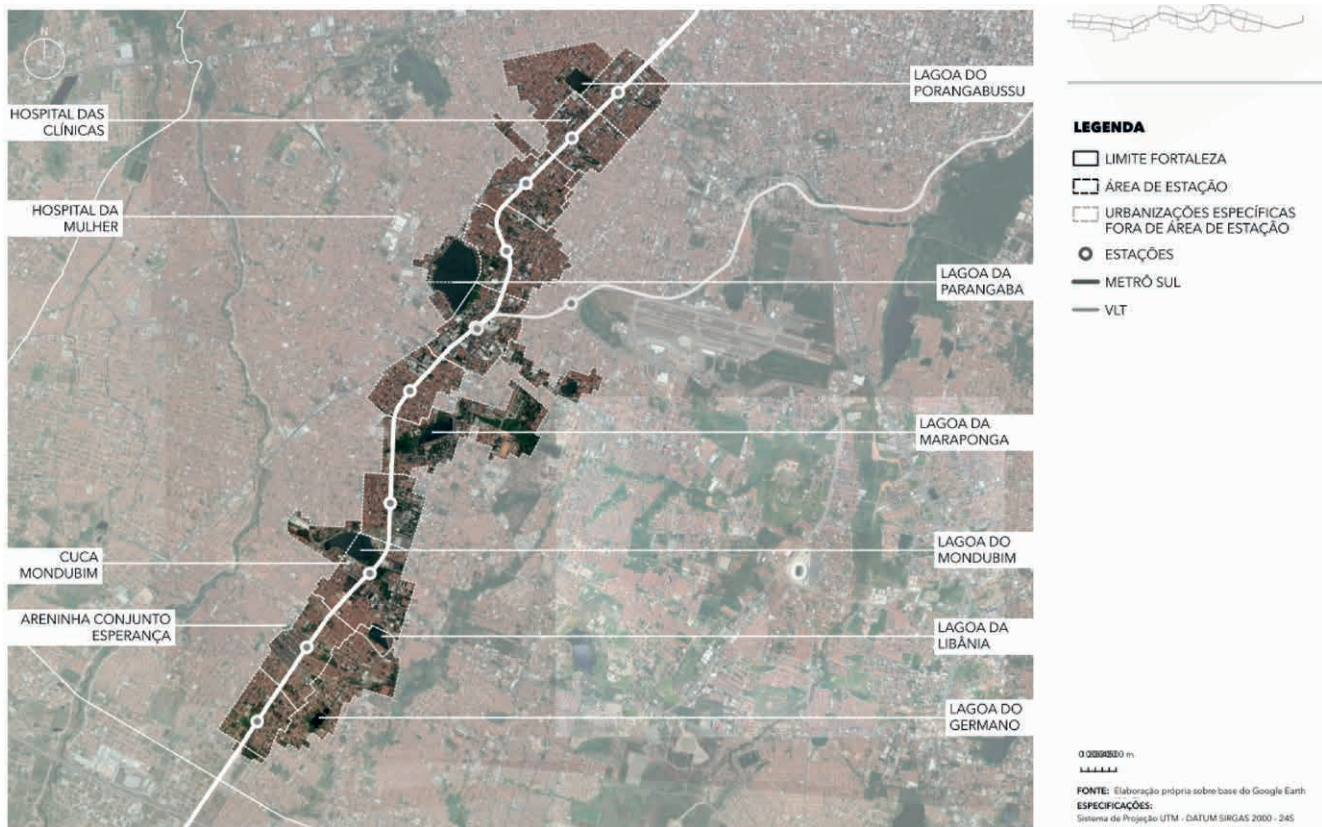
Este eixo estratégico se desdobra em cinco objetivos estratégicos:

- Cidade compacta, acessível e conectada;
- Espaços e serviços públicos alocados amplamente no conjunto do território municipal;
- Centro urbano reabilitado;
- Espaços públicos equipados, seguros e integradores;
- Transporte público de qualidade.

# Planos Urbanísticos Específicos

No que concerne à proposta de desenvolvimento urbano do Fortaleza 2040, o esforço foi concentrado no detalhamento de **7 Planos Urbanísticos Específicos**, a seguir ilustrados:

Figura 2 – Plano do Corredor de Urbanização do Metrofor Linha Sul-Centro



**Figura 3 – Plano da Esplanada Cultural/Praia de Iracema**



**Figura 4 – Plano do Corredor de Urbanização da Avenida Aguanambi**

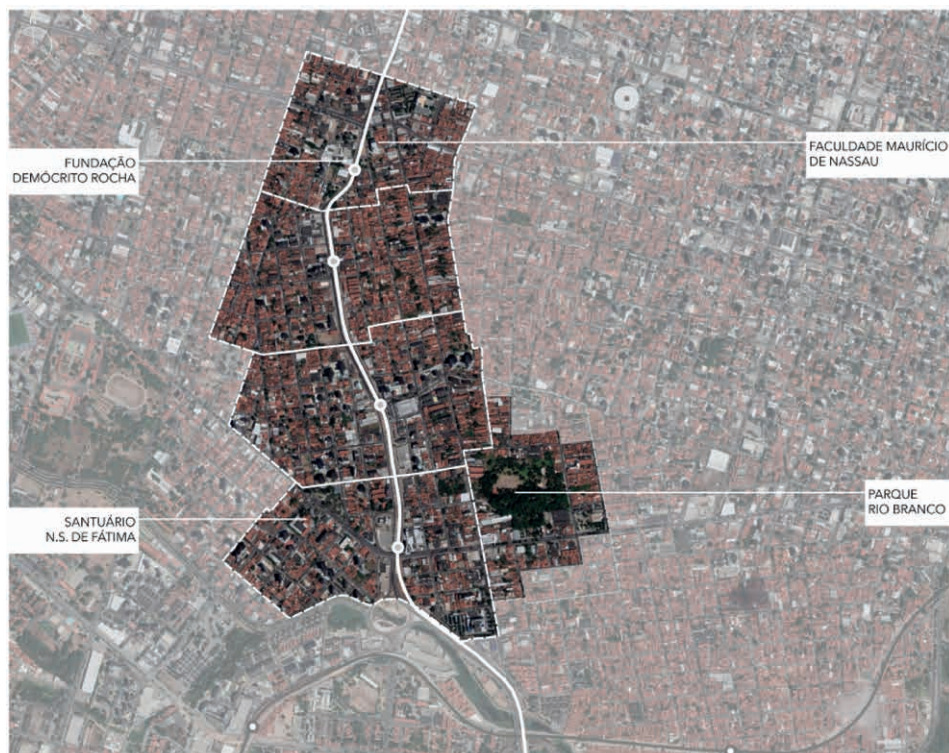


Figura 5 – Sistema de Bondes Elétricos



Figura 6 – Corredor Orbital

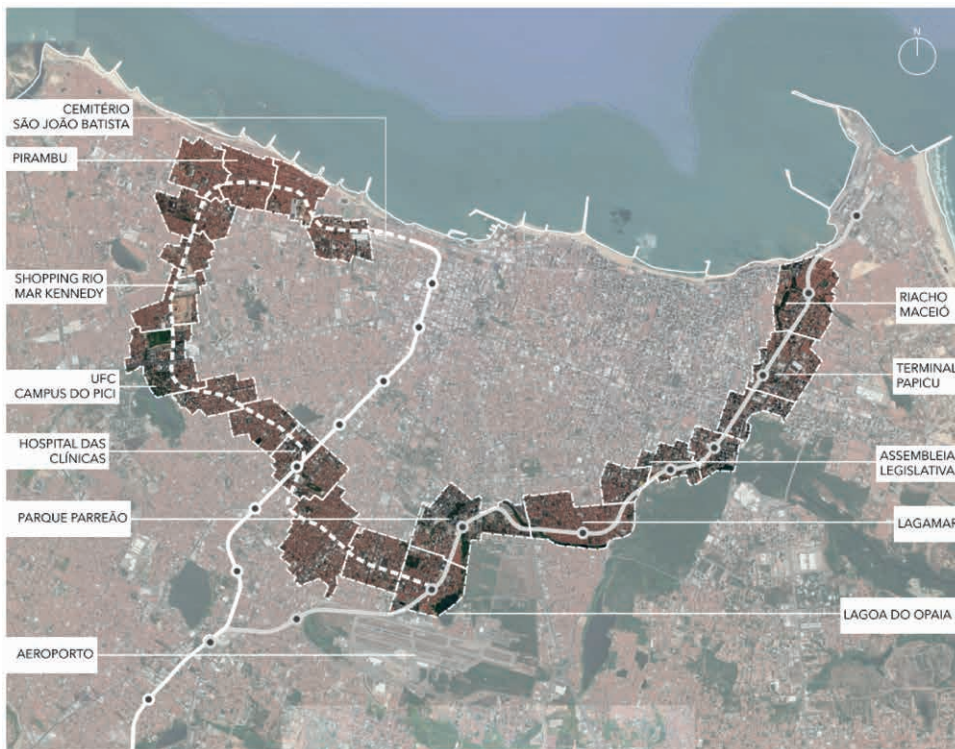


Figura 7 – Plano Urbanístico da Praia do Futuro e Cais do Porto

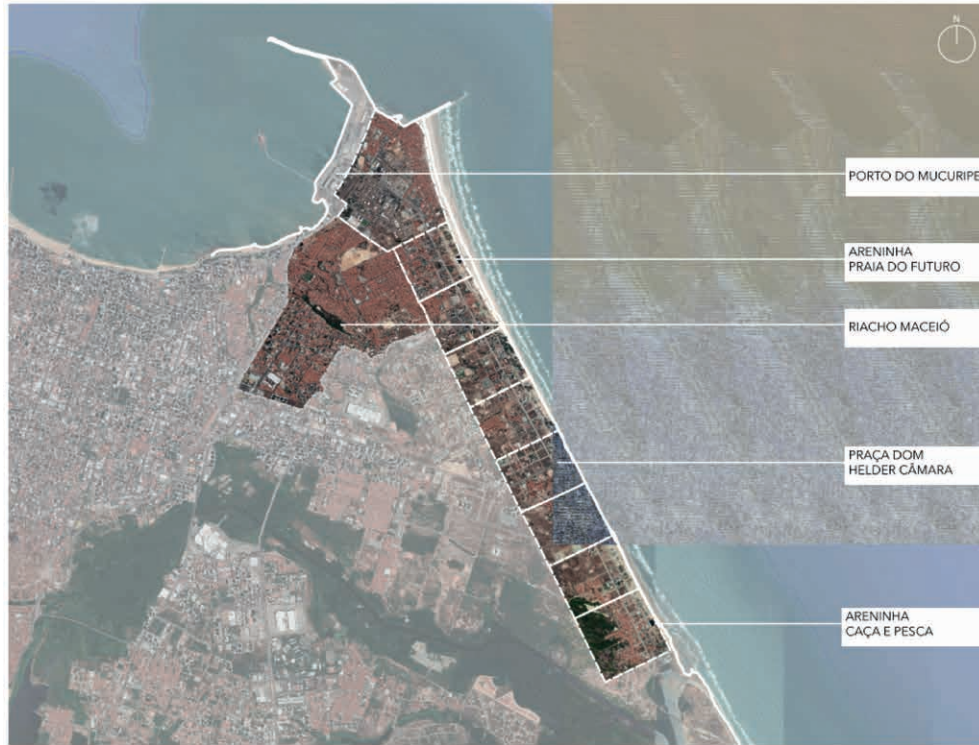
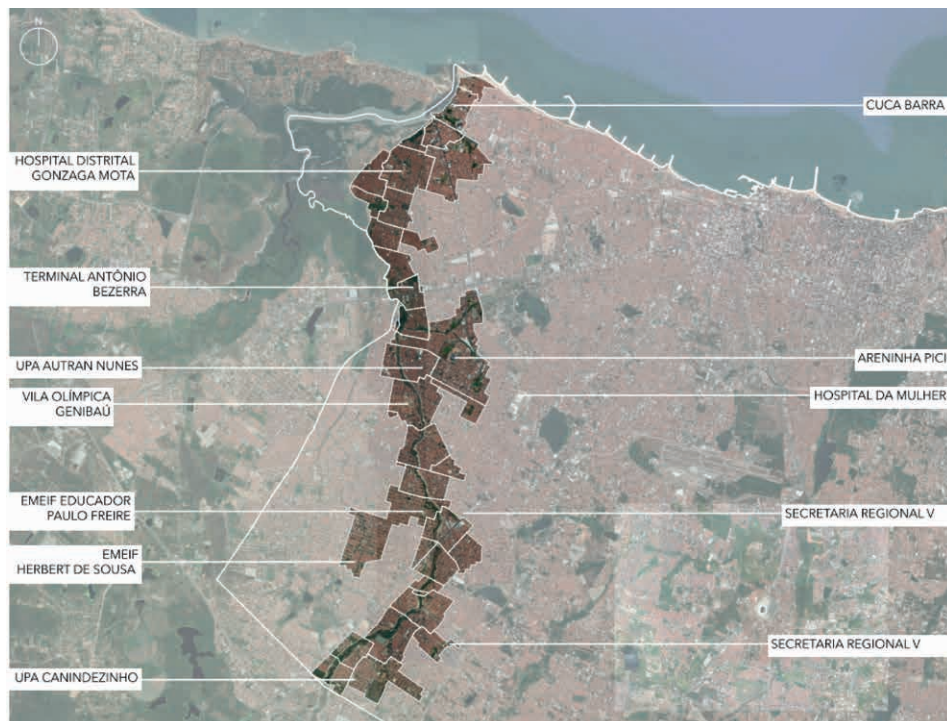


Figura 8 – Plano do Corredor do Riacho Maranguapinho



Esses sete planos elaborados foram priorizados após sequência de reuniões realizadas com a equipe de técnicos e gestores do Executivo municipal e estadual, tendo sido elaborados com recursos oriundos de convênio firmado entre a Secretaria das Cidades do Ceará e o Iplanfor.

Esses Planos, além de sua configuração sistêmica, explicitando oportunidades de Operações Urbanas Consorciadas – UOC, também se apresentam como excelentes *briefings* para definições programáticas, objetivando oportunidades de aplicação em Concursos Públicos de Ideias nas escalas do Desenho Urbano, dos Projetos Paisagísticos de Espaços Públicos e de Arquiteturas Públicas, integrados a partir de indicações contidas nos documentos de referência de projeto, originados pelo Plano Mestre e traduzidos a partir de informações geradas nesta etapa em blocos de Planos Específicos Setoriais.

Tais Planos também são tidos como planos intermediários entre a visão conceitual e um Projeto Urbano Executivo, o que demandará uma ampla discussão para que a sociedade possa se apropriar de seus conceitos e aperfeiçoar formulações.

No Plano do Corredor de Urbanização do Metrofor Linha Sul-Centro, encontra-se inserido o plano urbanístico específico da poligonal do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu (**Viva@Porangabussu**), estratégia coordenada pelo Governo do Estado em parceria com a Prefeitura de Fortaleza.

Além das atividades relacionadas à elaboração de plano urbanístico específico, no que concerne à implementação do Distrito, o Iplanfor contribuiu com a elaboração de projeto estratégico contemplando ações e orçamentos da primeira etapa de implementação do Distrito, assessoria técnica para inser-

ção do projeto no PPA e na LOA do Governo do Estado, inserção do projeto no Ceará 2050, além da realização de estudo das condições ambientais da Lagoa de Porangabussu, articulação de mutirão com a Cagece, Agefis e Secretaria Regional para identificação e notificação de esgotos clandestinos que poluem a lagoa, elaboração do projeto preliminar e Termo de Referência para projeto executivo para revitalização ambiental e urbanística da Lagoa de Porangabussu, previamente validado pela comunidade do entorno, a concepção da Escola de Cidadania, estudo inicial para identificação de habitação de interesse social (HIS).

A elaboração dos Planos específicos seguiu as etapas:

### **Etapa 1 – Análise de Informações Consolidadas**

Esta etapa compreendeu a realização de análises urbanas sobre a configuração física da Cidade, em sua condição atual, e promoveu estudos de avaliação de situações existentes no âmbito das zonas previstas como cenários contemplados nos Planos Específicos Setoriais já citados.

Nesta coleção foram reunidos todos os estudos com representação gráfica esquemática ou em mapas com suas respectivas escalas, com vistas a transferir os conteúdos de avaliação urbanísticas de situações existentes para a composição inicial da inteligência projetual. Nestas análises aparecem os elementos de importância estratégica que merecem atenção especial do Plano bem como situações bloqueantes ao desenvolvimento e que devem ser devidamente transformadas a partir de indicações do Plano.

Na sequência de informações são destacáveis a contextualização urbana da área do projeto e as relações existentes entre componentes de:

- Base Natural Urbana e invasões em áreas de preservação;
- Topografia e Bacias Hidrográficas;
- Usos do Solo atuais;
- Trama de Espaços Edificados e Não Edificados (cheios e vazios);
- Assentamentos Precários Existentes;
- Densidades Populacionais;
- Valores de Solo;
- Rede de Fibra Ótica (dados);
- Esgotamento Sanitário;
- Rede de Abastecimento de Água; e
- Rede de Distribuição de Gás.

### **Etapa 2 – Interpretação Urbanística e da Mobilidade**

Nesta etapa foram apresentados outros elementos de análise e interpretação, dentre eles:

- Análise Urbana Estratégica;
- Status de Uso dos Terrenos;
- Altura de Edificações;
- Bens Patrimoniais Tombados;
- Rede Cicloviária Existente;
- Linhas do Transporte Público;
- Rede de Equipamentos Públicos de Educação;
- Rede de Equipamentos Públicos de Saúde;
- Base Programática para as Propostas.

### **Etapa 3 – Proposições Urbanísticas e de Mobilidade**

Além de texto introdutório destacando conceitos e soluções urbanas e de infraestrutura consideradas, na forma de mapas ou desenhos, nesta etapa foram apresentadas:

- Uso do Solo Proposto;
- Proposta de Áreas Verdes;
- Alturas Propostas para as Futuras Edificações;
- Padrões Edificatórios Propostos;

- Habitações de Interesse Social Propostas;
- População e Densidades Propostas;
- Rede Cicloviária Proposta;
- Transporte Público Proposto;
- Equipamentos Públicos de Ensino Infantil Propostos;
- Proposta para Rede de Esgoto;
- Proposta para Rede de Dados;
- Proposta para a Rede de Gasoduto;
- Proposta para Abastecimento de Energia;
- Proposta para a Rede de Drenagem; e
- Proposta para a Rede de Abastecimento de Água.

Além dessas ações, foi proposto documento de referência para o processo de elaboração do novo Plano Diretor Participativo de Fortaleza, a partir de extrações dos 33 planos realizadas pelas Câmaras Setoriais.

### **AÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL E ESTADUAL RELACIONADAS COM OS 7 PLANOS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS**

- Implementação do Parque Rachel de Queiroz;
- Implementação do BRT da Avenida Aguanambi;
- Implementação de ciclovias e ciclofaixas;
- Melhoria de vias e passeios;
- Requalificação de praças e áreas verdes;
- Regulamentação do Parque do Cocó;
- Saneamento urbano de áreas vulneráveis, dentre outras;
- Recepção da manifestação de interesse de grupo privado de proposta de operação urbana na Praia do Futuro e Cais do Porto, baseada no Plano Específico da área.

# Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade Urbana

---

## OBJETIVO

- Acomodar uma população de até 3.600.000 habitantes na Região Metropolitana de Fortaleza até 2040;
- Apoiar com antecipação a gestão dos custos e benefícios do crescimento urbano adotando critérios da forma compacta, a partir de uma rede de áreas de oportunidades integradas por transporte eficiente;
- Favorecer o financiamento das obras de urbanização e construção do estoque de estruturas necessárias ao crescimento prognosticado a partir da implementação integrada entre as construções e os Corredores de Urbanização Orientada pelo Transporte Público;
- Estruturar a urbanização existente e futura com a base natural devidamente protegida e acessível quando conveniente.

## CÂMARA SETORIAL

### DESENVOLVIMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE

ÓRGÃO GESTOR - Iplanfor; Seuma; Seinf; SCSP

DEMAIS ÓRGÃOS - Metrofor; Sindiônibus; Agefis; Etufor; AMC; Coareg; Copedef; Sema; Seinfra; Urbfor.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Início do processo de elaboração do Plano Diretor conforme diretrizes do Concidades.
- Implantação das linhas de BRT na Av. Aguanambi e na Av. Bezerra de Menezes.
- Implantação de 192 quilômetros de malha cicloviária na atual gestão (crescimento de 282%, com 40% da população morando a até 300 metros da rede cicloviária, promovendo aumento de ciclistas).
- Priorização para o pedestre (área de trânsito calmo, faixas elevadas, intervenções urbanas redesenhando ruas para pedestres).

## AÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL RELACIONADAS COM O PLANO

- Bilhete Único e integração tarifária.
- Implantação de 104,1 quilômetros de faixas exclusivas de ônibus na atual gestão (aumento de 207% na velocidade média do transporte coletivo).
- Melhoria na qualidade do transporte coletivo (ex.: 100% da frota com WiFi, 30% da frota com ar-condicionado, reforma dos terminais, aplicativo de informações sobre os serviços de transporte coletivo, canais de denúncia de assédio em transporte coletivo, integração intermodal entre ônibus e bicicletas por meio de bicicletários e bicicletas integradas).
- Quatro sistemas de bicicletas compartilhadas (Bicicletar, Mini-Bicicletar, Bicicleta Integrada e Bicicletar Corporativo).
- Sistema de carros elétricos com 18 estações.
- Ações integradas para promoção de maior segurança viária ocasionando uma redução de 40% nas mortes de trânsito em relação a 2014.
- Grupos de Trabalho e conselhos temáticos (Plano de Caminhabilidade, Urban LEDS – Aspectos Urbanos/ Mobilidade e Meio Ambiente, Comitê de Segurança Viária, Plano de Segurança Viária, ForClima, COMAM, Agenda21, CPPD e Pirf).



**PROGRAMA MAIS AÇÃO** – A Prefeitura, em parceria com os governos estadual e federal, e com financiamentos de vários órgãos externos (BID, CAF, BM, BNDS, Caixa, Banco do Brasil), iniciou em 2019 um grande programa de investimentos na cidade, batizado por “Mais Ação”. São ações nas áreas de infraestrutura, urbanização, meio ambiente, mobilidade e também de educação, cultura, saúde, proteção social e inovação.

Com relação às melhorias urbanas na cidade, estão em andamento as obras da requalificação da Avenida Beira Mar, e sendo iniciada a requalificação da orla do Rio Ceará (Beira Rio Ceará). As fases 1, 2, 5 e 6 propostas para a implantação do Parque Rachel de Queiroz já se encontram licitadas. Também já está em obras o novo Parque Passaré além da requalificação da Lagoa da Viúva.

Na área central foi dado início à restauração do Parque das Crianças (por meio de concurso de ideias), a requalificação e o ordenamento de vendedores ambulantes na Praça José de Alencar e no Passeio Público, a reestruturação dos calçadões das ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso e Calçada Viva na Rua Barão do Rio Branco.

Há previsão de requalificação de calçadas, canteiros e pavimentos nas avenidas Fernandes Távora, José Bastos, Desembargador Moreira, Historiador Raimundo Girão, Barão de Studart, Dom Luís e Rua dos Tabajaras, Vicente de Castro, Adolfo Caminha e João Moreira.



Na área da mobilidade estão sendo implantados os binários: Santos Dumont (inaugurado), Osório de Paiva (em licitação), Messejana (em obras), José Leon (em conclusão) e o Trinário Duque de Caxias (inaugurado). A duplicação da avenida Sargento Hermínio está em andamento.

As faixas exclusivas já totalizam 115,6 km, e a malha cicloviária conta com 280,5 km. Encontra-se em processo de expansão as estações do Bicicletar, ampliando para mais 130 km e a instalação de mais 12 estações de bicicletas integradas.

Também está prevista a construção de miniterminais no Centro, no José Walter e na avenida Washington Soares.

## **DISTRITO DE INOVAÇÃO EM SAÚDE DE PORANGABUSSU (Dipla - Iplanfor)**

Na última década, o mundo tem visto, em dezenas de cidades e regiões metropolitanas, surgirem os distritos de inovação como um novo conceito em área de desenvolvimento urbano. Distritos de inovação são áreas geograficamente compactas dentro de cidades que contemplam o uso integrado de moradia, trabalho e lazer. Com abrangência delimitada, concentram área residencial, instituições de ensino e pesquisa, incubadoras, aceleradoras, startups e empresas que se desenvolvem de forma conjunta, facilitando a mobilidade urbana e levando qualidade de vida aos locais. Formam uma região propícia para o surgimento de novas ideias, produtos, serviços e negócios como estratégia de desenvolvimento regional de forma global. Espaços urbanos são revitalizados pelo desenvolvimento econômico, em que grandes empresas interagem e se conectam com empresas em fase inicial, os residentes trabalham no entorno de casa e dispõem de áreas públicas de lazer.

Os distritos de inovação, pelo mundo, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, mostram que

seu desenvolvimento está ligado à vocação empreendedora da região escolhida para sua implantação, e aos investimentos feitos na reorganização urbana, em clusters, permitindo o desenvolvimento econômico da área. Em Fortaleza, a região no entorno da Lagoa de Porangabussu, apresenta características bastante atrativas para o reordenamento urbano usando um Distrito de Inovação em Saúde (DIS). Localizada no bairro Rodolfo Teófilo e adjacências, o território sedia os principais hospitais de referência de Fortaleza, como a Maternidade-Escola, o Hospital Universitário Walter Cantídio, o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce), o Instituto do Câncer do Ceará (ICC), o Instituto de Ciências Médicas (ICM), o centro universitário da Universidade Federal do Ceará para os cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, e o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM).

No entanto, embora a área da saúde gere riqueza, a forma como está disposta a estrutura existente gera

concentração de renda para os profissionais da saúde que trabalham nessas instituições, e desigualdade social para os residentes. A maioria dos profissionais da saúde que trabalham no território mora em outras regiões de Fortaleza. Portanto, sob a ótica do desenvolvimento socioeconômico, a região oferece desafios como a baixa oferta de serviços públicos integrados, infraestrutura urbana e de transporte público inadequadas, baixo nível educacional dos habitantes, meio ambiente degradado, espaços públicos inadequados à integração e ao convívio social, baixo nível educacional e de qualificação profissional da população residente (o que dificulta a inclusão produtiva), alto índice de violência urbana, assentamentos precários e ausência de escola integral para ensinos médio e fundamental.

A implantação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu, ação que integra os planos Mestre Urbanístico e Plano de Desenvolvimento Econômico do Fortaleza 2040, além do Plano Ceará 2050, deve gerar melhoria do contexto urbano com uma reorganização territorial e estrutural que minimize a possibilidade de especulação imobiliária, gerando desenvolvimento de oportunidades de negócios na área da saúde e afins, desenvolvimento do comércio e serviços locais, maior oferta de serviços integrados e gratuitos de saúde de alta qualidade, ampliação de oportunidades de emprego e renda, formação de profissionais preparados para as demandas do mercado de trabalho, criação de postos de trabalho de alta qualificação para aumento da renda familiar da população residente na região.

Para isso, o caminho escolhido para o desenvolvimento socioeconômico passa pela economia do conhecimento, que gera valor, produtividade e crescimento econômico consistente por meio da formação de capital humano altamente

qualificado para aplicação direta de conhecimento e tecnologias, o que proporciona inclusão social e produtiva da população. A economia do conhecimento oportuniza participação de todos no processo de crescimento, garantindo compartilhamento dos benefícios gerados.

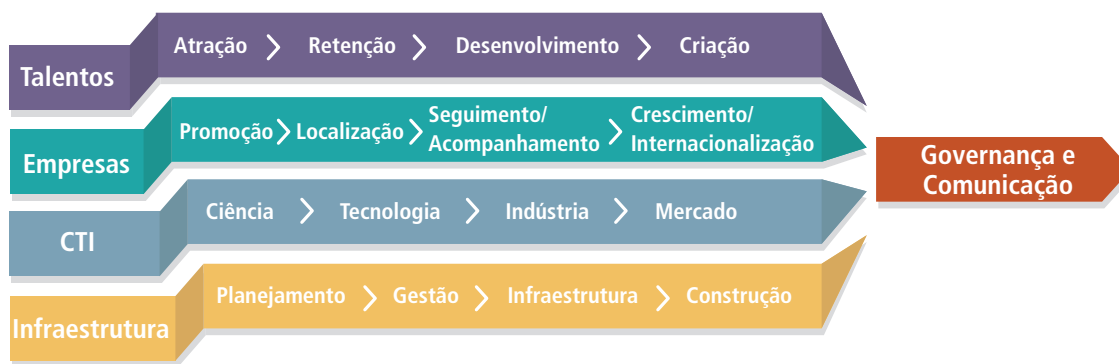
O rol de benefícios esperados com a implantação do Distrito deriva do diferencial no conceito ampliado de saúde como um direito social e de cidadania, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Art. 196 da Constituição Federal de 1988, e Lei Orgânica da Saúde). Este conceito alcança as dimensões de alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, ocupação, lazer e acesso aos bens e serviços essenciais. Dessa forma, os níveis de saúde da população expressam a organização socioeconômica do país. (Lei 8080/90 – Lei Orgânica do SUS).

Entendendo que o setor econômico da Saúde constitui uma importante dimensão do desenvolvimento, fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, além de representar uma nova fronteira de expansão econômica para Fortaleza, como também para o Ceará, a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Estado decidiram utilizá-lo para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento baseado na economia do conhecimento, por meio da concepção, da implantação e da dinamização, inicialmente, do **Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu (Viva@Porangabussu)**.

O desenvolvimento do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu, portanto, seguirá a sequência de ações do Mapa das Funções Ecológicas abaixo, com o objetivo de: (i) Buscar, de forma cooperativa e multidisciplinar, soluções tecnológicas adequadas às necessidades de inovação e modernização da economia da saúde; (ii) Promover mecanismos modernos de suporte à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à formação de capital humano para gerir, desenvolver e operar produtos e processos inovadores; (iii) Contribuir para o desenvolvimento econômico e social, por meio da con-

cepção e da coordenação de projetos e programas de criação e difusão de conhecimento em saúde e demais setores produtivos de apoio, intensivos em conhecimento; (iv) Dar suporte à proteção da propriedade intelectual que resulte de PD&I realizados a partir do registro de marcas, patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais ou outras formas; (v) Realizar o marketing e a promoção comercial do ambiente de negócios do ecossistema de inovação; (vi) Promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico, social e urbano da comunidade da poligonal do Distrito e entorno.

**Figura 9 – Mapa das Funções Ecológicas**



O projeto, ao longo de suas várias etapas, prevê impulsionar dois *clusters* da saúde, atraindo para o território um conjunto de atividades, instituições e infraestruturas de apoio:

**Figura 10 – Clusters de Atividades do Distrito de Inovação em Saúde**



Dentre as ações propostas pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza – Iplanfor para a primeira etapa de implementação do referido Distrito, em parceria com o Governo do Estado, estão:

- Desenvolvimento de Plano Urbanístico Específico para o Distrito;
- Requalificação urbana da Lagoa de Porangabussu e saneamento da área de entorno;
- Escola de Cidadania;
- Requalificação de assentamento precário e construção de edifício de HIS;
- Implantação do Portal e Governança do Distrito;
- Desenvolvimento de Legislação Urbana Específica para a poligonal do Distrito;
- Definição de Modelo do Distrito, identificação de desafios e elaboração de pacto envolvendo as diversas instâncias relacionadas;
- Elaboração de plano de desenvolvimento econômico e de negócios e plano de requalificação do ensino fundamental, médio e tecnológico da área.

Ao longo de 2018 e 2019, das ações elencadas para a primeira etapa, foram realizadas as seguintes:

#### **a) Desenvolvimento de Plano Urbanístico Específico para o Distrito**

Por meio de convênio firmado entre o Iplanfor e a Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará, foi elaborado o Plano Urbanístico Específico para o Distrito, no qual constam mapas ou desenhos contendo propostas para uso do solo, áreas verdes, alturas para as futuras edificações, padrões edificatórios, habitações de interesse social, densidade demográfica populacional futura, rede cicloviária, transporte público, localização de

novos equipamentos públicos de ensino, além de propostas para a rede de esgoto, rede de dados, rede de gasoduto, abastecimento de energia, rede de drenagem, rede de abastecimento de água, vias e passeios.

#### **b) Requalificação urbana da Lagoa de Porangabussu e saneamento da área de entorno**

Quanto à requalificação da Lagoa de Porangabussu, foi elaborado estudo acerca das condições ambientais da lagoa, qualidade da água, condições da flora e da fauna, qualidade do saneamento ambiental de toda a região da bacia de contribuição. Para este último quesito, foi realizada visita com equipe técnica da Cagece, Agefis, Secretaria Regional III e Iplanfor a mais de 700 imóveis, possíveis contribuintes de esgoto in natura para a lagoa.

Foi elaborado, em seguida, estudo preliminar para que a comunidade pudesse opinar sobre projeto, e depois elaborado Termo de Referência para licitação de projeto executivo, o qual foi repassado ao Governo do Estado para que procedesse a contratação de tal projeto.

#### **c) Escola de Cidadania**

Foram identificados imóveis do Município para instalação da Escola de Cidadania, pelo que a Sepog e PGM, sob demanda do Iplanfor, estão solicitando a reintegração de posse desses terrenos para tal finalidade.

Foram definidos, em conjunto com equipe do Governo do Estado e consultores, os serviços e ambientes que serão ofertados à comunidade por meio da Escola de Cidadania bem como seu programa de necessidades.

#### **d) Requalificação de assentamento precário e construção de edifício de HIS**

A Sepog e a PGM, sob demanda do Iplanfor, estão solicitando a reintegração de posse de terrenos para construção de edifício para Habitação de Interesse Social, para cobrir parte do déficit habitacional da área do entorno da lagoa.

#### **e) Implantação do Portal do Distrito**

A Sepog e a PGM, sob demanda do Iplanfor, já conseguiram realizar a reintegração de posse de terreno para instalação de Portal do Distrito.

#### **f) Modelo de Governança do Distrito**

A Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (Sesa) publicou no mês de novembro de 2019 o contrato de consultoria técnica internacional (La Salle Technova) para orientar, entre dezembro de 2019 e novembro de 2020, a equipe técnica do projeto do Distrito (Iplanfor e Sesa) na definição do modelo do Distrito, grandes desafios, modelo de governança do Distrito, elaboração de pacto pelo Distrito, detalhamento de plano de trabalho da primeira etapa, apoio na realização do I e do II Simpósio Internacional de Inovação do Ceará (o I Simpósio ocorreu em 12 e 13 de dezembro de 2019, quando se deu o lançamento do Pacto pelo Distrito de Inovação de Porangabussu). A Diretoria de Planejamento do Iplanfor já realizou reunião com a referida consultoria internacional de maneira a ajustar cronograma das diversas atividades que transcorrerão ao longo do período da consultoria.

**Figura 11 – Plano Urbanístico para o Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu**



**Figuras 12 – Imagens do lançamento de esgoto in natura na lagoa, por meio do sistema de drenagem**



Figura 13 – Mapa de Zoneamento Proposto para a Lagoa de Porangabussu



Figura 14 – Perímetro do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu







## **VIDA COMUNITÁRIA, ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR**



Este eixo agrega ações planejadas para assegurar que todos os moradores de Fortaleza sejam acolhidos nas suas necessidades, seja na promoção de sua saúde e no lazer, seja por meio de políticas específicas para os diversos segmentos que compõem a população: faixa etária, raça, gênero, orientação sexual e/ou deficiências.

No campo da saúde pública, persistem velhas mazelas, como doenças infecciosas caracterizadas como doenças do atraso ou negligenciadas, tais como tuberculose, hanseníase, sífilis congênita, dengue, leishmaniose e outras transmissíveis por vetores, aids, bem como mortes maternas – e o crescimento de algumas enfermidades decorrentes da vida moderna nas grandes cidades, incluindo o envelhecimento da população, que gera uma transição epidemiológica com predomínio dos agravos de idosos.

Outro fator importante a ser considerado na construção de uma cidade acolhedora é o enfrentamento às vulnerabilidades sociais a que estão sujeitas as 143 mil famílias em situação de pobreza na cidade, o que corresponde a mais de um milhão de pessoas, das quais 622 mil são mulheres.

As mulheres, em Fortaleza, representam 53% da população; entretanto, este segmento ainda está sujeito a tratamento desigual nas relações de trabalho e altas taxas de feminicídio e violências sexuais. Essa violência específica também afeta segmentos do setor LGBT.

A juventude, que representa em torno de 30% da população total da cidade também possui vulnerabilidades específicas relacionadas à violência e à ociosidade do segmento jovem que nem trabalha nem estuda. Outro setor sujeito a situações de vulnerabilidade são as pessoas com 60 anos ou mais, cuja população em 2040, estima-se, deve ser igual à população de crianças e adolescentes, o que sinaliza a necessidade de políticas que lhe assegure a garantia de direitos e acessibilidade.

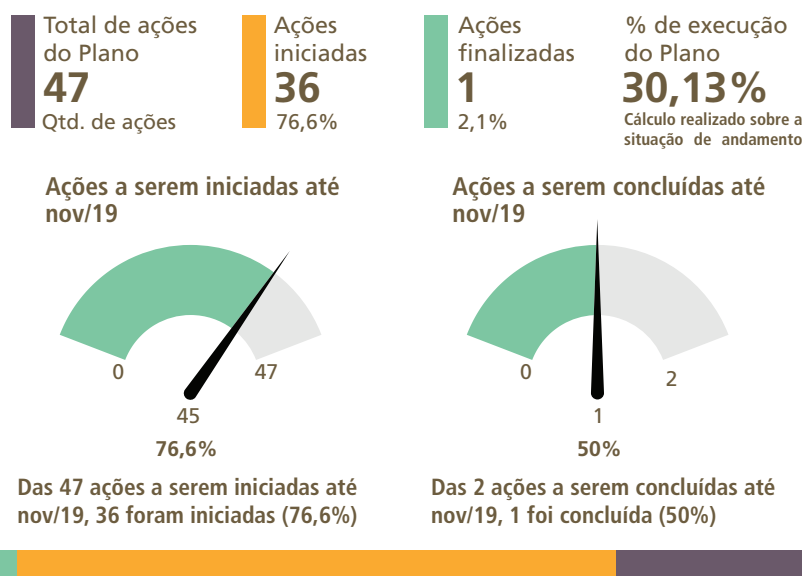
A cidade também deve ser acessível para todas as pessoas, com destaque para as pessoas com deficiências que enfrentam dificuldades relacionadas ao livre acesso aos espaços e serviços.

Outro grande desafio a ser vencido na construção de uma cidade acolhedora são os aspectos culturais negativos, tais como o machismo, a lesbo-homofobia e os preconceitos raciais.

O Eixo “Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar” reúne 11 planos, a saber:

- Assistência Social (AS)
- Esporte e Lazer (EL)
- Saúde (SA)
- Segurança Nutricional e Alimentar (SN)
- Direitos da Criança e do Adolescente (CA)
- Direitos da Juventude (JV)
- Direitos da Pessoa Idosa (ID)
- Direitos da Mulher (ML)
- Direitos LGBT (LG)
- Igualdade Racial (IR)
- Pessoa com Deficiência (PD).

# Plano da Assistência Social



## OBJETIVO

Comunidades valorizadas e integradas à sociabilidade urbana;  
Política Municipal de Assistência Social, compreendida como um direito pela população;  
Comunidade saudável (saúde física, mental, social).

## CÂMARA SETORIAL

### ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

DEMAIS ÓRGÃOS - SME; SMS; Gabinete do Prefeito; Iplanfor; Consea (articulador); UFC, Uece; IPDC; IES; Sesa; Ipece; Ceps; Ministério da Saúde; Ministério da Cidadania; STDS.

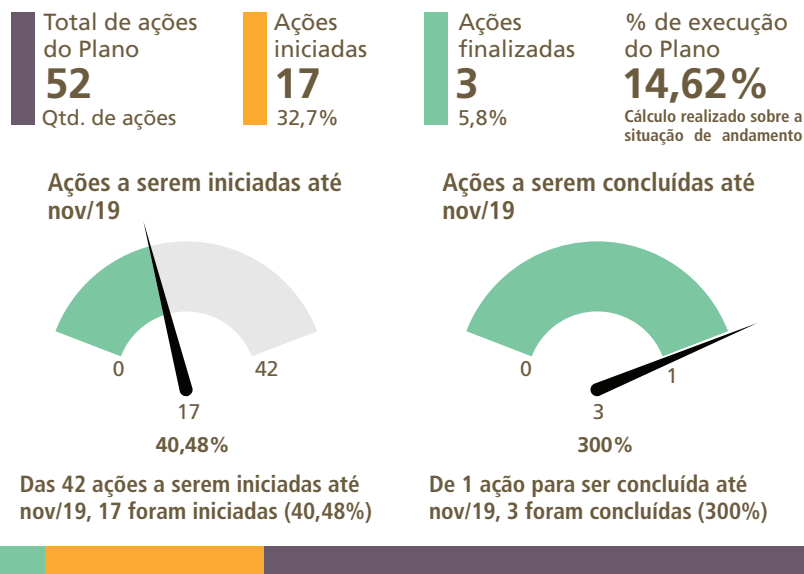
## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Aquisição e/ou construção da sede do órgão municipal gestor da Política Municipal de Assistência Social, com local específico para capacitação de seus trabalhadores. - **AS.1.1**
- Implantação do Plano de Educação Permanente do Suas para gestores, trabalhadores, conselheiros e membros de entidades socioassistenciais. - **AS.1.2**
- Estruturação dos equipamentos da Assistência Social (existentes e novos), conforme as normativas do MDS (estrutura física, acessibilidade e tecnologia da informação). - **AS.1.3**
- Composição das equipes de referência em todos os equipamentos da Política Municipal de Assistência Social, inclusive as equipes de referência do Cadastro Único, de acordo com as especificidades de cada território. - **AS.1.4**
- Criação de fóruns territorializados para planejar e divulgar as ações da assistência social. - **AS.1.5**
- Oferta de estágio remunerado a todos os estudantes das categorias profissionais tipificadas na NOB, RH, Suas lotados na Setra. - **AS.1.6**
- Publicização das pesquisas realizadas no âmbito da Política Municipal de Assistência Social por seminários, fóruns, conferências. - **AS.1.7**
- Criação de um sistema municipal integrado de notificação de violências e violações de direitos nos diversos segmentos populacionais. - **AS.1.8**

**PRINCIPAIS  
AÇÕES  
INICIADAS**

- Formalização do organograma do órgão gestor da assistência social do Município, contendo área de gestão do Suas com competência de: gestão do trabalho, regulação do Suas e vigilância socioassistencial. - **AS.1.9**
- Criação de indicadores sociais para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações socioassistenciais. - **AS.1.10**
- Ampliação do orçamento da Prefeitura destinado a assegurar a concessão dos benefícios eventuais (auxílio-natalidade, cesta básica e auxílio-funeral) para quem deles necessitar, conforme o Art. 22 da Lei 12.435/2012. - **AS.2.1**
- Estruturação de equipamentos da Proteção Social Básica (ampliação e adequação dos equipamentos à execução dos serviços; recursos humanos; recursos materiais), respeitando as normativas instituídas pela Loas. - **AS.3.1**
- Acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), - **AS.3.2**
- Implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em todos os Cras e a todos os públicos tipificados. - **AS.3.4**
- Implantação do SCFV 0 a 6 anos, com garantia de estrutura e equipe capacitada. - **AS.3.5**
- Ampliação do quadro de profissionais com qualificação e identificação com os programas, os projetos e os serviços da Política Municipal de Assistência Social. - **AS.4.1**
- Implantação de 1 Casa de Passagem Feminina e implantação de 1 Abrigo Institucional para Mulheres em Situação de Rua. - **AS.4.9**
- Implantação de acolhimento de crianças e adolescentes – 0 a 18 anos para irmãos. - **AS.4.10**
- Ampliação da Pousada Social. - **AS.4.16**

# Plano de Esporte e Lazer



## OBJETIVO

- Ampliar a oferta de modalidades esportivas e de lazer, por meio de parcerias com as entidades esportivas;
- Utilizar a escola e outros espaços públicos como equipamentos permanentes de oferta de esporte e lazer para a comunidade;
- Criar estrutura profissionalizada no âmbito da Secretaria Municipal do Esporte, por meio de concurso público para quadro efetivo;
- Instituir políticas públicas de Estado para a oferta de atividades de esporte e lazer.

## CÂMARA SETORIAL

### ESPORTE E LAZER

ÓRGÃO GESTOR - Secretaria Municipal do Esporte e Lazer (Secel)

DEMAIS ÓRGÃOS - Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog); Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE); Secretaria Municipal da Segurança Cidadã (Sesec); Secretaria Municipal da Infraestrutura (Seinf); Secretaria Municipal da Saúde (SMS); Secretaria Municipal da Cultura (Secultfor); Secretaria Municipal da Educação (SME).

### Criação de Núcleo Gestor de auxílio à Secel no gerenciamento e no controle dos equipamentos esportivos públicos municipais. EL.5.7

(1) Núcleo Gestor com participação de representantes de classes, federações esportivas e comunidade criado e em funcionamento.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

### Implantação e desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer nas escolas, aos fins de semana, para a comunidade. EL.1.1

100% de adesão das escolas que possuam equipamentos esportivos até 2040. 1 por bairro-piloto. Total de bairros: 119. Total de escolas: 454. 100% de adesão das escolas (frequência de atividades de acordo com a demanda).

**PRINCIPAIS  
AÇÕES  
INICIADAS****Ampliação (em número e tamanho) e conservar as Academias ao Ar Livre.****EL.1.10**

15 Academias ao Ar Livre em cada Regional, mais 5 academias construídas na Sercefor; ampliação do número de equipamentos nas Academias. 95 dessas construídas e estão em funcionamento.

**Programas de atividade física inclusivos para pessoas com problemas de saúde mental referenciados pelo Caps, Caps AD e CapsI, sob supervisão e/ou intervenção do profissional de educação física ou terapeuta ocupacional, assim como por demanda espontânea. EL.1.14**

1 programa de atividade física inclusivo para os usuários dos Caps. Criado e implementado.

**Transformação em políticas públicas de gestão municipal ligadas ao Esporte e Lazer – programas e projetos comprovadamente bem-sucedidos, fortalecendo os bairros com baixo IDH, a fim de garantir sua continuidade como políticas de Estado Diretriz Marco legal. EL.1.20**

Análise a cada 2 anos dos programas esportivos bem-sucedidos no município, e por meio de leis que deverão ser criadas e aprovadas na Câmara Municipal; garantir a continuidade destes programas. Para indicação do êxito, os programas deverão ser avaliados quantitativa e qualitativamente.

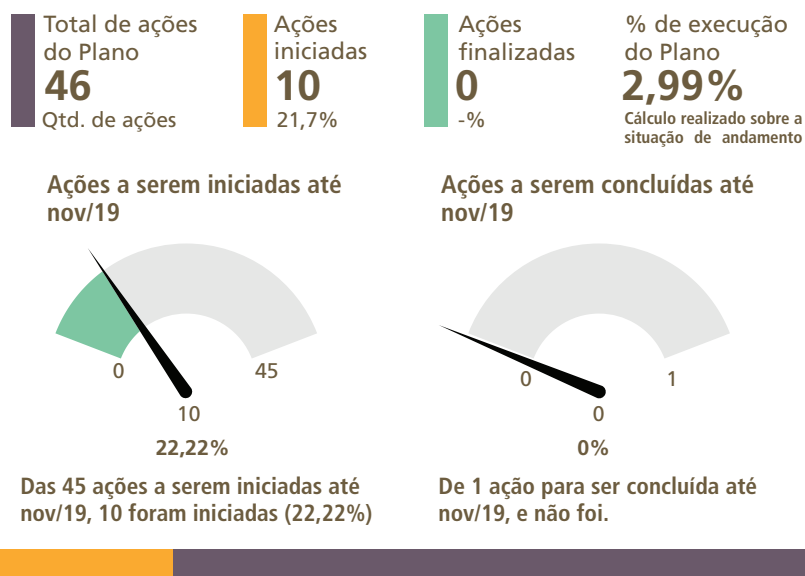
**Contratação de guardas municipais para atuação em espaços públicos utilizados para a prática de atividade física durante os horários de maior utilização. EL.4.10**

Aumentar o número de guardas municipais até 40% do efetivo atual.

**AÇÕES DA GESTÃO  
MUNICIPAL  
RELACIONADAS  
COM O PLANO**

- Projeto Longe das Ruas com esporte e arte na escola.
- Construção do Centro de Artes e Esportes Unificados - CEUs.
- Construção, reforma e requalificação de espaços públicos como praças, estádios, campos de futebol, Areninhas e Cucas.

# Plano dos Direitos LGBT



## OBJETIVO

O plano para o segmento de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) propõe a construção de uma Fortaleza acolhedora, com a população LGBT empoderada politicamente, exercendo sua plena cidadania com seus direitos assegurados por meio de políticas afirmativas, acessíveis e igualitárias. Um dos objetivos é a promoção de uma educação não discriminatória e de garantia das diversidades de orientação sexual e identidades de gênero.

## CÂMARA SETORIAL

### DIREITOS HUMANOS

ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

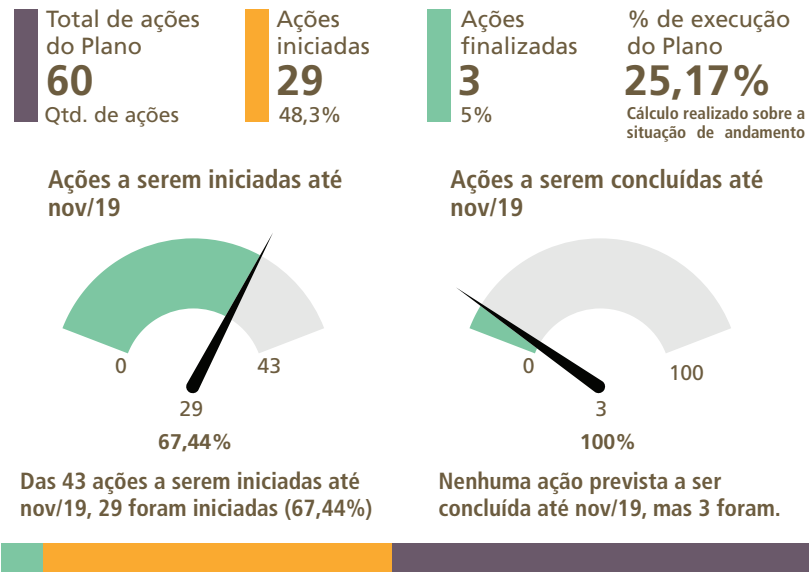
DEMAIS ÓRGÃOS - Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual; Coordenadoria Especial da Igualdade Racial; Funci; Coordenadoria Especial de Pessoas com Deficiências; Coordenadoria de Políticas para Mulheres; Coordenadoria de Políticas de Juventude; Coordenadoria dos Idosos.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Massificar, por meio da difusão em todos os espaços e equipamentos públicos, a campanha educativa contra homofobia, lesbofobia e transfobia: "Direitos Iguais: Fortaleza de Todas as Cores";
- Inclusão e o uso do nome social de travestis e transexuais em todos os órgãos públicos municipais que atendem de diferentes modos essa população;
- Capacitação e formação permanente junto aos profissionais da política de assistência social;
- Elaboração de diagnóstico e manutenção de banco de dados atualizado sobre a realidade da população LGBT (saúde, moradia, renda, escolaridade, trabalho, cultura, situação familiar, violência, condições étnicas, raciais, convivência com a cidade e homo, lesbo, transfobia);
- Criação no âmbito municipal de Ambulatório de Travestis e Transexuais TT, conforme estabelecido pelo Sistema Único de Saúde.



## Plano da Mulher



### OBJETIVO

Melhorar as condições da qualidade de vida da mulher contribuindo para o fortalecimento da democracia, da justiça social e de gênero;  
Assegurar a inclusão e a autonomia econômica das mulheres, com acesso à educação, empregabilidade, associativismo e capacidade empresarial;  
Fortalecer a participação feminina na vida pública;

### CÂMARA SETORIAL

#### DIREITOS HUMANOS

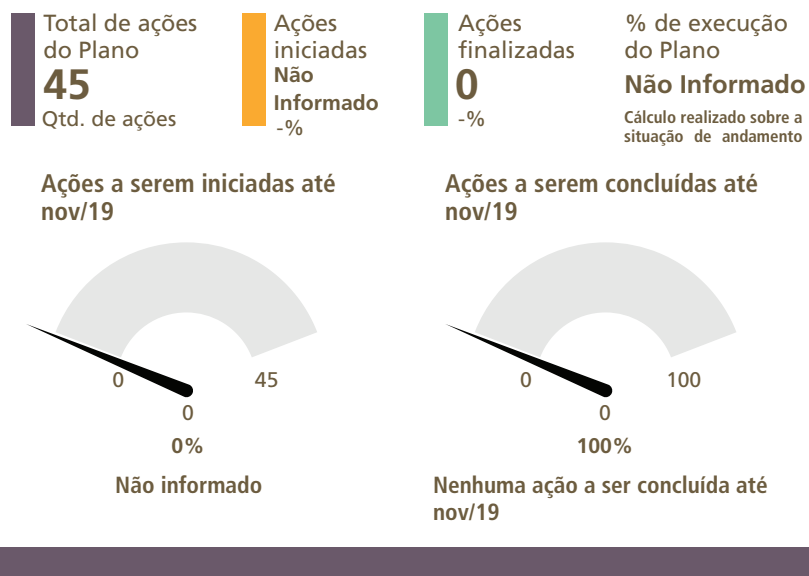
ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

DEMAIS ÓRGÃOS - Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual; Coordenadoria Especial da Igualdade Racial; Funci; Coordenadoria Especial de Pessoas com Deficiências; Coordenadoria de Políticas para Mulheres; Coordenadoria de Políticas de Juventude; Coordenadoria dos Idosos.

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Oferta permanente de cursos de qualificação profissional e de formação em práticas solidárias para mulheres acompanhadas pela Rede de Atendimento e Enfrentamento da violência.
- ML 1.2

# Plano da Criança e do Adolescente



## OBJETIVO

Garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes baseando-se nos pilares: Cuidar, Educar, Proteger e Promover a Cidadania.

## CÂMARA SETORIAL

### DIREITOS HUMANOS

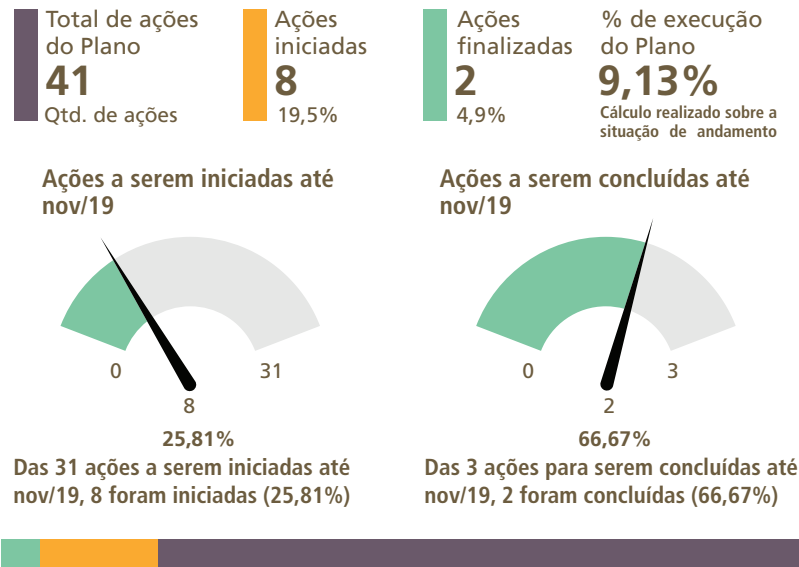
ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

DEMAIS ÓRGÃOS - Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual; Coordenadoria Especial da Igualdade Racial; Funci; Coordenadoria Especial de Pessoas com Deficiências; Coordenadoria de Políticas para Mulheres; Coordenadoria de Políticas de Juventude; Coordenadoria dos Idosos.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

-

## Plano da Juventude



### OBJETIVO

- Propiciar melhoria significativa nos índices de desenvolvimento humano, social e econômico da juventude de Fortaleza, adequando-os aos indicadores da Unesco, ONU, Unicef;
- Promover a saúde integral dos jovens, contemplando as especificidades de sexo, raça, etnia, orientação afetiva, sexual, classe social e acessibilidade;
- Promover as potencialidades juvenis no campo cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, fomentando o desenvolvimento de alternativas econômicas e sociais baseadas em princípios solidários;

### CÂMARA SETORIAL

#### DIREITOS HUMANOS

ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

DEMAIS ÓRGÃOS - Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual; Coordenadoria Especial da Igualdade Racial; Funci; Coordenadoria Especial de Pessoas com Deficiências; Coordenadoria de Políticas para Mulheres; Coordenadoria de Políticas de Juventude; Coordenadoria dos Idosos.

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Ampliação da Rede Cuca - Cuca José Walter em construção 22% da obra, CUCA Pici 13% de execução e CUCA Vicente Pinzon em etapa de elaboração do projeto. - **JV.1.2**
- Projetos Jovens articuladores da saúde em execução, com 49 jovens atuando em 6 Unidades Básicas de Saúde. - **JV.1.3**
- Garantia da inclusão de jovens com deficiência e mobilidade reduzida em projetos e programas para a juventude em esporte, lazer e cultura. Todos os projetos e programas da juventude

---

## **PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS**

incluem jovens com deficiência e mobilidade reduzida, como a Rede CUCA, Academia ENEM, Jovens talentos e programas novos como o bolsa jovem. – **JV.1.5**

- Criação de programa de tutoria na educação básica para atividades esportivas e todas as linguagens culturais (teatro, música, dança, artes visuais etc) Projeto integração realizado na rede CUCA desde 2015 tendo beneficiado 1380 jovens até 2018 e em 2019 com 450 jovens participando. - **JV.1.7**

- Reforma da estrutura física das Praças da Juventude já existentes, como promotoras da socialização e da integração das juventudes do bairro. Uma praça com reforma concluída (praça da Juventude Genesio Queiroz no Dendê) e duas em processo reforma para entrega no final de 2019. - **JV.1.8**

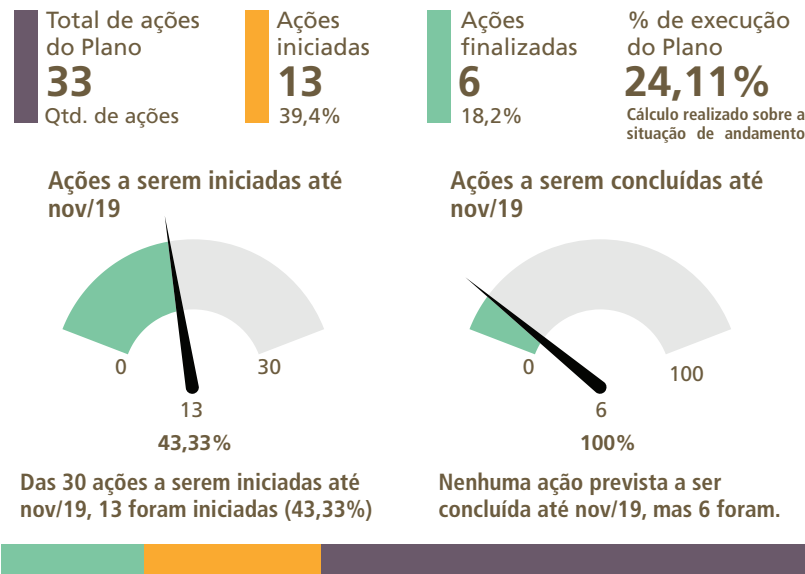
- Incentivar a participação de jovens em espaços de construção de políticas públicas (conselhos, fóruns, grupos gestores, comissões temáticas etc). Conselho municipal de juventude em funcionamento, biênio 2018/2020, 24 jovens participando. - **JV.2.4**

- Investimento em sistema de videomonitoramento nos equipamentos públicos frequentados pela juventude (Cucas, Praças da Juventude etc). Três CUCAS com rede de monitoramento instalada desde 2018. - **JV.3.3**

- Implementação, em parceria com o “Sistema S”, de programa de empreendedorismo para a juventude, com capacitação e financiamento de microempresas. Na rede CUCA existem uma área voltada para a empregabilidade que combina oferta de emprego por meio do SINE municipal e cursos profissionalizantes além de suporte a negócios protagonizados por jovens. - **JV.4.1**

- Mapeamento e reconhecimento das demandas dos jovens em situação de vulnerabilidade. Pesquisa cartografia das juventudes realizada no ano de 2017. - **JV.4.3**

## Plano dos Direitos da Pessoa Idosa



### OBJETIVO

Cidade preparada para o envelhecimento com acessibilidade, mobilidade, segurança e moradia, despertando para um sentimento de pertencimento e afeição à cidade;  
Garantia do pleno funcionamento da Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa em todos os níveis, primário, secundário e terciário;

### CÂMARA SETORIAL

#### DIREITOS HUMANOS

ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

DEMAIS ÓRGÃOS - Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual; Coordenadoria Especial da Igualdade Racial; Funci; Coordenadoria Especial de Pessoas com Deficiências; Coordenadoria de Políticas para Mulheres; Coordenadoria de Políticas de Juventude; Coordenadoria dos Idosos.

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

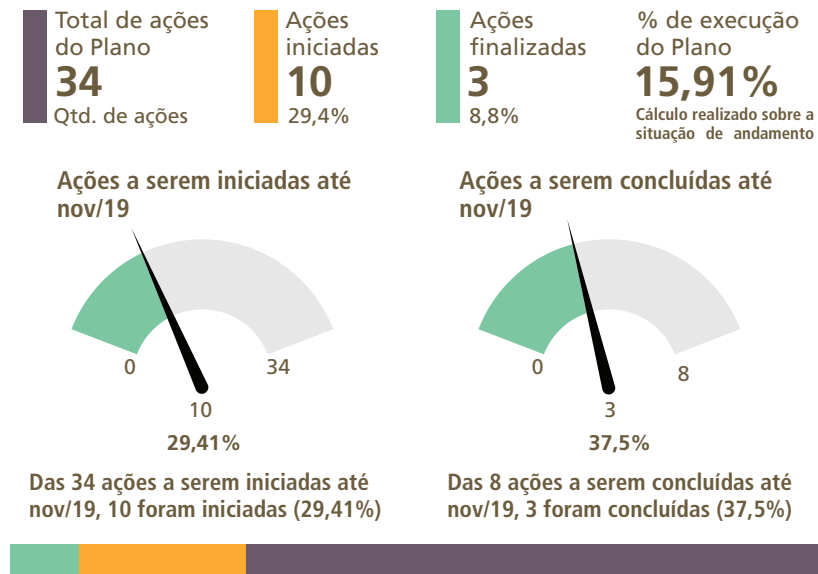
- Criação de Programa Municipal de Voluntariado. - **ID.1.1**
- Realizado um evento inspiracional de engajamento cívico no estímulo ao voluntariado. Estão contratados mais cinco até março de 2020. - **ID.1.2**
- Realizado um curso de capacitação para ONG em empreendedorismo social e formação e rede. Estão previstos mais dois cursos para o mês de outubro. - **ID.1.3**
- Criação e implantação da Renadi (Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa) em âmbito municipal. - **ID.1.7**

---

## **PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS**

- Implantação do sistema de captação de recursos no Fundo do Idoso via CCR; - Desenvolvimento do Aplicativo DOE IDOSO (pessoas físicas e jurídicas), que otimiza das doações via imposto de renda. - **ID.1.9**
- Fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Toda a equipagem do CMDPI efetuada; - CMDPI com dotação orçamentária própria para 2020; Criação do site do CMDPI. - **ID.1.10**
- 01 Centro Dia implantado na Barra do Ceará. - **ID.3.1**
- 8.398 idosos acamados são atendidos através de visitas domiciliares das equipes de saúde da família. - **ID.3.2**
- Criação de espaços de produção e comercialização de produtos artesanais. 02 Espaços criados (Jardim América e Conjunto Ceará). - **ID.4.2**

## Plano da Igualdade Racial



### OBJETIVO

Melhorar os indicadores sociais sobre a população negra e reduzir os preconceitos sobre a diversidade de raças.

### CÂMARA SETORIAL

#### DIREITOS HUMANOS

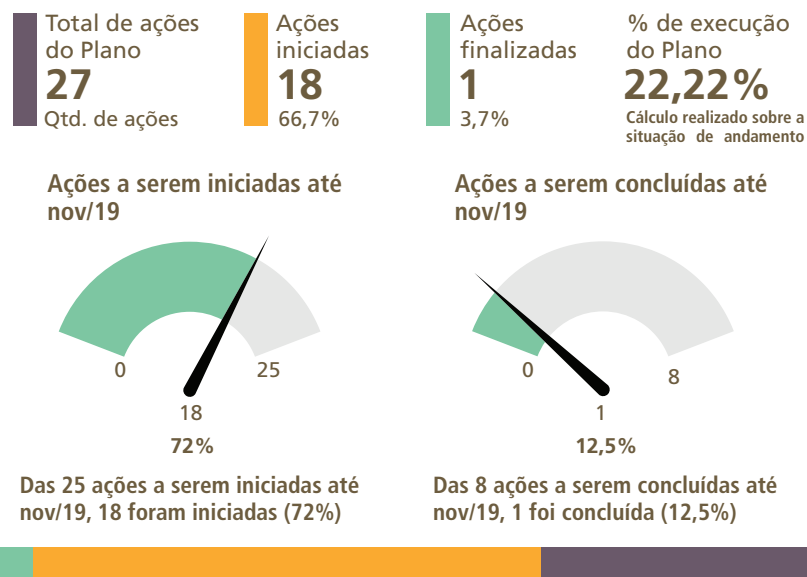
ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

DEMAIS ÓRGÃOS - Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual; Coordenadoria Especial da Igualdade Racial; Funci; Coordenadoria Especial de Pessoas com Deficiências; Coordenadoria de Políticas para Mulheres; Coordenadoria de Políticas de Juventude; Coordenadoria dos Idosos.

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Promoção de ações na escola em alusão às datas históricas das populações indígenas e negras Ações relacionadas. A Coordenadoria desenvolve ações através do Projeto Erês nas Escolas, desenvolvendo palestras, oficinas, rodas de conversa, assessoramento de projeto escolares. - **IR.2.4**
- O programa consta de formação continuada em serviço para os professores e gestores através do curso Afro-Memórias de Fortaleza: O currículo em Diálogo com a Cidade. - **IR.2.7**
- Realização de atividades nas escolas, em praças e em outros locais públicos ou privados para promoção e valorização da cultura negra e indígena, por meio de festivais, seminários, palestras, feiras, conferências, exposições e outros eventos culturais. - **IR.4.1**
- Feira de Empreendedores Negras e Negros acontecendo quinzenalmente nas praças da cidade. - **IR.5.3**

# Plano da Pessoa com Deficiência



## OBJETIVO

Instituir e implementar a Política Municipal de Acessibilidade na perspectiva do Desenho Universal de Fortaleza; e Ampliar e fortalecer a transversalidade, intra e intersectorial, da acessibilidade e da política de promoção e proteção dos direitos da pessoa com deficiência entre os órgãos gestores municipais e as instituições da sociedade.

## CÂMARA SETORIAL

### DIREITOS HUMANOS

ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

DEMAIS ÓRGÃOS - Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual; Coordenadoria Especial da Igualdade Racial; Funci; Coordenadoria Especial de Pessoas com Deficiências; Coordenadoria de Políticas para Mulheres; Coordenadoria de Políticas de Juventude; Coordenadoria dos Idosos.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

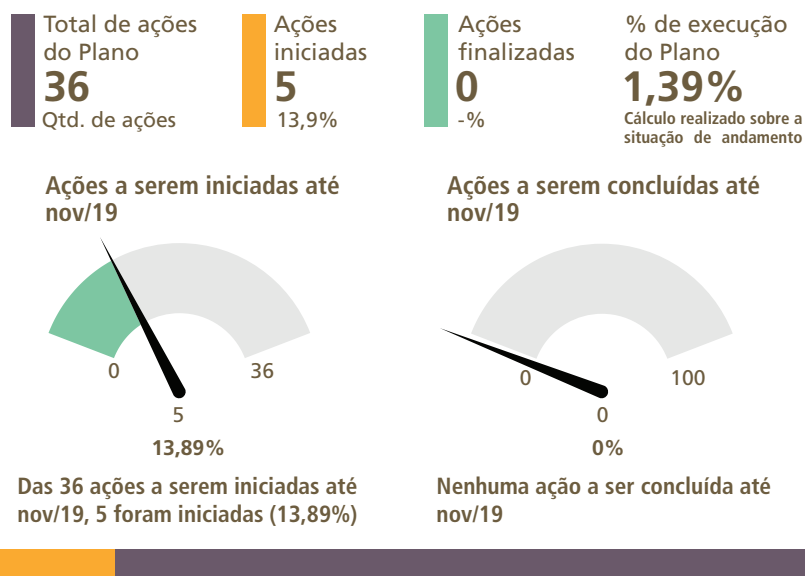
- Foram realizadas vistorias de acessibilidade em obras arquitetônicas em Fortaleza, com a Coordenadoria de Pessoas com Deficiência, Conselho Municipal, associações e sociedade civil .- **PD.1.2**
- Promoção de cursos de capacitação sistemática voltados à humanização no atendimento das pessoas com deficiência e suas especificidades, para profissionais de saúde, envolvendo todas as unidades municipais de saúde. Os profissionais de saúde dos órgãos: Hospitais, UPAs, SAMU e Regionais estão fazendo um Curso Inicial de Libras. (30 profissionais). - **PD.2.5**



**PRINCIPAIS  
AÇÕES  
INICIADAS**

- Atendimento da demanda reprimida de Dispensação de Órteses, Próteses e meios auxiliares de locomoção, garantido critérios de qualidade e priorização da demanda. Foram entregues 1.121 cadeiras de rodas em Fortaleza nos anos de 2017 e 2018, quase zerando a fila de espera existente (que era de 2011). - **PD.2.9**
- Dispensação de Kit do Programa de Lesão medular, bolsa e acessórios de ostomia de acordo com prescrição médica. A dispensação do kit do programa de lesão medular, bolsa e acessórios de ostomia atende a demanda existente, através de uma parceria Prefeitura de Fortaleza e Governo do Estado do Ceará. - **PD.2.10**
- O programa de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção faz o acompanhamento dos beneficiados. Entretanto, a demanda para recebimento dos itens citados é dinâmica e aumenta a cada ano. - **PD.2.12**
- Implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas municipais, possibilitando aos alunos(as) com deficiência um Atendimento centrado nas suas potencialidades e peculiaridades. Em execução, tendo sido implementada 179 salas de recursos multifuncionais. - **PD.3.1**
- Remoção das barreiras arquitetônicas de acordo com a legislação vigente e as normas técnicas da ABNT, garantindo a acessibilidade da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida aos ambientes das unidades educacionais e de seu entorno. 200 escolas municipais foram requalificadas garantindo acessibilidade física a estas unidades. - **PD.3.3**
- Equipamentos, mobiliários adequados e ergonômicos às diversas fases do ciclo de vida e tecnologias assistivas necessárias para o desenvolvimento e a educação das Pessoas com Deficiência e Sem Deficiência. Os professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado) fazem as devidas adaptações com tecnologia assistiva de baixo custo para os alunos que possuem alguma necessidade específica. - **PD.3.5**
- A escola bilíngue Francisco Suderland Bastos Mota, oferta educação bilíngue para alunos surdos ou com deficiência auditiva em Libras, como primeira língua, e na modalidade escrita da língua portuguesa, como segunda língua. (Está previsto a implantação do pólo para pessoas com surdez nas regionais SER I e III, com proposta de ampliação para a SER VI.). - **PD.3.6**
- Formação de profissionais da educação em Libras. Os professores da rede municipal estão fazendo curso de Libras (Cerca de 28 professores). - **PD. 3.7**
- Constituição de fóruns e de grupos de trabalho para fortalecimento da intersectorialidade, a partir da educação com os demais setores públicos municipais. Foi criado um grupo de Trabalho em parceria com Educação, Saúde e Assistência Social para acompanhamento dos alunos que necessitam de atendimento. - **PD.3.8**

# Plano da Segurança Alimentar e Nutricional



## OBJETIVO

Comunidade saudável (saúde física, mental, social).

## CÂMARA SETORIAL

### ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

ÓRGÃO GESTOR - SDHDS

DEMAIS ÓRGÃOS - SME; SMS; Gabinete do Prefeito; Iplanfor; Consea (articulador); UFC, Uece; IPDC; IES; Sesa; Ipece; Ceps; Ministério da Saúde; Ministério da Cidadania; STDS.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Fortalecimento do sistema de vigilância alimentar e nutricional no município de Fortaleza. - **SN 1.1**
- Implantação de restaurante popular de acordo com a vulnerabilidade social e INSAN - **SN 1.2**
- Implantação e implementação do PAA - Alimento. - **SN 1.3**
- Criação, implementação e ampliação do banco de alimentos. - **SN 1.4**
- Fortalecimento do programa de suplementação de ferro e vitamina A para reduzir os índices de deficiências desses nutrientes. - **SN 1.5**
- Implantação e implementação de cozinha comunitária. - **SN 1.6**
- Ampliação do Programa Nutrisus - prevenção no controle das deficiências nutricionais (suplemento de vitaminas e minerais) - vinculado ao Programa Saúde na Escola. - **SN 1.7**
- Estruturação e implementação de metodologia de monitoramento e avaliação nas ações de promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável. - **SN 1.8**
- Desenvolvimento de metodologia e implementação de programa de empoderamento do cidadão para o autocuidado em prol da prevenção e da redução de doenças crônicas não transmissíveis. - **SN 1.9**
- Elaboração e institucionalização de Lei Municipal que exija a oferta e a distribuição de alimentos/refeições saudáveis em instituições públicas e privadas (cantinas de escolas, creches, instituições de longa permanência, abrigos, casas de passagem, centros educacionais e demais instituições que atendam crianças, adolescentes e idosos). - **SN 1.10**



## Ações da Gestão Municipal e Estadual que contribuem com o alcance dos objetivos do Eixo



O Programa Mais Ação vem melhorando a infraestrutura física para a prática de esporte e lazer, a exemplo da recuperação de 150 praças, construção de 30 Areninhas e recuperação do Ginásio Aécio de Borba.

Mais de 100 mil jovens são atendidos na Rede Cuca por ano, cujos equipamentos serão ampliados com a entrega de mais dois Cucas, Pici e José Walter, que já se encontram em obras. Outros 10 mil jovens são beneficiados com a Academia Enem. Por sua vez, o Programa Juventude Sem Fronteiras proporciona, anualmente, um intercâmbio cultural de oito semanas na Inglaterra e na Espanha para 100 jovens oriundos da rede pública de ensino e egressos do Academia Enem.

O acesso aos serviços de saúde está sendo ampliado com a construção de equipamentos, como o IJF 2, cuja conclusão dos 1º e 2º pavimentos proporcionou a oferta de 71 leitos, 59 leitos para idosos e 24 leitos pediátricos e ainda há mais três etapas a serem concluídas. Também vêm sendo construídas novas policlínicas: Jóquei Clube (concluída), Jangurussu, Passaré (com previsão para entrega em março de 2020), Bom Sucesso e Siqueira (com previsão para abril de 2020).

Foi dado início às obras do Caps Bom Jardim e novas bases do Samu estão sendo implantadas: Terminal Parangaba (concluída), Terminal Antonio Bezer-

ra (em obras) e mais seis novas bases estão sendo projetadas.

A construção dos novos postos de saúde contemplou os bairros de Parangaba (concluído) e Goiabeiras; Cedefam e Alameda das Palmeiras encontram-se em obras.

Em 2019 também se iniciou a reforma dos hospitais Gonzaguinha Barra do Ceará (Barra do Ceará); Frotinha Parangaba (Parangaba); Casa da Gestante Hospital de Messejana, Hospital Gonzaguinha da Messejana e Frotinha da Messejana, que possibilitarão a ampliação de 428 novos leitos, e dos postos Uaps Paulo Marcelo (Centro); Uaps Herminia Leitão (Quintino Cunha); Uaps Gothardo Peixoto (Damas); Uaps Dom Lustosa (Granja Lisboa); Uaps Fernandes Távora (Henrique Jorge).

No campo da proteção social, foram iniciadas as políticas para pessoas em situação de rua com a implantação de: Refeitório Social com 400 refeições diárias; Pousada Social Meire Hellen (100 atendimentos diários); Centro Pop Benfica (200 atendimentos diários); Centro de Convivência para População Adulta em situação de rua (200 atendimentos/dia); Projeto Novos Caminhos (convivência, qualificação profissional, vivência e moradia para pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas).

Foi implantado um novo Cras, no Aracapé, com capacidade para 200 atendimentos/dia, e a manutenção predial em 20 prédios dos Cras. Para atenção à pessoa idosa, foi construído um Centro Dia Idoso na Barra do Ceará.

## Redesenho do Plano da Saúde

### Justificativa

Com o início dos trabalhos de acompanhamento realizados pela Câmara Setorial da Saúde em 2017, a Coordenação desta Câmara observou algumas questões conceituais e metodológicas no Plano da Saúde que dificultava a implantação e o monitoramento das ações propostas bem como o alcance das metas e dos resultados.

Em linhas gerais, as metas e os resultados esperados são de redução das taxas de mortalidade e morbidade dos principais acometimentos da nossa população, considerando a transição demográfica, a acumulação epidemiológica e a relativa mobilidade social, que, mesmo sob a constatação de melhoria de alguns indicadores, visualiza ainda tratar somente do adoecimento, passando ao largo da

antecipação da problematização do viver saudável, com todos os seus determinantes sociais, epidemiológicos, culturais, geográficos, dentre outros.

Apesar do olhar ampliado das principais demandas e das diretrizes gerais, percebeu-se que as ações “se voltaram para dentro do serviço de saúde”, ou seja, focaram na oferta de serviços no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e, apesar da maioria das ações estarem relacionadas com outros planos do eixo, não há integração com os outros planos indiretos, como o Plano de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (MA) e o Plano de Segurança Cidadã e Cultura de Paz (SC). Esse fato também é constatado no olhar conjunto de metas, indicadores, locais e executores.

Outro ponto de destaque foi o lugar da pessoa no Plano, refletido de certa forma nas ações elencadas, que não consideram a pessoa como implicada no ambiente social da cidade, com todos os seus reflexos e interseções.

QUESTÕES OBSERVADAS	DIFICULDADES CONSTATADAS
<b>QUANTO AOS CONCEITOS E VISÕES DO ESCOPO:</b>	
<p>Olhar fragmentado das ações (mulher, idoso, criança, negro, transexual, homoafetivo).</p> <p>Entendimento limitado das pessoas enquanto atores sociais, frente a questões socioeconômicas e as diversas situações de vulnerabilidade a que estão expostas.</p>	<p>Impede a visão de ações que sejam sistêmicas e inclusivas, pois não considera as pessoas em todos os seus ciclos de vida e gênero, implicando ações direcionadas e não globais, ocasionando repetições de atividades.</p> <p>O problema é visto pelo lado dos efeitos e não por suas causas, gerando imprecisão no diagnóstico e dificultando a busca de soluções adequadas.</p>

QUESTÕES OBSERVADAS	DIFICULDADES CONSTATADAS
---------------------	--------------------------

### QUANTO AOS CONCEITOS E VISÕES DO ESCOPO:

A pessoa não é vista como imersa no ambiente urbano e exposta a fatores de risco ambientais, sociais e promotores do adoecimento da população.

Visão voltada mais às ações de tratamento e intervenção médica imediata e menos em ações de promoção à saúde ao longo do tempo, que incentivam e promovem a mudança de comportamentos e atitudes.

Foco das ações está nos serviços de saúde e não na saúde pública de Fortaleza.

Como a análise de ambiente não é feita de forma suficientemente ampliada, algumas ações têm características reativas e representam incompletude diante das suas necessidades.

As ações, apesar de estarem referenciadas em outros planos, não estão bem conectadas, dialogadas e articuladas, do modo que permitam a sua execução e acompanhamento conjuntos.

Essa distorção torna as ações reducionistas e comprometem o seu alcance.

### QUANTO À FORMULAÇÃO DAS AÇÕES:

Grande quantidade de ações.

Ações sobrepostas ou repetidas.

Ações com textos confusos e pouco operacionais.

Não identificação dos agentes institucionais com as ações declaradas.

Ausência de capilaridade e sincronia com os outros planos que envolvem o eixo e o plano de modo geral.

Dificulta a execução, o acompanhamento e o monitoramento.

Muitas ações já estão contidas em outras e acabam se tornando redundantes ou desnecessárias.

Geram dúvidas nas áreas técnicas no momento de mensurar e avaliar a execução das ações.

Não há envolvimento dos técnicos com as ações.

A falta de visão sistêmica e integrada afeta fortemente as macroestratégias do Plano Fortaleza 2040.

Diante do exposto até aqui e tendo em vista o Plano Fortaleza 2040 ser um Planejamento Estratégico com caráter disruptivo com proposta de integrar as políticas setoriais da gestão municipal, assim como também políticas nos âmbitos estadual e federal com o intuito de alcançar resultados eficientes para a população da Cidade, viu-se que o Plano da forma como fora elaborado, não atendia totalmente ao que realmente se propõe uma plataforma de planejamento de longo prazo.

Assim, visando à exequibilidade, à operacionalidade, à coerência e à sustentabilidade do Plano para a realização plena das metas e resultados, a Coordenação da Câmara Setorial da Saúde apresentou, em dezembro de 2017, junto ao Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) a justificativa de redesenho do Plano da Saúde, que, após analisada pela Diretoria de Planejamento e Superintendência do Iplanfor, foi aceita e seguiu para as providências.

### Aspectos Gerais da Proposta

Para essa nova construção, a Coordenação da Câmara Setorial da Saúde propôs o uso de uma me-

todologia de planejamento dinâmica e sistêmica, tendo o indivíduo como centro das ações, considerando o ambiente da Cidade enquanto territórios vivos e dinâmicos, e seus fatores como condicionantes à saúde pública.

Foram propostos instrumentos para a análise de ambiente, análise de intervenções, análise de intensidade e análise de interseções, para melhor identificar, descrever, categorizar e organizar as ações logicamente, para facilitar o entendimento, a execução e a mensuração das metas e resultados, não apenas do ponto de vista quantitativo e “eficientista”, mas possibilitando o olhar qualitativo, por meio da observação do campo, da vivência, da experientiação da realidade relatada pelos técnicos no monitoramento e na avaliação das ações.

O *design thinking* é o modelo de criação de ideias utilizado como ferramenta nas oficinas de redesenho do plano que tem como pilares: a cocriação, a empatia e a experimentação. O *design thinking* é uma técnica de desenho de projetos que promove o distanciamento do *status quo*, tem como foco o



usuário, verdadeiro protagonista de todo o processo, favorece o “pensar fora da caixa” e a criação de estratégias disruptivas, por meio de insights vindo da observação participativa e da empatia.

As equipes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) trabalharam na elaboração do projeto de redesenho do Plano e seguidamente foi submetido ao processo de captação de recurso para a execução das Oficinas de Redesenho do Plano.

As oficinas tiveram a participação de diversos atores sociais, compreendendo: profissionais de saúde da área privada e pública, membros das câmaras setoriais do Plano Fortaleza 2040, servidores municipais de Fortaleza, servidores do Estado do Ceará, acadêmicos, segmentos da sociedade civil, Conse-

lhos Municipais e Estaduais, prestadores de saúde complementar, dentre outros.

As Oficinas de Redesenho do Plano da Saúde iniciaram em novembro de 2019, com uma programação distribuída em 5 dias, compreendendo 40 horas de trabalho. As ideias e soluções em saúde criadas a partir das oficinas subsidiaram a estruturação das ações, metas e indicadores do Plano.

Embora o Plano da Saúde esteja no processo de redesenho, a SMS vem executando ações estruturais para a garantia do atendimento à população de Fortaleza, ações estas que fazem parte de diversos planejamentos da Secretaria como o Plano Plurianual e Plano de Governo. A intenção é compartilhar tais ações neste relatório como forma de manter a população de Fortaleza informada sobre as atividades desta pasta.



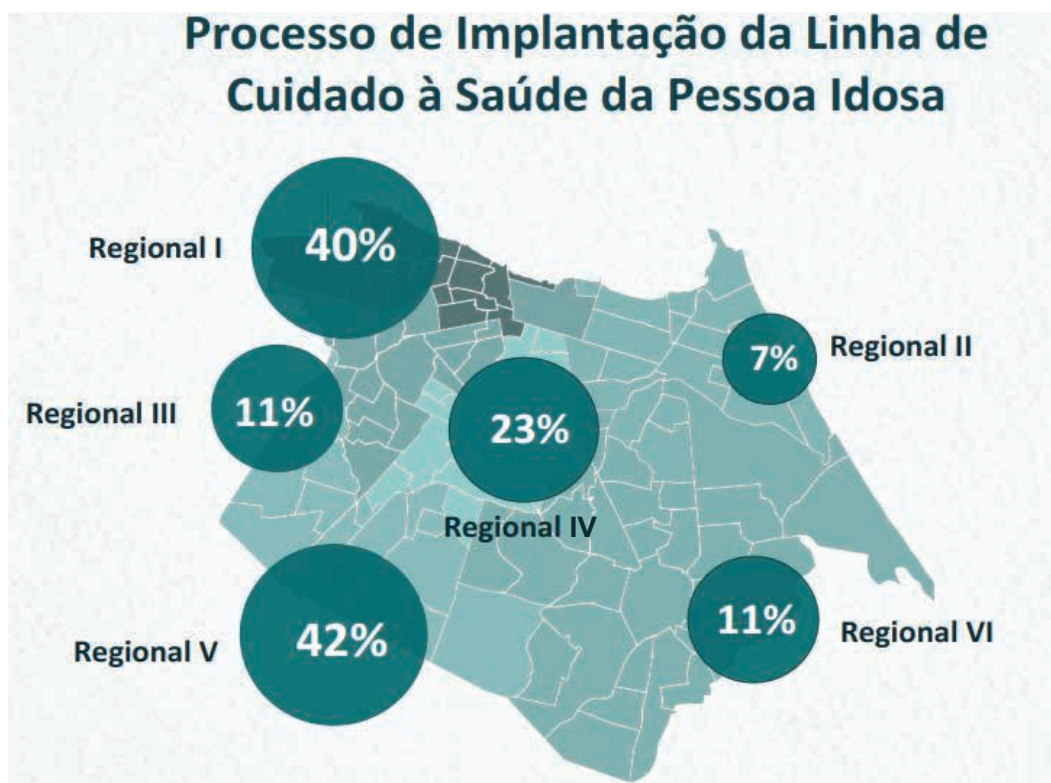


## Ações da SMS (2 primeiros quadriênios de 2019)

Embora o Plano da Saúde esteja no processo de redesenho, a SMS vem executando ações estruturais para a garantia do atendimento à população de Fortaleza, ações estas que fazem parte de diversos planejamentos da Secretaria como o Plano Plurianual e Plano de Governo. A intenção é compartilhar tais ações neste relatório como forma de manter a população de Fortaleza informada sobre as atividades desta pasta.

### Atenção Primária – Saúde da Pessoa Idosa

Figura 15 – Percentual de Implantação por Secretaria Regional



Fonte: RDQA/SMS, 2019.

## Atenção Primária – Programa Médico Família Fortaleza

Desde julho/2019 os postos de saúde contam com 140 novos médicos. O prefeito Roberto Cláudio e o governador Camilo Santana assinaram convênio do Programa Médico da Família Fortaleza. O Projeto Juntos por Fortaleza está custeando, pelo município de Fortaleza, 140 bolsas de formação, como estímulo educacional ao profissional médico, além de curso de especialização por instituição pública de educação superior com atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à qualificação de médicos mediante integração ensino-serviço-comunidade.

## Atenção Primária – Programa Saúde na Escola (PSE)

Figura 16 – Ações realizadas pelo PSE

Ações realizadas de maio a agosto de 2019		
	INDICADOR	AÇÕES
2019	Número de educandos pactuados no PSE 132.431	I. Ações de combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i> ;
		II. Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas;
		III. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas;
		IV. Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos;
		V. Prevenção das violências e dos acidentes;
		VI. Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação;
		VII. Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor;
		VIII. Verificação e atualização da situação vacinal;
		IX. Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;
		X. Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.
		XI. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS; e
		XII. Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.

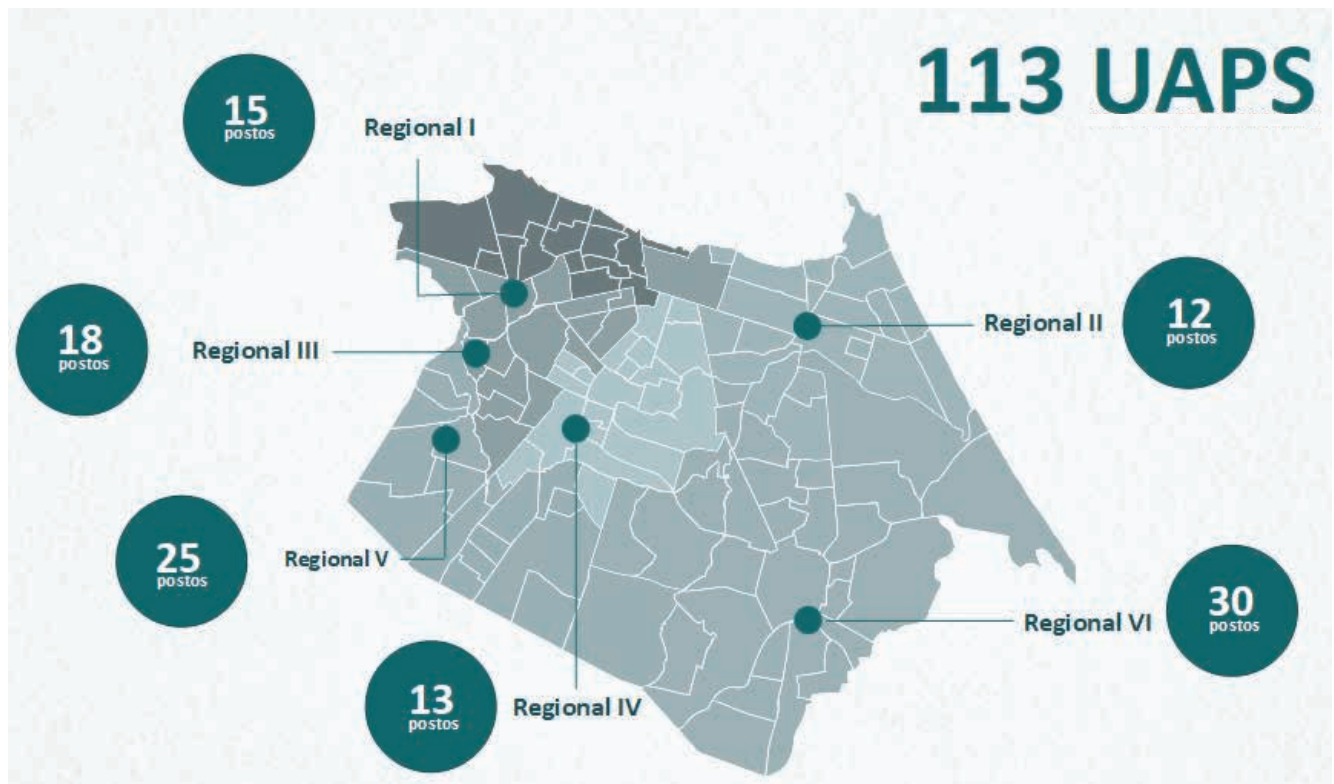
Fonte: RDQA/SMS, 2019.

## Atenção Primária – Programa Médico Família Fortaleza

Ainda no âmbito da Atenção Primária, cita-se o trabalho da Unidade Móvel de Saúde, personalizada com identidade jovem, equipada com estrutura e espaço para testagem e aconselhamento, ampliou o diagnóstico oportuno do HIV e triagem para a sífilis, e Programa Saúde na Escola (PSE) que atua em 176 escolas (157 municipais e 19 estaduais), vinculadas a 166 equipes de saúde da família atendendo cerca de 126.916 alunos da rede pública com ações de promoção e prevenção à saúde.

**Atenção Primária – Reforma e construção de Unidades de Atenção Primária à Saúde (Uaps)**

**Figura 17 – Distribuição das Uaps por Secretaria Regional**



Fonte: RDQA/SMS, 2019.

**Atenção Primária – Saúde da Criança**

No que se refere à Atenção à Saúde da Criança, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) tem incrementado iniciativas inovadoras de promoção da saúde, prevenção de doenças e de fortalecimento da intersetorialidade, com a ampliação dos investimentos em políticas públicas direcionadas à Primeira Infância, iniciando com a implantação do Programa Cresça com Seu Filho, que já está unificado ao Programa Criança Feliz, do Ministério da Cidadania. A partir de novembro de 2019, o Programa

Cresça com Seu Filho/Criança Feliz está em processo de ampliação para todas as Regionais de Fortaleza. Para tanto, estão sendo realizados ciclos de capacitação para a formação de aproximadamente 3.000 profissionais da Estratégia Saúde da Família (Agente Comunitário de Saúde, Enfermeiros e Gestores de Unidades de Atenção Primária a Saúde); a instalação dos Núcleos de Desenvolvimento Infantil (NDI); a criação da certificação “Unidade Amiga da Primeira Infância” (UAPI) e a implantação das Salas

de Apoio à Mulher que Amamenta e Postos para Coleta de Leite Humano, nas Unidades de Atenção Primária à Saúde.

Destacam-se na Atenção Primária projetos especiais direcionados à Saúde da Criança, como: Programa Unidade Amiga da Primeira Infância – que objetiva impulsionar o desenvolvimento adequado na Primeira Infância e a redução da morbimortalidade, por meio do fortalecimento das ações de puericultura, que tem o apoio e a assessoria técnica do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Sociedade Cearense de Pediatria (Socep), e Associação Brasileira de Enfermagem (Aben-CE), envolvendo atualmente 37 Uaps de diferentes Coordenadorias Regionais de Saúde, que se propõe a cumprir todas as metas estabelecidas e receber a certificação de “Unidade Amiga da Primeira Infância”. Em virtude do êxito desse empreendimento, o Programa UAPI foi encaminhado à gestão municipal para institucionalizar-se como uma Política Pública Municipal de Fortaleza.

O Núcleo de Desenvolvimento Infantil, composto por equipes multidisciplinares (pediatras, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais), que atua diretamente no acompanhamento longitudinal de crianças em situação de vulnerabilidades, no sentido de melhorar a condução das rotinas domiciliares; transformar hábitos e comportamentos de pais e filhos e aprimorar a assistência promovida à criança pelos cuidadores, estimulando o desenvolvimento infantil saudável. Atualmente, existem 13 Núcleos de Desenvolvimento Infantil. As ações realizadas nos NDIs apresentaram impactos positivos nos comportamentos e diálogos dentro dos circuitos familiares, e propiciaram a ampliação do cuidado parental à criança, trazendo novos significados para atitudes

simples, como brincar e demonstrar afeto, com resultados extraordinários.

A “Bebê Clínica Odontológica - Projeto Bebê Sorriente” atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de vida. O atendimento é realizado por odontopediatras e ocorre na Uaps Anastácio Magalhães. Os bebês tiveram todo o acompanhamento odontológico necessário para o bom desenvolvimento, trabalhando a promoção e prevenção em saúde bucal. O serviço foi iniciado em 2018, período no qual houve 600 atendimentos. No ano de 2019 foram 1.018 atendimentos realizados.

Foram implantadas 13 salas de Apoio à Mulher que Amamenta e Postos de Coleta de Leite Humano, acolhe e orienta cerca de 4.320 mães/ano sobre os benefícios do aleitamento materno, além de orientar sobre as técnicas para o sucesso da amamentação e incentivar a doação de leite materno. São em média 720 litros de leite/ano, doados para os bebês prematuros ou de baixo peso, em parceria com os bancos de leite da cidade de Fortaleza. A iniciativa da implantação desse serviço em Unidades Básicas de Saúde é pioneira no país.

Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (NutriSUS), que consiste na adição direta de nutrientes à alimentação oferecida às crianças de 6 meses a 3 anos e 11 meses em 185 creches, atendendo 8.873 crianças.

### **Atenção Secundária – Restauração e ampliação do Hospital da Criança (Ordem de Serviço assinada)**

Reestruturação e ampliação da rede de Atenção Secundária no serviço pediátrico de Fortaleza, nos serviços de urgência e emergência em clínica pediátrica, realização de procedimentos cirúrgicos nas áreas de otorrinolaringologista, traumatologia e pediatria.

Com a obra, o número de leitos infantis aumentará de 45 para 104, um incremento de 131% no número de leitos pediátricos na rede hospitalar do Município. Aumento de 266,66% da capacidade instalada de internamento, passando de 150 para 550 internações/mês.

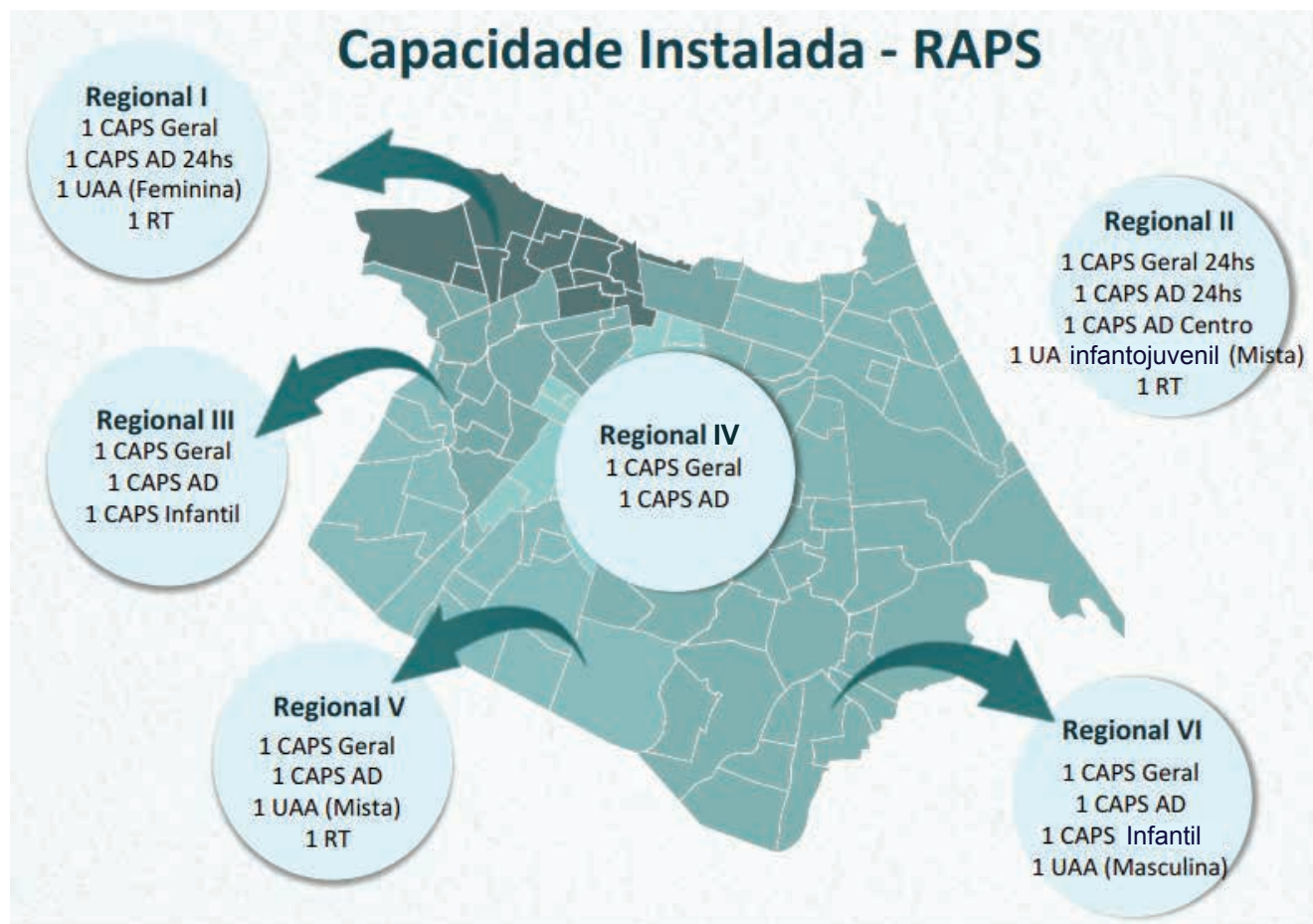
**Figura 18 – Projeto do Hospital da Criança**



### **Atenção Secundária – Rede de Atenção Psicossocial (Raps)**

- a) Requalificação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas da Regional IV;
- b) Requalificação do Centro de Atenção Psicossocial da Regional IV;
- c) Novo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas da Regional I;
- d) Convocação de 129 profissionais aprovados em concurso público na área de Saúde Mental (assistência social, enfermagem, psicologia, terapia ocupacional e medicina com especialidades em clínica médica, neurologia pediátrica e psiquiatria);
- e) Central de Distribuição de Medicamentos nos Terminais;
- f) No 1º quadrimestre de 2019 foram disponibilizados nas CDMT mais 34 medicamentos do elenco da saúde mental, totalizando 114 medicamentos para atender à população.

Figura 19 – Capacidade Instalada Raps por Secretaria Regional



Fonte: RDQA/SMS, 2019

A Rede conta hoje com as seguintes instituições para o atendimento específico:

- 15 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) sendo: 6 CAPS Gerais; 7 CAPS AD; 2 CAPS infantis (CAPS i);
- 64 vagas por mês disponíveis nas 5 (cinco) Unidades de Acolhimento (UA) no componente da Atenção Residencial de Caráter Transitório;
- 3 (três) Serviços Residenciais Terapêuticos da Estratégia de Desinstitucionalização;
- 2 Ocas de Saúde Comunitária do componente de Atenção Básica em Saúde;

- 1 (uma) Cooperativa Social (Cooperativa Social do Centro Psicossocial – COOPCAPS), além de projetos de protagonismo de usuários e familiares e de grupos produtivos da Estratégia de Reabilitação Psicossocial: Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária – MISMEC/4 Varas, Movimento Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim – MSMCBJ e Fundação Educacional Silvestre Gomes, além da articulação com serviços como NASF, Ocas, dentre outros;
- 329 leitos psicossociais em Hospital Geral referente à Atenção Hospitalar: 2 leitos no Cura D’Ars, 130 leitos no São Vicente de Paula, 160 leitos no Hospital Espírita Nosso Lar, 12 leitos na Santa Casa e 25 leitos no SOPAI.

A realização do 1º concurso público, específico para Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e os demais investimentos nessa área, propiciaram, além da ampliação da cobertura do atendimento, a qualificação do serviço e a promoção de um maior acesso aos usuários.

Outra ação relevante nesta área foi a construção coletiva do Plano Municipal de Prevenção e Posvenção ao Suicídio ancorado no Programa Vidas Preservadas e nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, articulado com a Agenda Estratégica de Governo, período 2017 - 2020 e com o Plano Fortaleza 2040.

### **Atenção Secundária – Rede de Urgência e Emergência**

No que se refere à Rede de Urgência e Emergência, ressalta-se o aprimoramento e qualificação das ações do Samu que atualmente dispõem em operação, 5 (cinco) ambulâncias tipo Unidade de Suporte Avançado – USA, 19 Unidades de Suporte Básico – USB e 10 motolâncias habilitadas e qualificadas, além de uma Central de Regulação das Urgências de Fortaleza, além do Programa BIKE Vida: Programa de Acesso Rápido à Desfibrilação, uma iniciativa público privada inovadora, que reduziu o tempo resposta na área de cobertura da Beira Mar. Ressalta-se a aquisição de novas ambulâncias em 2018 e 2019, o que permitiu a renovação de 100% da frota de veículos 29 novas ambulâncias oficiais e mais 6 (seis) veículos locados, totalizando 35 ambulâncias (11 são ambulâncias em reserva técnica e 24 em operação) e 10 motolâncias adquiridas em 2019. O Samu Fortaleza dispõe de 9 (nove) Bases Descentralizadas de atendimento, com previsão de inauguração de mais 6 (seis) bases em fevereiro de 2020.

### **Atenção Terciária – Implantação do Instituto Dr. José Frota 2 (IJF2)**

Com a finalização da obra do IJF 2, a estrutura a ser disponibilizada para a população de Fortaleza será mais de 13.000m² de área construída. Centro médico, com novas enfermarias, Unidade de Terapia Intensiva (UTI), salas de cirurgia, novos sistemas de exames por imagem, alojamentos de funcionários, estacionamento e área de convivência.

Conforme foi mencionado anteriormente, essas são algumas das ações que a SMS vem realizando que beneficia e beneficiará a população de Fortaleza. Algumas dessas iniciativas refletem ações que estarão no Planejamento Estratégico do Plano Fortaleza 2040 após o redesenho do Plano da Saúde. Assim, esperamos contribuir para que a população possa ter mais conhecimentos sobre os serviços ofertados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Comunidade saudável (saúde, esporte, lazer, educação alimentar).

### **Vigilância em Saúde – Projetos Inovadores**

#### **Salas de Situação**

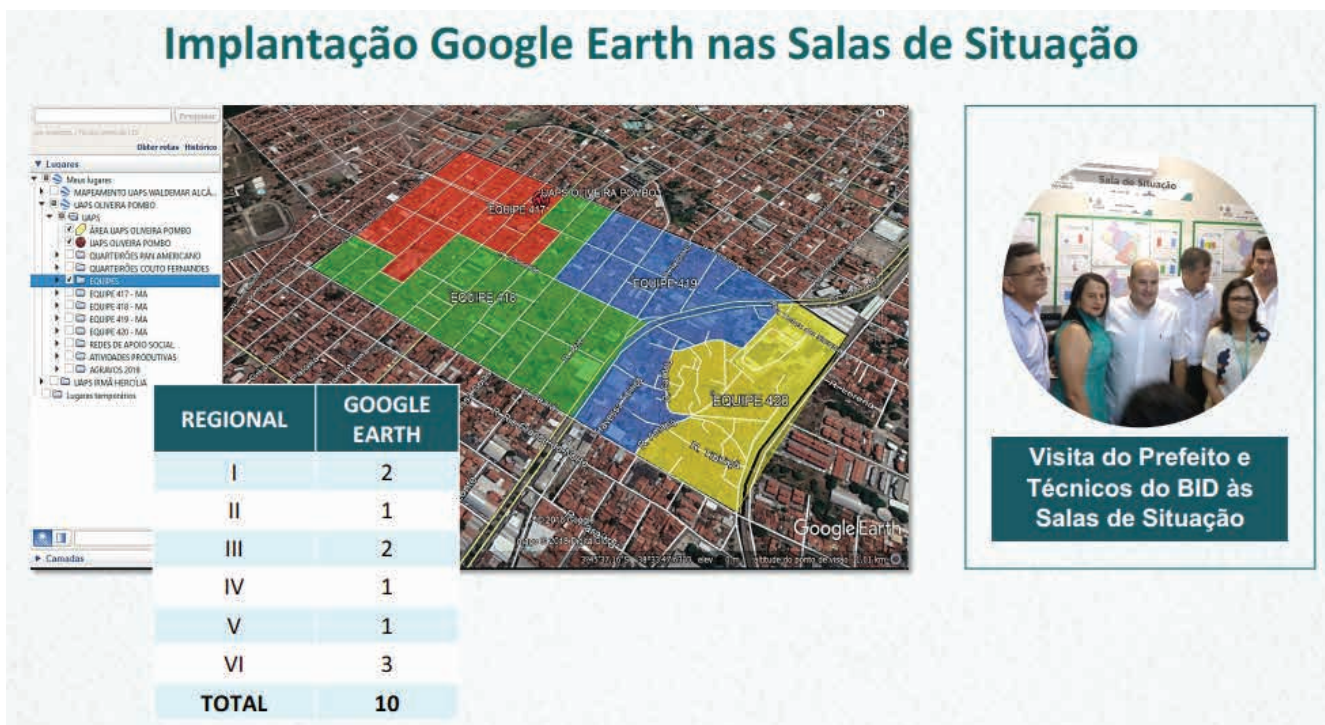
Implantação de Salas de Situação nas Uaps para acompanhamento epidemiológico local a partir dos dados coletados pela Equipe Saúde da Família e com cruzamento de dados secundários de fontes diversas como Ministério da Saúde. Projeto de grande importância para antecipação de cenários no Território.

Figura 20 – Salas de Situação Implantadas por Secretaria Regional



Fonte: RDQA/SMS, 2019.

Figura 21 – Implantação do Google Earth nas Salas de Situação (por Regional)



Fonte: RDQA/SMS, 2019.



## Vigilância em Saúde – Ações Integradas de Enfrentamento às Arboviroses

Foram realizadas diversas ações de caráter educativo e de forma integrada para o enfrentamento às arboviroses. A SMS desenvolveu atividades em parceria com outras pastas da Prefeitura, como a Secretaria de Conservação e Serviços Públicos, com a finalidade de prevenir a população com o contágio de algumas doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*.

**Figura 22 – Ações Educativas realizadas na Cidade**



Fonte: RDQA/SMS, 2019.

O desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Decisão, implantados pela vigilância epidemiológica, vem possibilitando o monitoramento diário de agravos, que permite a Vigilância Epidemiológica prover informações consolidadas referentes a dengue, chikungunya, zika, leptospirose, leishmaniose visceral, hanseníase, tuberculose e DDA, e do controle vetorial com cadastro de imóveis (LIRAA) e pontos estratégicos (PE) positivos para *Aedes aegypti*.

Além dos agravos, os sistemas desenvolvidos possibilitam o monitoramento das doenças exantemáticas que possibilita uma melhor visualização da circulação viral e casos suspeitos, os óbitos infantis e maternos, a sífilis congênita, em gestante e adquirida, possibilitando ao gestor o acompanhamento de indicadores importantes, que facilitam não só a tomadas de decisões como a realização de ações corretivas e preventivas.

O Sistema de Informação e Análise em Saúde organizou e catalogou cerca de dois milhões de documentos físicos, originais, de nascimentos e óbitos ocorridos no município de Fortaleza, como também os manteve digitalizados num sistema chamado Pinacoteca, com acesso para os profissionais da área da saúde. Esses documentos refletem o histórico da população fortalezense e garantem a segunda via desse registro em caso de perda deste documento por algum cidadão. O Ministério da Saúde preconiza aos municípios do Brasil que 95% dos óbitos ocorridos nas suas cidades tenham as causas bem definidas. O município de Fortaleza atingiu a meta desse indicador desde 2018 e no ano de 2019 manteve uma média de 99%, estatísticas completas de nascimentos e óbitos no município de Fortaleza.

### Educação em Saúde

Como atividade de educação em saúde, a SMS vem fortalecendo o diálogo com entidades públicas e privadas, sob a forma Fóruns Temáticos, que tratam de assuntos relevantes para a Saúde Pública, no sentido de qualificar o atendimento com a promoção de conhecimento, sendo os mesmos programados de acordo com o calendário de datas comemorativas da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde, abordando temas como: **Síndrome de Down:** Em busca da Equidade Social; **Tuberculose:** O Controle é Possível; **Autismo:** Transtorno do Espectro Autista; **Hipertensão:** Sinta seu Coração, Ele Precisa de Cuidado; **Uso Racional de Medicamentos é o Melhor Remédio;** **Juca** – Juntos Contra o Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes; **Tabagismo e os Riscos à Saúde;** **Sarampo Nunca Mais;** **Asma:** Respirar para Viver; envolvendo 1.672 pessoas em 2019.

Outra forma de atuação na formação de profissionais de saúde foi a criação de bolsa municipal de estudo e pesquisa para os Programas de Residência Médica da especialidade Medicina de Família e Comunidade, de caráter complementar à bolsa de residência médica disponibilizada pelo Governo Federal.

### Controle e participação social

No que tange às ações voltadas para o controle social e a participação social no SUS, foram realizadas em abril de 2019 a 8ª Conferência Municipal de Saúde de Fortaleza, organizada pelo CMSF e SMS de Fortaleza, 5 Conferências Livres (Saúde Bucal, Saúde da Pessoa com Deficiência e Saúde do Idoso, Saúde Mental, Educação Popular em Saúde e Assistência Farmacêutica) e 6 Conferências Regionais, que são encontros preparatórios para a Conferência Municipal de Saúde, onde são eleitos os delegados de todos os segmentos de representação.

Em 6 de setembro de 2019, empossou 1.536 Conselheiros de Saúde de Fortaleza para o Biênio 2019-2021, decorrente de processos eleitorais realizados em todos os equipamentos assistenciais da Secretaria Municipal da Saúde, com apoio institucional, ressalta-se a atualização da legislação municipal que trata do Conselho Municipal de Saúde, publicada em 2019.



## DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DO CONHECIMENTO





A melhoria da qualidade da educação e o acesso amplo de crianças e jovens de Fortaleza a escolas públicas de qualidade são grandes desafios da cidade, tanto pelo impacto na redução da pobreza e das desigualdades sociais quanto pela contribuição para a competitividade da economia.

A ampliação da capacidade científica e tecnológica e, principalmente, o fortalecimento do sistema de inovação e a intensificação da articulação com atividades produtivas são outro grande desafio do futuro.

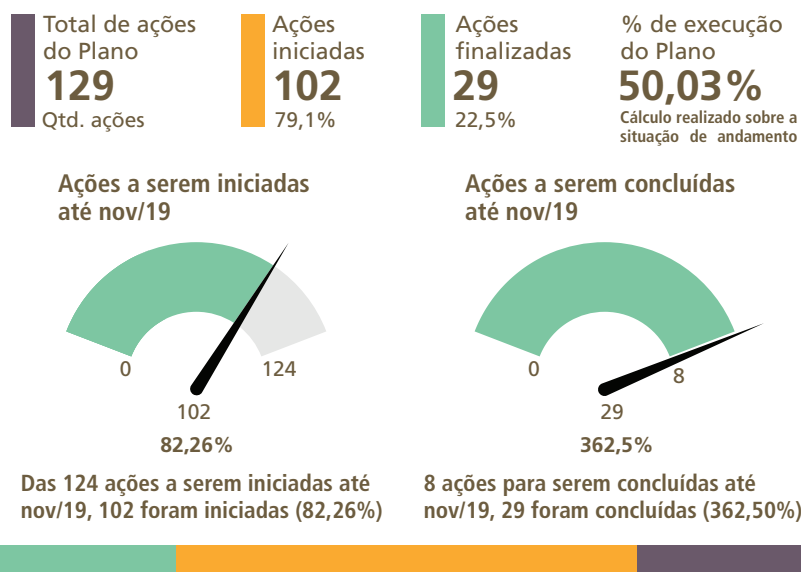
No campo das políticas culturais, há necessidade de democratizar e garantir o amplo acesso aos bens culturais, assegurando a participação social na implantação e na gestão das políticas públicas de cultura. É preciso promover a cultura como um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico

sustentável, fortalecendo as políticas públicas e sistemas integrados de informação, mapeamento e monitoramento. Outro desafio é descentralizar territorialmente a gestão e as ações culturais do Município, reconhecendo, protegendo e valorizando o patrimônio cultural do Município na sua diversidade de memórias e identidades.

O Eixo “Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento” se desdobra em três objetivos estratégicos: educação de qualidade e capacitação para o trabalho; desenvolvimento científico e tecnológico; e valorização e desenvolvimento cultural, que se operacionalizam por meio da implementação integrada e complementares dos planos de ação aqui reunidos:

- Plano de Educação Pública (ED)
- Plano de Cultura e Patrimônio (CP)
- Plano da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT).

# Plano de Educação Pública



## OBJETIVO

Favorecer o desenvolvimento humano, o aumento e a democratização das oportunidades sociais e a competitividade da economia.

## CÂMARA SETORIAL

### EDUCAÇÃO

ÓRGÃO GESTOR - SME

DEMAIS ÓRGÃOS - Secitece; Seduc.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Redimensionamento e implementação de um currículo escolar que favoreça a construção de uma instituição educacional destinada à educação integral do educando por meio da elaboração do Caderno de Planejamento / 2020. - **ED. 1.1**
- Melhoria das condições físicas e materiais das instituições educacionais. - **ED 1.16**
- Outubro Docente/Professor Autor: encontro pedagógico anual para intercâmbio de experiências (em 2017– 30 experiências; em 2018 – 62 experiências). - **ED. 1.20**
- Ampliação da rede física da educação infantil: crescimento de 85% do parque escolar deste segmento, com aumento de 108% no atendimento em creche e de 34% na pré-escola. - **ED 2.1 / 2.2 / 2.3**
- Implantação do Programa Ateliê nos Centros de Educação Infantil: criação de ambientes que favorecem o percurso criativo, autonomia, linguagem simbólica, campos de interpretação da criança. - **ED 2.14**
- Realização da busca ativa de crianças e adolescentes na Rede Municipal de Ensino: trabalhada em duas perspectivas: Prevenção e Resgate, contribuindo para diminuição da taxa de abandono. - **ED 3.1**
- Desenvolvimento permanente do processo de alfabetização na idade certa: 92,4% dos alunos estão alfabetizados no 2º ano do Ensino Fundamental. - **ED 3.5**

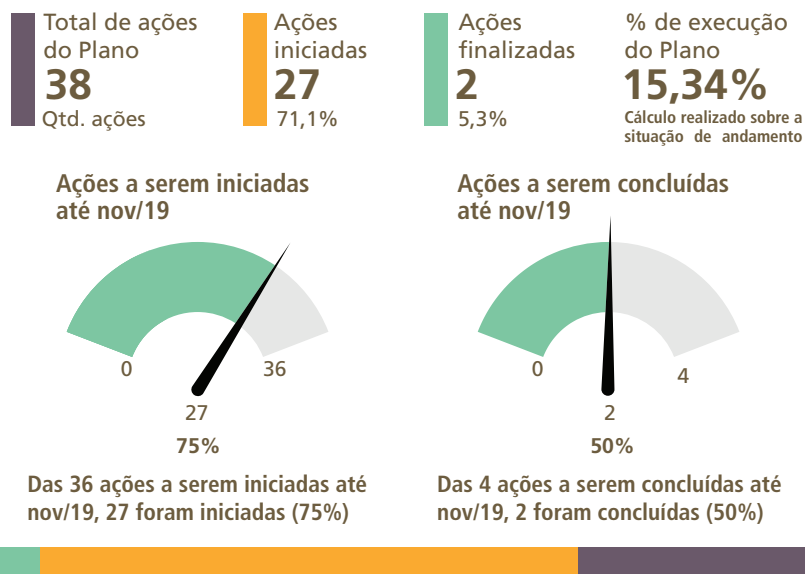
## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Elevação dos resultados do Ideb: saindo de 4,2 em 2011 para 6,0 em 2017 (anos iniciais) / e saindo de 2,7 em 2011 para 4,9 em 2017 (anos finais). - **ED 3.6**
- Ampliação do parque escolar da rede municipal de ensino de Fortaleza, com a construção de novas escolas de ensino fundamental: 5 escolas de tempo integral construídas, totalizando 23 escolas e 85.052 alunos (41,3%) com este tipo de atendimento na rede. - **ED 3.8**
- Intensificação da informática educativa nas escolas municipais, com a aquisição de um smartphone para os alunos do 9º ano do ensino fundamental com nível adequado em Língua Portuguesa e Matemática – foram premiados os três melhores alunos de cada escola (nível adequado em língua portuguesa e matemática), totalizando 834 alunos. - **ED 3.15**
- Educação Inclusiva – ampliação do atendimento educacional especializado (AEE): saindo de 117 salas em 2012 para 179 em 2019. Em relação ao atendimento da matrícula inclusiva, o crescimento foi de 2.237 alunos em 2012 para 7.838 em 2019; criação de Núcleos Multiprofissionais de Atendimento a crianças, jovens e adultos com deficiência, de forma intersetorial: com a contratação de psicólogos para atendimento dos alunos da Rede Municipal de ensino. - **ED 3.16 / 3.28 (antigos 2.8 e 5.11)**
- Formação Continuada – redimensionamento da formação continuada dos profissionais da educação: todos os profissionais da educação participaram da formação continuada com destaque para os cursos: 1) Curso de Aperfeiçoamento de Gestão de Resultados de Aprendizagem, com foco na gestão da aprendizagem dos alunos, por meio do Caed; 2) Formação de gestores em psicomotricidade relacional e mediação escolar por meio do Ciar (Centro Internacional de Análise Relacional); 3) Qualificação da equipe técnica da EJA (educação de jovens e adultos) para atuar como agente mobilizador da comunidade escolar noturna, desenvolvendo ações na temática da mediação de conflitos e na cultura de paz; 4) Formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino. - **ED 2.5 / 2.7 / 3.13 / 3.19 / 5.9 / 7.4 F2**
- Fortalecimento do protagonismo infantojuvenil, com a criação de grêmios estudantis. Em 2013, a rede municipal não tinha grêmios estudantis implantados, e atualmente a rede conta com 140 escolas com colegiado constituído. Em agosto de 2019, houve na Câmara Municipal de Fortaleza a posse e a diplomação dos presidentes dos grêmios estudantis. - **ED 7.3 F2**

## AÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL RELACIONADAS COM O PLANO

Os Planos da Secretaria Municipal de Educação estão integrados às ações do Plano Fortaleza 2040 e do Plano de Governo da Gestão (PPA, PME e Planejamento Estratégico).

# Plano de Cultura e Patrimônio



## OBJETIVO

- Criar um ambiente de governança a partir da descentralização do poder decisório, constituição de redes que fomentem a capilaridade social e geração de uma dinâmica de reflexão e discussão dos problemas locais. Nesse ambiente cabe à população identificar suas necessidades e formular e encaminhar suas demandas:
- Fazer/propiciar que todos se apropriem de alguma forma de sua cultura;
- Construir uma plataforma/agenda para um grande diálogo;
- Transformar a cultura como vetor de desenvolvimento central das políticas públicas;
- Utilizar plenamente a infraestrutura de equipamentos culturais, incluindo as praças;
- Desenvolver a apropriação e o cuidado com a cultura da cidade.

## CÂMARA SETORIAL

### CULTURA E PATRIMÔNIO

ÓRGÃO GESTOR - Secultfor

DEMAIS ÓRGÃOS - Iplanfor; Setfor; Seuma; SDHDS; CEPPJ; Citinova; SDE; SME; Iphan; Secult; Viva o Centro.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Fortalecimento do Conselho Municipal de Políticas Culturais. - **CP. 2.2**
- Ampliação do número de ações desenvolvidas de forma integrada com outras secretarias e órgãos do poder público municipal que trabalham com a função cultura. - **CP. 2.8**
- Aperfeiçoamento da comunicação na área cultural (divulgar as ações culturais, patrimoniais, de formação em Arte e Cultura e de estímulo à participação social, especialmente nos diversos canais de comunicação da Prefeitura, tais como propagandas de rádio e TV, redes sociais, bus-door, aplicativo eletrônico etc., tais como propagandas de rádio). - **CP.3.2**

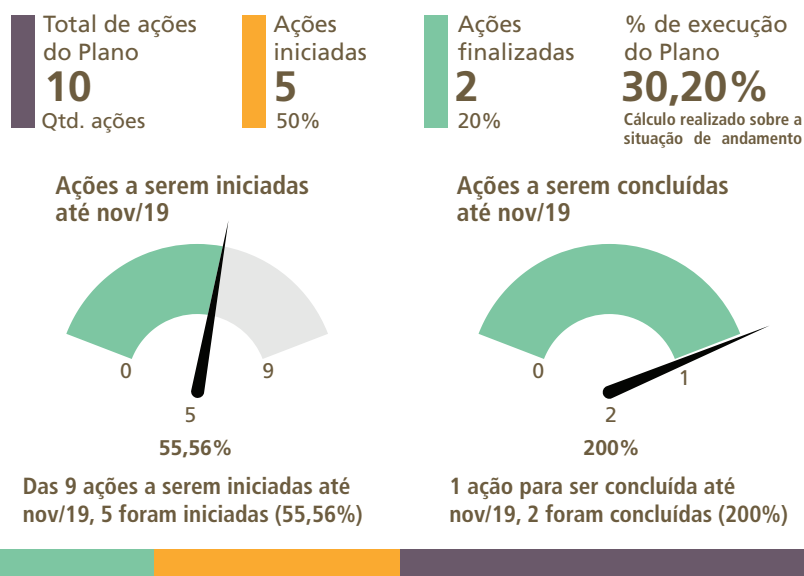


**PRINCIPAIS  
AÇÕES  
INICIADAS**

- Desenvolvimento de ações interinstitucionais de incentivo ao turismo histórico, que contemplem roteiros no Centro e nos bairros de Fortaleza. - **CP.4.8**
- Valorização e reconhecimento do saber e da importância dos Mestres da Cultura. - **CP.4.10**
- Formação de profissionais para atuar no campo da Arte e da Cultura (formação de plateia, artistas, corpo docente, gestores culturais, técnicos e demais atores do campo artístico e cultural). - **CP.5.2**
- Formação de profissionais para atuação em ações relacionadas ao patrimônio histórico-cultural (pesquisa, tombamento, restauro, preservação, salvaguarda, educação patrimonial). - **CP.5.3**
- Ocupação de praças públicas dos bairros de Fortaleza, com ações de arte e cultura. - **CP.6.7**



# Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação



## OBJETIVO

- Contribuir para a consolidação de um sistema local de CTI com capacidade endógena de formulação e implementação de políticas e apto a interagir com os ambientes externos.
- Ter Fortaleza como referência na Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e inovação para o desenvolvimento inclusivo, com ênfase na geração de conhecimentos direcionados para o urbanismo, uma economia dinâmica, a sustentabilidade ambiental e a cultura local.
- Dar suporte ao desenvolvimento de uma base técnico-científica de excelência, globalmente conectada e produtora de conhecimento de elevado conteúdo científico e tecnológico.

## CÂMARA SETORIAL

### CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

ÓRGÃO GESTOR - Citinova

DEMAIS ÓRGÃOS - Secitece; SDE; Universidades (UFC, Uece, Unifor).

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Parque Tecnológico em biotecnologia e fármacos. - **CT-M.1**
- Centro de Oceanografia do Atlântico Tropical. - **CT-M.2**
- Infraestrutura de Pesquisa nas IES. - **CT-M.4**
- Centro de Produção e Conteúdos e Mídias Digitais. - **CT-M.5**
- Museu de Ciência. - **CT-M.11**



## Os avanços da Educação Pública em Fortaleza em Ação Câmara Setorial da Educação

.....

A Política Educacional do município de Fortaleza tem como princípio básico a **garantia de educação de qualidade para todos**. Norteia-se, nesse sentido, pela convicção de que não é qualquer escola que deve ser ofertada. Compreende a exigência de uma unidade educacional com condições físicas, materiais e pedagógicas que favoreçam um desempenho escolar comprometido com a aprendizagem de todos os estudantes.

Nessa perspectiva, os que integram esta instituição desejada sabem que seu dever maior é fazer cumprir o preceito legal de **assegurar o direito de aprender** a todos. Entendem, especialmente, que uma escola de qualidade para poucos contribui para o aumento da desigualdade social e que faz parte do seu dever cidadão ajudar a **construir uma educação que busque a qualidade com equidade**.

Desse modo, para concretizar esse entendimento, o Plano Fortaleza 2040, no Eixo 3 – Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento, Plano da Educação Pública, estabeleceu objetivos e metas que, na sua execução, já registra importantes avanços.

I. Com relação ao objetivo de **“Redimensionamento do currículo escolar para desenvolvimento da educação integral do educando, focada na construção de valores, habilidades e competências indispensáveis**

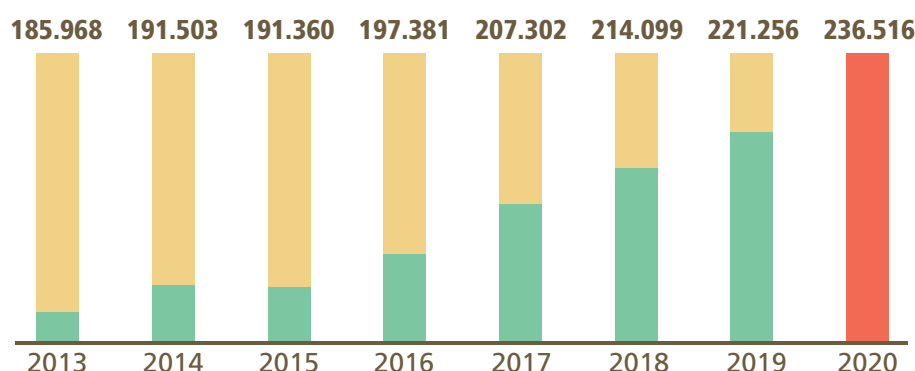
**à vivência do século XXI”**, a Secretaria Municipal da Educação (SME) de Fortaleza participou da elaboração do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), que estabelece fundamentos norteadores para os currículos escolares no estado do Ceará. Em sequência, com vistas à implementação do DCRC, a Equipe de Desenvolvimento Curricular da SME está, por meio do Caderno de Planejamento, orientando a execução de ações que, de forma transversal e integradas à ação de cada componente curricular (Língua Portuguesa, Matemática, História etc.), se destinem ao desenvolvimento das 10 (dez) Competências Gerais propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e confirmadas pelo DCRC, para articular a construção de conhecimentos, com o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes e valores.

A **“Oferta da educação básica de qualidade acessível e universalizada”** vem sendo ampliada com a execução de ações paralelas com intervenções em diversas variáveis:

a) de 2013 para 2019, crescimento da matrícula total em 18,9%, alcançando 221.256 alunos. Nesse sentido, o parque escolar foi expandido em 78,8% no tocante aos Centros de Educação Infantil (CEIs) – eram 90 em 2012 e passaram para 161 em 2019; e em 27,6% com relação às unidades escolares do Ensino Fundamental – passamos de 449, em 2012 para 573, em 2019, o que possibilitou o aumento das matrículas com o consequente crescimento das taxas de atendimento: na

etapa Creche, esse atendimento foi dobrado, avançando de 10.593 para 22.081 crianças e na etapa Pré-Escolar, a expansão foi de 38,1%. No Ensino Fundamental, por sua vez, chegou a 95,3%, podendo ser considerado como atendimento universalizado. Por outro lado, Fortaleza, hoje, se posiciona

**Gráfico 2 – Evolução da Matrícula na Rede Municipal – 2012-2019 e previsão para 2020**



FONTE: SME/COPLAN

\*Dado gerencial de agosto/2019

em 1º lugar na Região Nordeste quanto ao atendimento na Educação Infantil.

b) **Desenvolvimento do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic)** com a finalidade de que todas as crianças se alfabetizem até o fim do 2º ano do Ensino Fundamental, assegurando um alicerce sólido para seu sucesso nas demais aprendizagens buscadas nos anos escolares subsequentes. Essa decisão gerou ações substanciais com investimentos na formação continuada dos professores, na gestão escolar, inclusive com adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC, coordenado pelo Ministério da Educação. No ano de 2018, já conseguimos que 92% das crianças atingissem esse objetivo.

c) **Oferta de melhores condições de funcionamento das instituições educacio-**

**nais**, com início do Programa de Requalificação de 200 instituições educacionais, além da realização de serviços de manutenção e pequenas restaurações gerais urgentes (instalações elétricas e hidrossanitárias, piso, retelhamento) e da aquisição de mobiliário básico (conjuntos infantis, carteiras escolares, birôs, armários, lousas digitais).

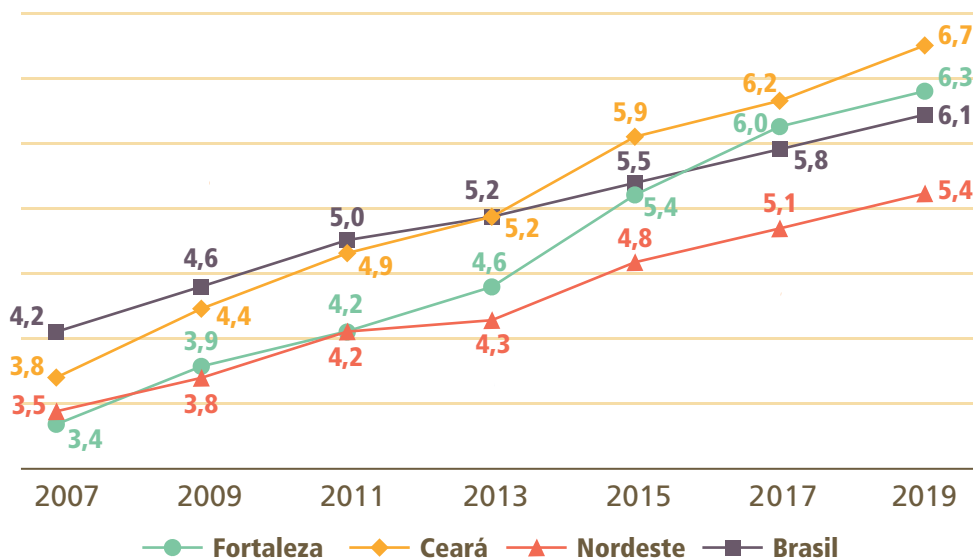
**Melhoria da proficiência dos alunos da rede pública nas avaliações externas** – Na busca dessa melhoria, muitas ações estão em andamento. O Paic foi ampliado até o 5º ano por meio do Paic+5,

intensificando a ação alfabetizadora do 1º ao 5º ano; estão sendo implementados projetos de Fortalecimento da Aprendizagem, possibilitando aos estudantes maior tempo de interação com o conhecimento; garantidos materiais pedagógicos de apoio à ação docente, incluindo a reprodução e/

ou a elaboração de materiais pedagógicos para apoio a alunos e professores; foram implantadas salas de inovação com tecnologia Google For Education. Também se tem investido na formação continuada dos professores; no acompanhamento pedagógico sistemático desses professores; na expansão das escolas em tempo integral e no incentivo à implementação de metodologias ativas, informática, esportes, artes e cultura popular, como mecanismos de favorecimento da aprendizagem dos estudantes. Todo esse esforço tem repercutido na posição privilegiada do Município de Fortaleza que vem, sistematicamente, ultrapassando as metas previstas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

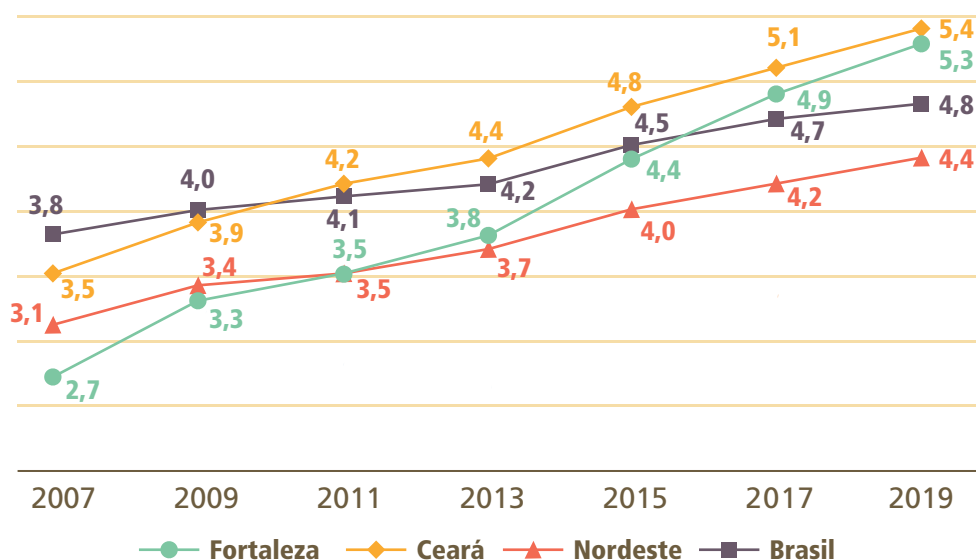
Segundo dados de 2017, Fortaleza está entre as capitais brasileiras que mais cresceram no Ideb: escolas municipais superaram em 2017 a meta que o MEC havia projetado para 2021. A nota do 5º ano (4,2) em 2011 saltou para 6,0 em 2017; em relação ao 9º ano, o crescimento foi de 3,5 para 4,9 no mesmo período. Em ambos, 5º e 9º anos, Fortaleza ultrapassou as médias alcançadas pelas escolas do Nordeste e do Brasil.

**Gráfico 3 – Ideb – Anos Iniciais – 5º ano**



FONTE: SME/Elaboração COPLAN  
\*2019 (dados em projeção)

Gráfico 5 – Ideb – Anos Finais – 9º ano



FONTE: SME/Elaboração COPLAN

\*2019 (dados em projeção)

### Expansão do atendimento em tempo integral

**na Educação Básica** – Este tipo de atendimento é desenvolvido em programas de jornada ampliada e em escolas de tempo integral. Com relação à jornada ampliada, o trabalho educativo é desenvolvido por meio do Programa Aprender +, que executa projetos como: Novo Mais Educação, Integração/ Rede Cuca, Integração/Clubes Sociais, Integração Idiomas, Integração Turmas Avançadas, Protécnico, com realização de atividades no contraturno que propiciam a superação de déficits de aprendizagem, com destaque para Português e Matemática. Nesses projetos, são construídos espaços de atendimento mais interessantes, ofertadas atividades diversificadas que incluem vivência de jogos, brincadeiras, informática e práticas artísticas relacionadas com música, dança, artes plásticas, fotografia, teatro, literatura e cinema, para tornar agradável e significativo o ato de aprender.

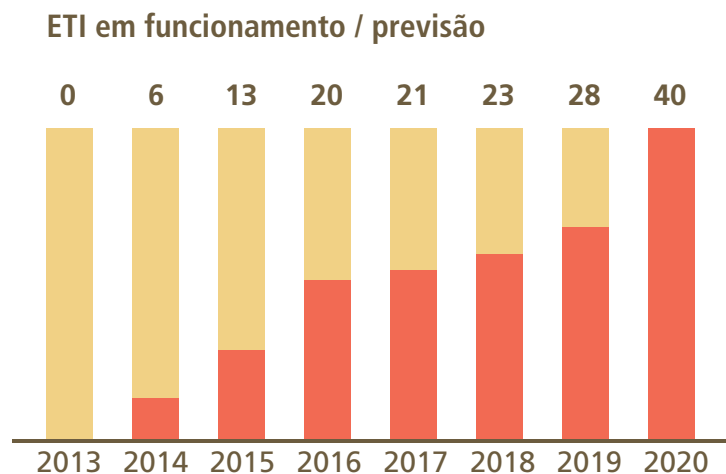
As escolas em Tempo Integral (ETI), por sua vez, construídas ou adaptadas, possibilitam aos estudantes do Ensino Fundamental atividades pedagógicas multi e interdisciplinares, que se integram de forma criativa e lúdica, garantindo melhores condições de aprendizado e constituindo alternativa para a redução dos índices de evasão, repetência e distorção idade-série, diminuindo a permanência dos alunos em ambientes de vulnerabilidade social, em especial os relacionados com a violência. As primeiras ETIs foram postas em funcionamento em 2014, expandindo-se no período de 2014 a 2018, para 23 escolas. Cumpre salientar que a expansão da Política de Educação em Tempo Integral, em 2019, resultou em uma cobertura de 41,3% da matrícula total da Rede Municipal. Essa cobertura compreende o atendimento de 86.121 alunos em Escolas de Tempo Integral (ETI), em Centros de Educação Infantil e Creches Conveniadas e por meio de atividades complementares em contraturno escolar para alunos do Ensino Fundamental.

**Tabela 2 – Evolução da Matrícula da Educação de Tempo Integral – 2012-2019**

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ETI	0	0	2.282	3.947	6.071	7.220	8.289	8.237
ED. INFANTIL	9.713	10.184	7.472	8.463	10.716	12.556	15.018	16.468
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	17248	233	35.554	38.111	10.062	36.299	44.111	61.416
<b>TOTAL</b>	<b>26.961</b>	<b>10.417</b>	<b>45.308</b>	<b>50.521</b>	<b>26.849</b>	<b>56.075</b>	<b>67.418</b>	<b>86.121</b>

FONTE: SME

**Gráfico 5 – Evolução das Escolas de Tempo Integral – 2013/2019 e previsão para 2020**



FONTE: SME/Elaboração COPLAN (gráfico de ETI agregado/ano)

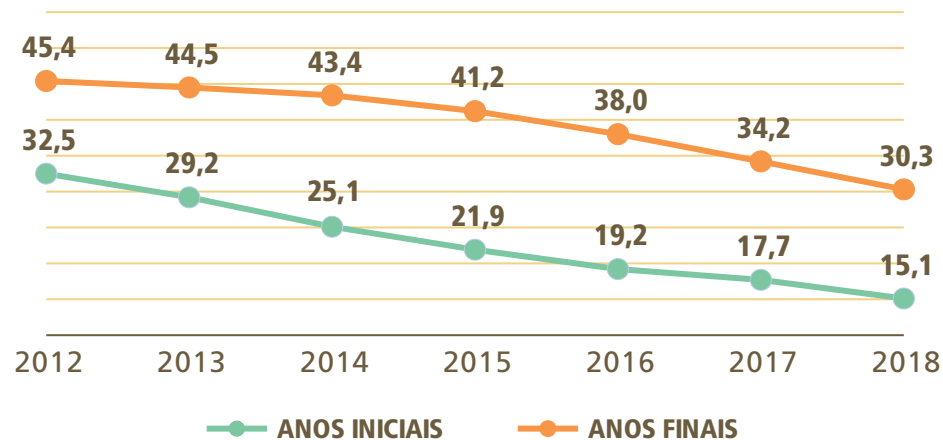
\*Previsão para dezembro/2019.

**Correção do fluxo escolar no Ensino Fundamental** – As ações que estão em execução para a melhoria da qualidade da aprendizagem contribuem, ao mesmo tempo, para a correção da distorção idade-série e, conseqüentemente, para a correção do fluxo escolar. Assim, observa-se uma melhoria significativa desse indicador, como seja: nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2012, a distorção em foco alcançava 32,5% e passou, em

2018, para 15,1%, o que traduz ter sido reduzida pela metade; nos Anos Finais, analisado o mesmo período, baixou de 45,4% para 30,3%. Essa redução da taxa de distorção demonstra a ampliação do número de alunos na idade certa, condição que incide também na redução do índice de abandono e de reprovação na Rede Municipal, retratando o esforço empreendido nas ações desenvolvidas como prioridade da política educacional.



**Gráfico 6 – Distorção Idade-Série nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental (2012 a 2018)**



FONTE: SME/Elaboração COPLAN

Pelo exposto, considera-se importante ressaltar que, mesmo havendo muitos desafios a serem superados, vale a compreensão de que o caminho adotado vem alcançando bons resultados e que passos fundamentais para o sucesso da caminhada traçada estão sendo desenvolvidos com compromisso e competência.

Sobressai, neste sentido, a importância de uma ação planejada com objetivos claros, previsão de ações consonantes e, sobretudo, contando com agentes conscientes e, efetivamente, parceiros na busca do sucesso. Vale ainda destacar a relevância de focos estabelecidos como suporte para a ob-

tenção da ação bem-sucedida: fortalecimento da ação pedagógica e da gestão escolar com vistas à aprendizagem dos alunos; desenvolvimento de políticas voltadas para o estímulo ao protagonismo estudantil; implementação de ações destinadas à valorização do magistério municipal, com ênfase na elevação da autoestima dos educadores; estímulo à intensificação dos vínculos com as famílias, como forma de estabelecer-se uma ação educativa compartilhada que tenha, no coletivo, a força para construção do bem comum. A sociedade do amanhã, que se pretende ser mais humana, exige isso.

---

## QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS





Deter o processo de degradação ambiental, o desmatamento e a poluição dos recursos hídricos, e recuperar áreas já degradadas são grandes desafios para Fortaleza nestas décadas. Para isso, a cidade deve criar as condições para que o crescimento da economia não acelere as pressões antrópicas provocando mais degradação do meio ambiente.

Além das ações implementadas diretamente no meio ambiente – recuperação de áreas degradadas, gestão e fiscalização ambiental (gestão dos recursos hídricos urbanos e da zona costeira) e utilização do lixo orgânico e de lixo reciclável – o enfrentamento da degradação ambiental deve articular ações de ciência, tecnologia e inovação, desenvolvendo tecnologias que moderam a pressão antrópica das atividades produtivas e permite uso sustentável dos recursos naturais. Saneamento com tratamento de água e esgoto e, principalmente, na coleta seletiva de lixo para sua utilização e reciclagem, e energia

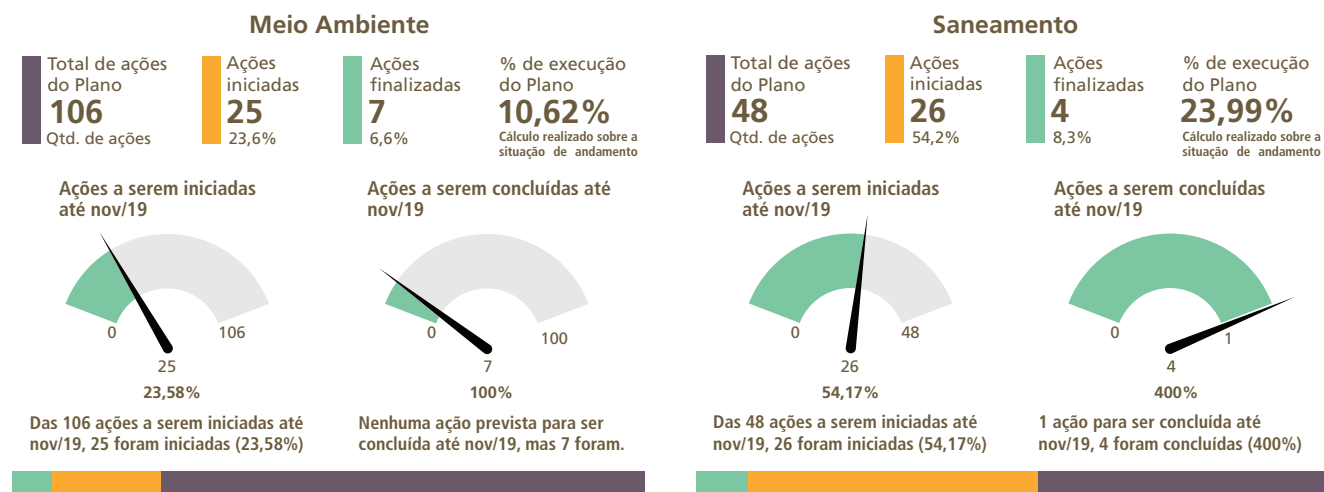
que combina a microgeração distribuída de energia solar com aproveitamento do lixo orgânico na geração de energia.

O eixo “Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais” organiza o conjunto de objetivos estratégicos que buscam a recuperação, a preservação e a conservação dos recursos naturais e da qualidade do meio ambiente com atenção especial para as questões de saneamento, qualidade e disponibilidade dos recursos e geração de energia limpa e renovável na cidade.

Os objetivos estratégicos deste eixo se operacionalizam por meio da implementação integrada e complementar dos seguintes planos de ação:

- Plano de Meio Ambiente e Saneamento (MA)
- Plano de Energias Renováveis e Eficiência Energética (EN)
- Plano de Segurança Hídrica (SH).

# Plano de Meio Ambiente e Saneamento



## OBJETIVO

- Inclusão dos aspectos ambientais e territoriais nos processos de planejamento e gestão da cidade, contando com equipes de profissionais de meio ambiente com a competência estabelecida em lei para atuar na área;
- Ampliação de contingente com capacitação para fiscalização quanto ao cumprimento dos instrumentos normativos;
- Recuperação de áreas degradadas, a exemplo das lagoas aterradas para construção de empreendimentos nos últimos 30 anos;
- Estabelecimento de uma política de biodiversidade, contemplando os remanescentes de fauna e flora da cidade;
- Estabelecimento de instrumentos legais que priorizem os aspectos ambientais (proibição de supressão, aumento dos índices de permeabilidade, entre outros);
- Preservação e recuperação de áreas estuarinas do rio Cocó e do rio Ceará;
- Alteração de ordem institucional, com a reestruturação de uma secretaria temática de meio ambiente com recursos financeiros e humanos para uma efetiva gestão do meio ambiente da cidade;
- Efetivação de políticas ambientais da cidade e harmonização com temáticas globais, como adaptação, resiliência, serviços ecossistêmicos, mudanças climáticas e biodiversidade.

## CÂMARA SETORIAL

### DESENVOLVIMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE

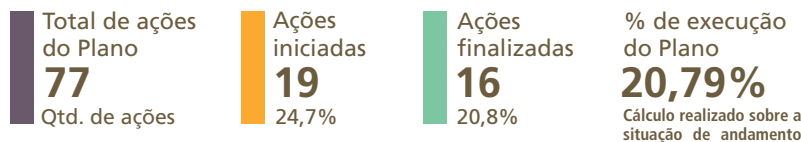
ÓRGÃO GESTOR - Seuma

DEMAIS ÓRGÃOS - SCSP; PGM; Iplanfor; Citinova.

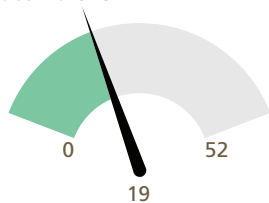
**PRINCIPAIS  
AÇÕES  
INICIADAS**

- Concurso público para o órgão de gestão ambiental (principalmente cargo de analista ambiental) e de planejamento urbano contemplando todos os profissionais das ciências ambientais. - **MA 1.1**
- Plano de gestão ambiental institucional. - **MA 1.2**
- Ampliação da cobertura vegetal – Arborização urbana. - **MA 2.1**
- Campanha de Educação Ambiental sobre valorização das árvores na cidade e Campanha de Adoção de Árvores. - **MA 2.11**
- Incentivo ao uso das áreas verdes da cidade como forma de valorização social e ambiental destas áreas. - **MA 2.13**
- Criação de trilhas nos manguezais do Cocó e rio Ceará para atividades de turismo ecológico e educação ambiental. - **MA 2.18**
- Campanha de incentivo à adoção de canteiros centrais pela iniciativa privada. - **MA 2.21**
- Criação das sedes das unidades de conservação da Sabiaguaba, do Rio Ceará e do Rio Cocó. - **MA 2.22**
- Oficinas de licenciamento e gestão ambiental para Unidades de Conservação com analistas ambientais (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) e com membros do conselho gestor. - **MA 2.24**
- Criação de trilhas ecológicas nas Unidades de Conservação. - **MA.2.25**
- Projeto e implantação de infraestrutura urbana (água e esgoto) na APA da Sabiaguaba. - **MA 2.28**
- Cadastro das atuais Unidades de Conservação no cadastro nacional do Ibama. - **MA 2.29**
- Mapeamento dos sítios arqueológicos da região da Sabiaguaba. - **MA 2.31**
- Recuperação dos parques urbanos (reformas, reparos, plantios, manutenção). - **MA 3.1**
- Campanha de incentivo à adoção de parques urbanos. - **MA 3.2**
- Plantio de espécies nos parques com capacidade de fornecer sombra e de fácil manutenção (espécies nativas). - **MA.3.3**
- Campanha de Educação Ambiental da população do entorno para cuidados e manutenção dos equipamentos. - **MA.3.7**
- Urbanização das áreas de lagoas decretadas como parques para aproveitamento para lazer. - **MA.3.10**
- Boa iluminação de baixo consumo de energia nos parques. - **MA.3.11**
- Plantio de espécies nas praças com capacidade de fornecer sombra e de fácil manutenção (espécies nativas). - **MA.3.14**
- Campanha para estímulo à adoção de praças nos bairros periféricos. - **MA.3.15**
- Programa de monitoramento da qualidade das águas. - **MA.4.7**
- Participação efetiva do município no comitê da bacia metropolitana. - **MA.4.10**
- Mapeamento da direção dos ventos e inclusão deste fator nas análises de projetos evitando a formação de novas barreiras de circulação na cidade. - **MA.6.1**
- Criação de um banco de projetos de recuperação ambiental para indicar como medidas compensatórias. - **MA.6.14**

# Plano de Energias Renováveis e Eficiência Energética

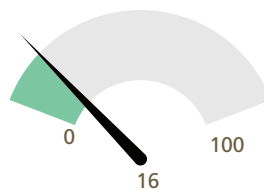


Ações a serem iniciadas até nov/19



Das 52 ações a serem iniciadas até nov/19, 19 foram iniciadas (36,54%)

Ações a serem concluídas até nov/19



Nenhuma ação a ser concluída até nov/19, mas 16 foram.



## OBJETIVO

- Desenvolver e gerir estrutura de planejamento, execução e controle das ações;
- Fomentar investimentos públicos e privados no sentido de maximizar o aproveitamento da geração distribuída em Fortaleza;
- Acelerar a busca pelo consumo energético consciente e eficiente de Fortaleza;
- Valorizar energeticamente os resíduos sólidos gerados.

## CÂMARA SETORIAL

### SANEAMENTO, ENERGIA E SEGURANÇA HÍDRICA

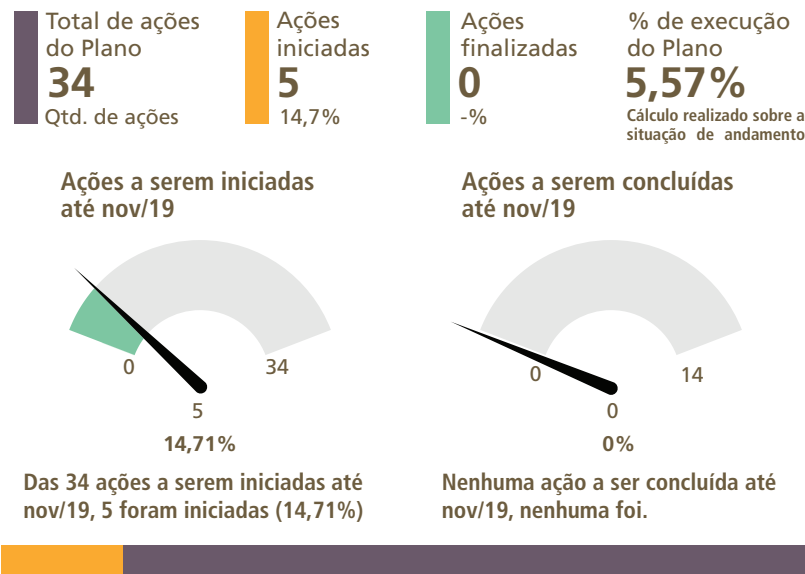
ÓRGÃO GESTOR - SCSP

DEMAIS ÓRGÃOS - Iplanfor; CDL; Sindienergia; Fiec; Unifor; Uece; UFC; Seuma; PGM, Sefin; Sefaz; Seinfra; Citinova; IFCE; Crea; Enel; Ceará 2050; Câmara Setorial de Energias Renováveis da Adece.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Estruturação do Comitê Gestor do Plano de Energia Fortaleza 2040. - **EN. 1.1**
- Estruturação de equipe executiva da PMF com gerência sobre o Plano, de maneira integrada. - **EN. 1.2**
- Monitoramento das chamadas públicas para financiamento de projetos para o aproveitamento das vocações energéticas no município. - **EN. 2.2**
- Instalação de planta piloto comercial de geração de energia elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos não reciclados. - **EN. 5.10**
- Ampliação de empreendimentos privados de micro e minigeração distribuída. - **EN. 5.12**

## Plano de Segurança Hídrica



### OBJETIVO

Otimizar o uso eficiente da água e aperfeiçoar o sistema de gestão dos recursos hídricos de forma a garantir a disponibilidade hídrica para a Capital e região metropolitana.

### CÂMARA SETORIAL

#### SANEAMENTO, ENERGIA E SEGURANÇA HÍDRICA

ÓRGÃO GESTOR - SCSP

DEMAIS ÓRGÃOS - CPRM; Cagece; SRH; Sema; Seuma; SCSP; Iplanfor; Comitês de BH Metropolitana; Comitê das Secas; Defesa Civil; Universidades (UFC/Nutec, Uece, IFCE, Unifor etc); Sohidra; Funceme; Fiec; CDL; Ceará 2050; Sinduscon; Crea; CRBio; PGM; Coareg; Ibama; Abes; AGB/CE; Prefeituras municipais da região metropolitana (Maracanaú, São Gonçalo, Caucaia, Eusébio); Sindiagua; APGece (Perfuração de Poços).

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Desenvolvimento de uma agenda de diálogo entre município, Estado e União para conclusão das obras do Projeto de Integração do São Francisco - **SH.2.1**
- Projeto Executivo da segunda fase do Eixão das Águas elaborado - **SH.2.3**
- Elaboração de estudos sobre a capacidade de exploração dos aquíferos da RMF - **SH.3.1**

## Ações da administração Municipal que contribuem com o alcance dos objetivos do Eixo



O Programa **Fortaleza Cidade Sustentável (FCS)**, desenvolvido pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), compreende uma série de projetos voltados para o planejamento e a gestão urbana e ambiental do município de Fortaleza. O FCS conta com aporte de recursos do Banco Mundial – Bird, na ordem de US\$ 150 milhões, para ampliar e acelerar a capacidade institucional municipal de atuação, gestão e planejamento do ambiente natural e construído na cidade de Fortaleza.

O Programa Fortaleza Cidade Sustentável (FCS) prevê a implementação de projetos do componente Águas da Cidade da Política Ambiental do Município a exemplo do que é conectado à rede que viabilizará a ligação gratuita à rede pública de abastecimento de água e coleta de esgoto em 16 mil domicílios de baixa renda. Essa medida vai resultar na regularização dos imóveis na Bacia da Vertente Marítima.

Ao lado dessas ações também está prevista a intensificação da fiscalização em alto padrão para regularizar a coleta de esgoto. Essa iniciativa é a continuação de uma parceria que já ocorre entre a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece).

Como um dos resultados da Política Municipal de Meio Ambiente, destaca-se a oficialização do **Sis-**

**tema Municipal de Áreas Verdes**, que subsidiou o cálculo do índice de áreas verdes por habitante, sendo elaborada com base cartográfica do cadastro multifinalitário do Município de Fortaleza atualizada pelas ortofotos do ano de 2016, e composta por áreas verdes, largos, jardins, parques e praças que estão cadastradas como bem patrimonial do Município. Contudo, dessas áreas foram subtraídas aquelas que se apresentam totalmente ocupadas de forma irregular.

Em Fortaleza **24 Parques Urbanos Municipais** foram regulamentados e delimitados por Decretos Municipais com o intuito de preservar e incentivar o uso sustentável dessas áreas. A criação e a regulamentação dos parques proporcionaram um avanço no índice de área verde por habitante. Vale ressaltar que legislações estaduais também influenciaram nos valores, dentre elas as Leis Estaduais nº 16.198/2016 e nº 16.821/2019, que estabeleceram novos limites para o Município de Fortaleza e o Decreto Estadual nº 32.248/2017, que criou a Unidade de Conservação Estadual do Grupo de Proteção Integral do Parque do Cocó.

Dentre os parques regulamentados, destaca-se o **Parque Linear Rachel de Queiroz**, projeto que integra o Programa Fortaleza Cidade Sustentável (FCS), possuindo extensão total aproximada de 10 km e área total aproximada de 137 hectares, que se inicia no Açude João Lopes, Bairro Monte Castelo, nas proximidades das ruas Raquel Holanda e Gonçalo dos Lagos, seguindo até as margens do Rio Maranguapinho. Por isso, o Rachel de Queiroz foi concebido como Parque Linear, utilizando-se do sistema viário existente como porta de conexão entre fragmentos de áreas verdes. Essa área verde de lazer está inserida em uma área de densidade total média de 140 mil hab/km<sup>2</sup>, impactando dire-



tamente na vida de 285 mil pessoas ao longo dos 8 bairros da sua extensão, e dos outros 6 bairros inseridos num contexto de proximidade.

Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 13.397/2014, o **Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes de Fortaleza** é um programa da Prefeitura de Fortaleza que permite ao cidadão comum (pessoas físicas ou jurídicas) adotar uma praça ou área verde na cidade de Fortaleza perfazendo o total de 380 espaços públicos adotados no ano de 2019.

O 3º **Inventário de Emissões de GEE**, com ano base 2016, foi elaborado pelos técnicos da Seuma durante o ano de 2018, por meio da Plataforma “Curb Tool: Ação Climática para a Sustentabilidade Urbana”, que totalizou em 1.933.975 t CO<sub>2</sub>e de emissões no ano, um resultado que, mesmo não possuindo efeito comparativo com seus antecessores, reflete o sucesso dos esforços da governança municipal em prol de um desenvolvimento urbano de baixo carbono na cidade de Fortaleza.

A metodologia de cálculo **Índice de Controle da Poluição de Resíduos**, a partir de 2018, passou a ser a quantidade de pontos de lixo/km<sup>2</sup>. Até 2018, o quantitativo de pontos de lixo era extraído a partir de informações da Coleta Especial Urbana (CEU). A partir de 2019, houve mudança na metodologia de mapeamento dos pontos de lixo pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFor), com levantamento in loco pelas secretarias regionais. Os dados referentes a 2019 ainda estão em fase de atualização. Total parcial de pontos de lixo até outubro/2019: 1.286.

Buscando avançar na reciclagem de resíduos, além da ampliação de ecopontos em diversos pontos da cidade, na **Plataforma Reciclando Atitudes** destaca-se o projeto Reciclando Atitudes com os Catadores, que trabalha a articulação, a mobilização, a capacitação e a cessão de veículos (caminhão baú e moto cargueira) para traslado de recicláveis, doação dos recicláveis arrecadados nos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e em atividades da Célula de Educação Ambiental, tendo como principal resultado a coleta de óleo e gorduras residuais. Também promove-se o incremento de renda com a inserção das associações de catadores no serviço de coleta em grandes eventos.

Nos anos de 2017 e em 2019 efetuou-se o **monitoramento dos recursos hídricos municipais**, que consiste em atividades de coletas e análises da qualidade das águas dos recursos hídricos monitorados e sua balneabilidade, de acordo com a Resolução nº 274/2000 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), onde é considerado recurso hídrico balneável quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, colhidas no mesmo local, houver, no máximo, 1.000 coliformes fecais (termotolerantes) ou 800 *Escherichia coli* ou 100 enterococos por 100 mililitros.

Em 2018, a Lei Complementar nº 250 catalogou 171 recursos hídricos no município de Fortaleza. No ano de 2019, foram monitorados 22,8% dos recursos hídricos. Considerando a totalidade de 39 recursos hídricos, sendo 27 lagoas e açudes e 12 rios e riachos do programa de monitoramento da qualidade da água dos recursos hídricos, juntamente com o monitoramento de 15 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) mensalmente, tornou-se possível avaliar as condições em que se apresen-

tam os recursos hídricos municipais e suas possíveis fontes de poluição, gerando como produto os relatórios e boletins para divulgação no Sistema de Informações Ambientais de Fortaleza (Siafor).

## Implantação do Comitê de Energia

---

O Plano Fortaleza 2040 propõe que a cidade deva ser a capital-modelo do Brasil em eficiência energética até o ano de 2040. Para tanto, diante da ausência de um órgão municipal estruturado para isso, foi criado o Comitê de Energia, composto por entidades públicas e privadas.

O Comitê vem trabalhando para o desenvolvimento do uso das energias renováveis e a eficiência energética e tem como objetivo principal a criação de um espaço de articulação, divulgação e troca de conhecimento das ações desenvolvidas na área de eficiência energética e energias renováveis atuantes no Município.

Lançado em abril de 2018, conta com a presidência da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP), coordenação de articulação e técnica, respectivamente, do Iplanfor e do coordenador do Plano de Energia do Plano Fortaleza 2040. Como órgãos operacionais, encontram-se horizontalizadas as instituições de Ensino, a Enel, a Fiec, a SCSP, a Seuma, a Seinf, e a Secretaria Adjunta de Energia do Estado, além de Sindienergia, Crea, Ceará 2050 e Conergy.



## DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO PRODUTIVA





Nas últimas décadas, a economia de Fortaleza vem passando por mudanças importantes na base econômica, consolidando-se como uma cidade de comércio e serviços embora ainda concentre uma parcela importante da indústria do Estado e da Região Metropolitana.

A economia de Fortaleza apresenta uma grande informalidade e está fortemente concentrada no Centro da Cidade e em alguns bairros da Regional 2. A distribuição da economia no território municipal reflete e, ao mesmo tempo, consolida a desigual competitividade local no município entendida como vantagem diferenciada para atrair investimentos e manter a atividade econômica sustentável.

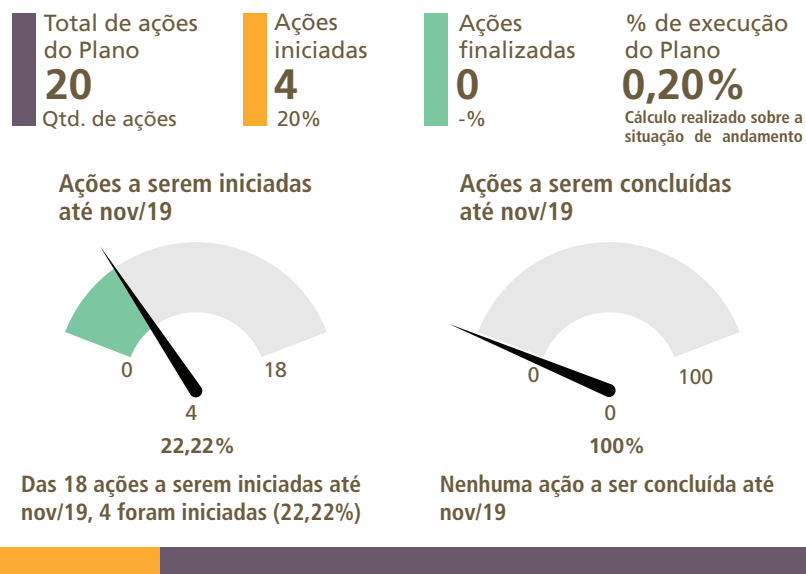
A melhoria da competitividade da economia é o principal desafio de Fortaleza na área econômica, o que depende de vários componentes que transcendem a economia, como educação e qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura e qualidade do espaço urbano, e sistema normativo. O Município deve lidar com três outros desafios: primeiro, a redução da diferença de competitividade no território em favor das Regionais com menor capacidade de atração de investimentos, de modo a equilibrar a distribuição regional das

atividades econômicas; o segundo desafio consiste no adensamento de cadeias produtivas consolidadas e na agregação de valor; finalmente, Fortaleza deve perseguir a diversificação da estrutura produtiva com a emergência de novas atividades de alta densidade de conhecimento e tecnologia.

O eixo que reúne os planos voltados para a dinamização da economia organiza o conjunto de objetivos estratégicos que buscam o crescimento da economia, do emprego e da renda, combinando o fortalecimento e o aumento da capacidade de competir no mercado das atividades já consolidadas, a emergência de novos segmentos econômicos com alta geração de renda, a ampliação da inclusão produtiva com destaque para a economia solidária e se operacionaliza por meio da implementação integrada e complementares dos seguintes planos:

- Agricultura Urbana – (AU)
- Confecção – (CF)
- Construção Civil – (CC)
- Economia Criativa – (EC)
- Economia do Mar – (EM)
- Serviços Avançados e Novas Indústrias – (NI)
- Tecnologia da Informação e Comunicação – (TI)
- Turismo – (TR).

# Plano de Agricultura Urbana



## OBJETIVO

Contribuir para a dinamização da economia de Fortaleza e a inserção econômica de parte da população por meio da agricultura urbana.

## CÂMARA SETORIAL

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

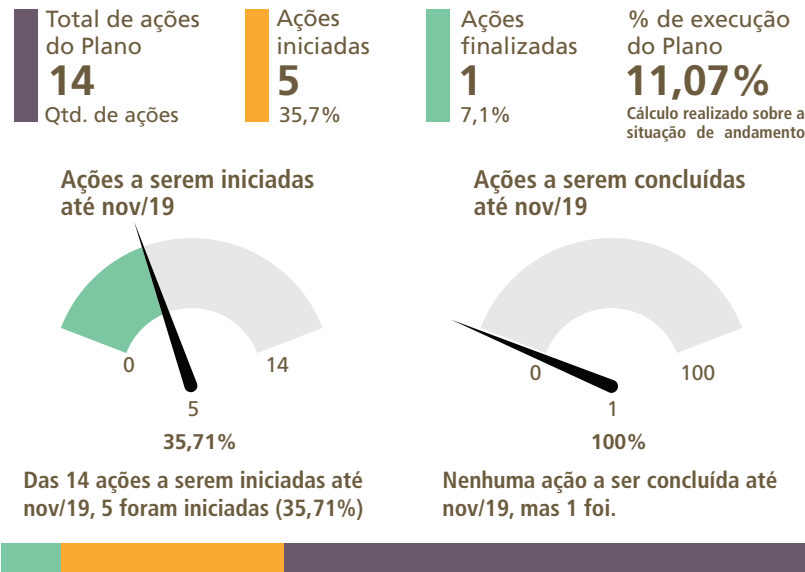
ÓRGÃO GESTOR - SDE

DEMAIS ÓRGÃOS - SME; STDHS; Fiec; Iplanfor; Secultfor; CoppFor; Seuma; Secel; Setfor; Sepog; Sefin; Citinova; Adece; UFC (Labomar); Seplag; Instituição de Ensino Superior – IES.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Elaboração do Projeto Plantar e Comer - **AU.1.2**

## Plano de Confeccões



**OBJETIVO** Contribuir para a dinamização da economia de Fortaleza.

**CÂMARA SETORIAL**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

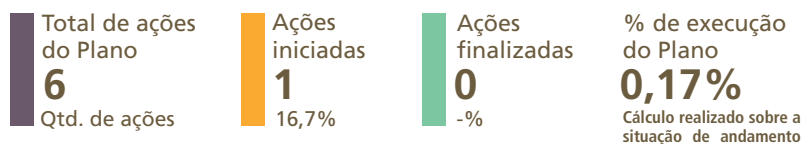
ÓRGÃO GESTOR - SDE

DEMAIS ÓRGÃOS - SME; STDHS; Fiec; Iplanfor; Secultfor; CoppFor; Seuma; Secel; Setfor; Sepog; Sefin; Citinova; Adece; UFC (Labomar); Seplag; Instituição de Ensino Superior – IES.

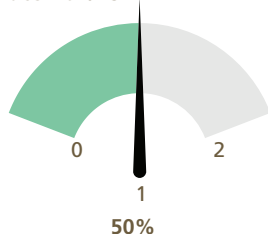
**PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS**

- Implantados 66 empreendimentos Projeto Mulher Empreendedora - **CF.1.1**
- 23 empreendedores capacitados no atelier de moda do Centro de Referência do Empreendedor no Bom Jardim (Projeto Meu Bairro Empreendedor) - **CF.1.2**
- Apoio na FESTMICRO 2019 - **CF.4.1**

# Plano de Construção Civil

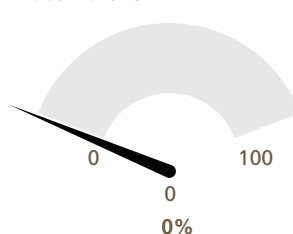


Ações a serem iniciadas até nov/19



Das 2 ações a serem iniciadas até 2018, 1 foi iniciada (50%)

Ações a serem concluídas até nov/19



Nenhuma ação a ser concluída até nov/19



## OBJETIVO

Modernizar a construção civil com inovação tecnológica que melhore a qualidade e a segurança, aumentando a produtividade e a eficiência do setor.

## CÂMARA SETORIAL

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO GESTOR - SDE

DEMAIS ÓRGÃOS - SME; STDHS; Fiec; Iplanfor; Secultfor; CoppFor; Seuma; Secel; Setfor; Sepog; Sefin; Citinova; Adece; UFC (Labomar); Seplag; Instituição de Ensino Superior – IES.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

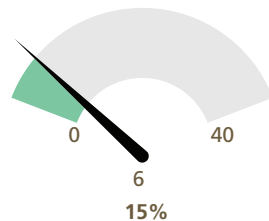
-



## Plano de Economia Criativa

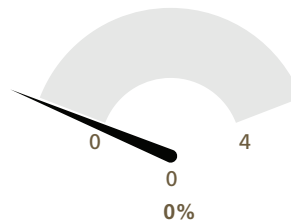


Ações a serem iniciadas até nov/19



Das 40 ações a serem iniciadas até 2018, 6 foram iniciadas (15%)

Ações a serem concluídas até nov/19



4 ações a serem concluídas até nov/19, nenhuma foi



### OBJETIVO

Institucionalizar a Economia Criativa no município, descentralizada nos territórios, visando ao desenvolvimento local e regional;  
Desenvolver estrutura produtiva e de serviços ampliada e diversificada;  
Consolidar os setores econômicos mais competitivos e de alto valor agregado;  
Promover atividades de inclusão produtiva dinamizadas.

### CÂMARA SETORIAL

#### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

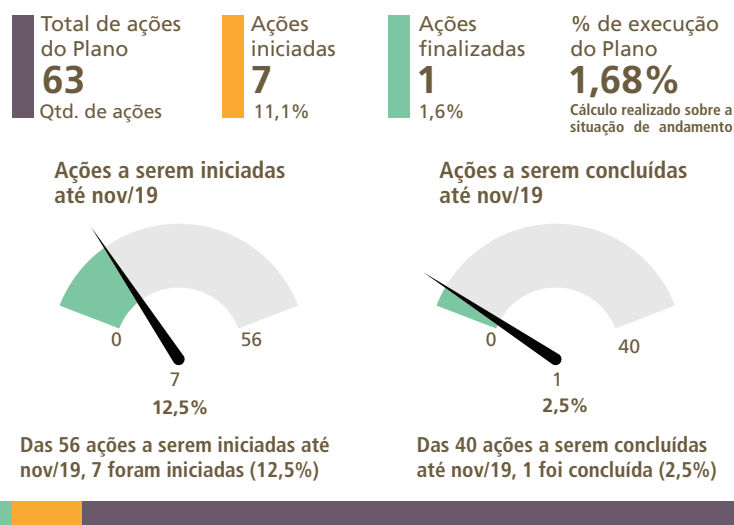
ÓRGÃO GESTOR - SDE

DEMAIS ÓRGÃOS - SME; STDHS; Fiec; Iplanfor; Secultfor; CoppFor; Seuma; Secel; Setfor; Sepog; Sefin; Citinova; Adece; UFC (Labomar); Seplag; Instituição de Ensino Superior – IES.

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Projeto do Distrito Iracema em elaboração. Realizado nos dias 07 e 08 de junho o Seminário Distritos e Cidades Criativas que gerou o Plano de Implementação do Distrito Criativo. Encontra-se em elaboração a proposta de candidatura de Fortaleza como Cidade Criativa. Parceria com o SEBRAE-CE realizada - **EC.1.1**
- Linhas de financiamento/microcrédito, considerando as demandas e perfis dos profissionais e empreendedores criativos, contemplando, inclusive, a geração e disseminação do conhecimento sobre processos e produtos criativos inovadores; tendo como referência modelos de investimentos de risco e não reembolsáveis. Projeto Startup Fortaleza . Previsão de 75 linhas de crédito para financiamento de máquina, insumos e equipamentos para startups com valor de até R\$ 15 mil com 40% não reembolsável. 30 financiamentos concedidos no Projeto Mulher empreendedora - **EC.P1-2.4**
- Fomento à criação e ao fortalecimento de incubadoras de empreendimentos criativos. Foram implementadas 6 (seis) incubadoras de empresas por meio do Projeto de incubadoras de empresas de Fortaleza (Bom Jardim, Vicente Pinzón, Parangaba, Unigrande, UECE, UNI7) - **EC.P3-2.1**

# Plano de Economia do Mar



## OBJETIVO

Criação de um hipercluster constituído por setores que atuam em um conjunto de políticas e práticas integradas numa estratégia de rede de empresas especializadas, visando ao aproveitamento das potencialidades do mar e região costeira, de forma ordenada e sustentável.

## CÂMARA SETORIAL

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

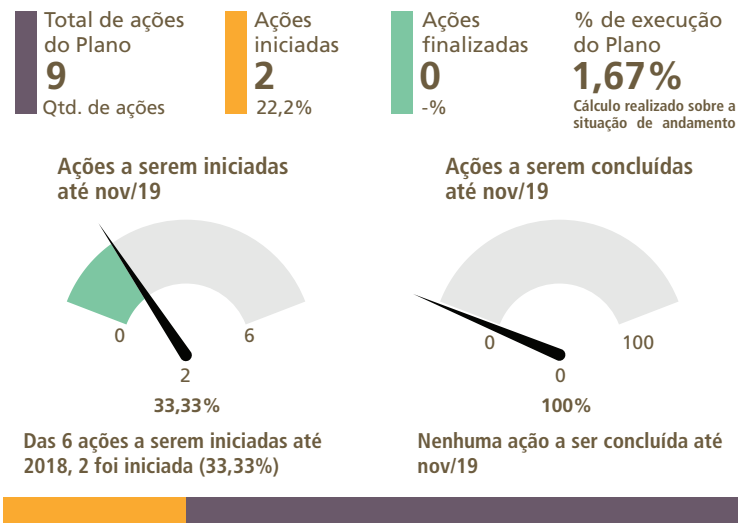
ÓRGÃO GESTOR - SDE

DEMAIS ÓRGÃOS - SME; STDHS; Fiec; Iplanfor; Secultfor; CoppFor; Seuma; Secel; Setfor; Sepog; Sefin; Citinova; Adece; UFC (Labomar); Seplag; Instituição de Ensino Superior – IES.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Dragagem de aprofundamento do Terminal Multiuso do Porto do Mucuripe - **EM 3.1**
- Requalificação da Beira Mar - **EM 13.3**
- Realização da Festa de Reveillon - **EM 13.4**

## Plano de Novas Indústrias e Serviços Avançados



### OBJETIVO

Estimular o adensamento das cadeias produtivas com ampliação dos serviços avançados e da indústria de insumos, máquinas e equipamentos, produtos eletrônicos, indústria da saúde e cosméticos, bem como a ampliação do mercado das áreas de educação e saúde.

### CÂMARA SETORIAL

#### CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

ÓRGÃO GESTOR - Citinova

DEMAIS ÓRGÃOS - Secitece; SDE; Seuma; SME.

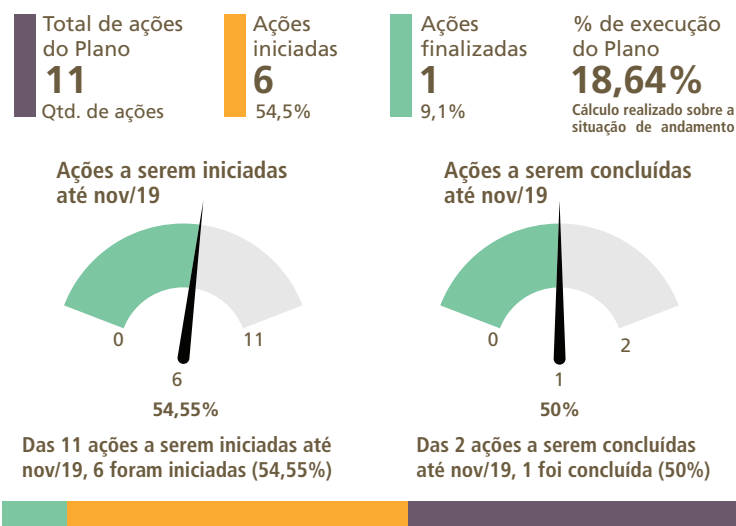
### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Capacitação de mão de obra de alta qualificação. - **NI-1.1**
- Fortalecimento da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico nas novas indústrias e nos serviços avançados. - **NI-1.2**
- Projetos de inovação ancorados em gestão. - **NI-1.3**
- Capacitação da força de trabalho em serviços que envolvem elevada qualificação. - **NI-2.1**
- Desenvolvimento de Cursos Técnicos de Curta Duração. - **NI-2.3**
- Implantar parques tecnológicos e incubadoras próximos dos centros de conhecimento. - **NI-2.4**
- Implantar Ecoparque para indústria de reciclagem. - **NI-3.3**

### AÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL RELACIONADAS COM O PLANO

- Pro Futuro atendendo às ações: **NI-1.1** e **NI-2.1**;
- Projeto Ecotec em andamento sob a direção da Fundação Citinova;
- Projeto Citilab em andamento atendendo às ações: **NI-1.2** e **NI-1.3**.

# Plano de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)



## OBJETIVO

Dinamização econômica e inclusão produtiva por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação.

## CÂMARA SETORIAL

### CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E INFORMAÇÃO

ÓRGÃO GESTOR - Citinova  
DEMAIS ÓRGÃOS - Secitece; Fiec; Funcap.

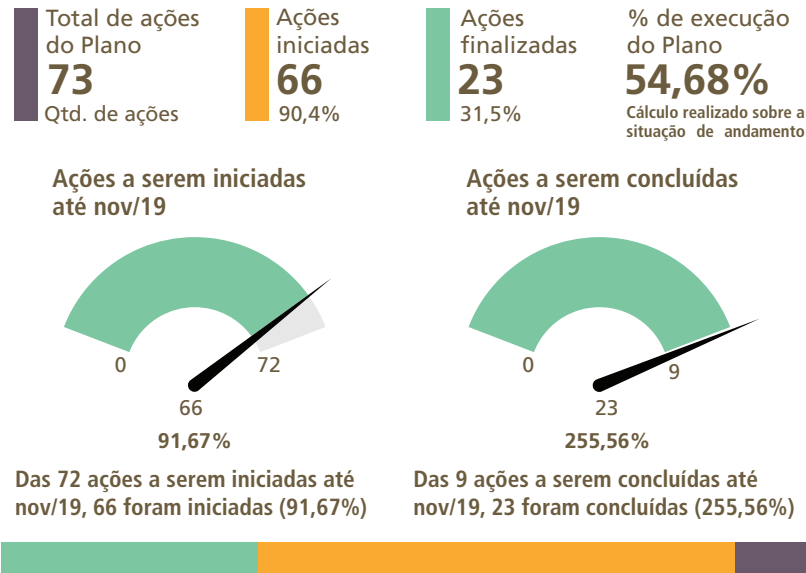
## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Atração de profissionais com perfil de Doutor/Pesquisador para a cidade de Fortaleza. - **TI-1.3**
- Formação continuada de profissionais de nível médio nas diversas categorias de TIC (desenvolvedores, infraestrutura e administração de redes etc). - **TI-1.4**
- Estímulo à inovação nas empresas de TIC. - **TI-2.1**
- Estímulo à inovação para a resolução de problemas e situações do cotidiano da cidade. - **TI-2.2**
- Estímulo ao ambiente de startups. - **TI-2.3**
- Construção da rede de espaços criativos, inteligentes e culturais. - **TI-2.4**
- Criação do Programa Fortaleza das TICs, com uma marca forte e que albergaria todas as linhas de ação, parques e incentivos ao setor de TIC. - **TI-3.1**

## AÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL RELACIONADAS COM O PLANO

- Projeto Citilab em andamento atendendo às ações: **TI-1.3** e **TI-2.2**.
- CRIARCE em andamento atendendo às ações: **TI-2.1**, **TI-2.3** e **TI-2.4**.

## Plano de Turismo



### OBJETIVO

#### OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Aumentar a participação do turismo no PIB de Fortaleza.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aumentar a competitividade e a sustentabilidade de Fortaleza como destino do Nordeste brasileiro;
- Conquistar posição competitiva de destino do Brasil no mercado mundial;
- Valorizar o patrimônio cultural na atividade turística;
- Intensificar a gestão compartilhada do turismo executando o Plano Estratégico de Turismo de forma integrada (secretarias municipais e estaduais, Conselho Municipal de Turismo e Fórum de Turismo do Ceará).

### CÂMARA SETORIAL

#### TURISMO

ÓRGÃO GESTOR - Setfor

DEMAIS ÓRGÃOS - Iplanfor; Setur; Secultfor; Coareg; Iphan; Contur; Fórum de Turismo.

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Requalificação da Avenida Beira Mar. - **TR 5.6**
- Escolas de gastronomia. - **TR 3.2**
- Treinamentos e capacitações na temática. - **TR 3.1**
- Participação e promoção de eventos nacionais e internacionais. - **4.11**
- Expansão do aeroporto internacional de Fortaleza. - **TR 5.1**
- Observatório do Turismo de Fortaleza. - **TR 6.7**
- Linhas de ônibus ligando o aeroporto à zona hoteleira. - **TR 2.12**

### AÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL RELACIONADAS COM O PLANO

- Fortaleza Competitiva;
- Fortaleza Cidade Sustentável;
- Ações de requalificação urbana (nas avenidas Dom Luís, Desembargador Moreira etc);
- Eventos culturais (Réveillon, pré-carnavais, feiras etc);
- Ações para promoção de mobilidade urbana sustentável;
- Plano de Caminhabilidade.

# Início da Agricultura Urbana em Fortaleza

---

O Plano Estratégico de Agricultura Urbana contempla ações para reverter a distribuição espacial da miséria na cidade de Fortaleza, exposta na desigualdade entre os 121 bairros e na presença de 843 assentamentos precários, onde vivem mais de 1 milhão de pessoas.

O Plano é formado por programas, projetos e ações que promovem a produção orgânica de alimentos e a criação de pequenos animais e o empreendedorismo. Para tal, foram desenvolvidos inicialmente três projetos.

O projeto denominado “Qual é o seu verde?” busca contribuir com o diagnóstico do setor agropecuário fazendo um chamamento à população para registro da produção agrícola no município de Fortaleza. Com a finalidade de tornar a gestão do setor eficiente, foi idealizado o site **[www.agriculturaurbana.fortaleza.ce.gov.br](http://www.agriculturaurbana.fortaleza.ce.gov.br)**, o qual consiste numa ferramenta de gestão com o intuito de comunicar, divulgar e incentivar o desenvolvimento de temas ligados à produção agrícola na cidade e na região metropolitana. O terceiro projeto idealizado foi denominado “Plantar, Colher e Empreender” e tem como fundamentos a produção agroecológica, a segurança alimentar, a sustentabilidade e a dinamização econômica e inclusão produtiva.

Os projetos fazem referências aos setores da agricultura, da pecuária e da produção artesanal de alimentos e bebidas, conforme previsão na Lei nº 9443, de 28 de janeiro de 2009, que institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Fortaleza.

Para elaboração das diretrizes e princípios que compõem os três projetos, foram realizadas diversas reuniões junto à Comissão Técnica de Agricultura Urbana, criada para governança do tema, composta por instituições municipais, estaduais, federais e setoriais do Município.

## PROJETO PLANTAR, COLHER E EMPREENDER

O Projeto tem como finalidade incentivar a produção de alimentos orgânicos em cultivos diversos e a alimentação saudável por meio de plantios em espaços e terrenos municipais, com foco na utilização das práticas comunitárias de agricultura urbana, além de oferecer capacitação técnica e gerencial e fomento ao empreendedorismo por intermédio de financiamento específico. Ele beneficiará pessoas interessadas em empreender na atividade agropecuária na cidade de Fortaleza, com foco nos moradores que residam no entorno dos locais de realização das capacitações promovidas durante a execução do projeto.

O projeto está dividido em três fases: a primeira refere-se à definição dos locais de implantação; a segunda, voltada para as capacitações técnicas e gerenciais; e a terceira, correspondente à etapa de financiamento.

Espera-se com a implantação do projeto:

- Difundir, aos beneficiados diretos e indiretos do projeto, as práticas saudáveis de cultivo e de alimentação, propiciando a promoção da segurança alimentar e nutricional da família;
- Contribuir para o fortalecimento da pro-

dução agroecológica de hortaliças, verduras, frutas, como também a sustentabilidade local das famílias, destinados à subsistência ou à comercialização;

- Complementar a renda por intermédio do financiamento visando à comercialização de alimento saudável para a população.

### PROJETO QUAL É O SEU VERDE?

O aplicativo “Qual é o seu verde?” consiste num chamamento à população para registro da produção agrícola municipal. Por meio dele, busca-se pesquisar dados sobre o perfil do produtor, o espaço produtivo, o setor de produção, a finalidade de produção e o sistema produtivo (orgânico, agroecológico ou convencional). Ainda, serão solicitadas informações sobre o recebimento de assistência técnica e financiamentos aos produtores e quais as instituições envolvidas.

O objetivo deste projeto é contribuir com a elaboração do diagnóstico da agricultura urbana no município de Fortaleza, assim como:

#### **SITE AGRICULTURAUROBANA.FORTALEZA.CE.GOV.BR**

A ausência de consolidação das informações com acessibilidade universal sobre agricultura em Fortaleza dificulta o conhecimento, o planejamento e a aplicação dos recursos públicos para o setor. Dessa forma, o setor agrícola não tem visibilidade, prejudicando a produção, o comércio e os serviços por falta de incentivos, financiamentos e assistência técnica específicos.

A agroecologia prevê uma produção necessariamente orgânica, o que infere um desafio para o

Município, já que no diagnóstico realizado durante a elaboração do Plano Fortaleza 2040 não foi encontrado espaço algum produzindo alimentos com essas características.

O projeto de criação do site responde aos desafios apresentados no Plano de Agricultura Urbana frente à gestão do tema, por entender ser necessária a administração dos fatores de produção de alimentos e sua utilização no espaço urbano.

O site **[www.agriculturaurbana.fortaleza.ce.gov.br](http://www.agriculturaurbana.fortaleza.ce.gov.br)** consiste numa ferramenta de gestão com o intuito de comunicar, divulgar e incentivar o desenvolvimento de temas ligados à produção agrícola, no município de Fortaleza. Está prevista na proposta do site uma página web de interação mais específica entre os setores agrícolas de produção, de consumo e de comercialização denominada Central de Negócios.

Outras páginas do site abordarão os projetos municipais, o cadastro de produtores, os serviços, os profissionais, os espaços produtivos, os cursos e capacitações, as notícias, eventos e as feiras e pontos comerciais de produtos agrícolas.

Tendo como objetivo desenvolver um site temático a fim de promover a gestão e o desenvolvimento da agricultura urbana municipal, o projeto também proporcionará:

- Conhecer o cenário da agricultura urbana municipal;
- Divulgar os projetos municipais sobre o tema;
- Conhecer e divulgar as características dos setores de produção, consumo e comercialização agrícolas;
- Conhecer e divulgar as espécies cultivadas,

os animais produzidos e os produtos artesanais alimentares e de bebidas produzidos na cidade;

- Conhecer e divulgar as oportunidades de capacitações, prestação de assistência técnica e oferta de financiamentos;
- Elaborar análises sobre oportunidades ligadas aos setores econômico e agrícola no município;
- Contribuir com a elaboração de um diagnóstico de agricultura urbana no município de Fortaleza.

Dentre as visões de futuro do Plano Fortaleza 2040,

## Distrito Criativo de Fortaleza

está a constituição de políticas para que Fortaleza seja uma Cidade Criativa, promovendo ações inovadoras, inteligentes e empreendedoras, buscando conectar-se com as cidades criativas do mundo, reconhecida pela qualidade dos seus bens e serviços criativos, pela competência e competitividade de seus profissionais e pelos princípios da sustentabilidade, inovação, diversidade cultural e inclusão social que fundamentam o modelo da Economia Criativa.

Nas linhas de ação do Plano de Economia Criativa do Fortaleza 2040, está a criação e/ou adaptação de espaços em Distritos Culturais, Inteligentes e Criativos (CIC), que se situam dentro de um bairro ou integram diversos bairros, sendo caracterizados, ora por um processo indutivo de desenvolvimento, ora pela potencialização de vocações locais oriundas dos setores criativos. O Projeto do **Distrito de Economia Criativa**, que abrange os bairros do Centro e Praia de Iracema, busca fomentar neste território

sinergias entre os empreendedores (por meio de *clusters*, *startups*, incubadoras, *coworkings*, e micro e pequenos negócios), residentes e prestadores de serviços públicos, objetivando produzir soluções inovadoras aos problemas do cotidiano de suas populações. Será um espaço também para “vitrinar” os grandes projetos inovadores das gestões municipais e estaduais, assim como da iniciativa privada.

A partir do projeto do Distrito Criativo de Fortaleza, a Prefeitura Municipal de Fortaleza e parceiros da sociedade civil, dentre eles, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará – Fecomércio, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará – Fiec, o Instituto Cultural Iracema – ICI, dentre outros, propuseram a candidatura de Fortaleza para a sua inclusão na Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN), no setor criativo do **Design**.

A Rede Mundial das Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – Unesco foi criada em 2004 tendo como objetivo promover a cooperação entre cidades que identificam a criatividade como fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. A UCCN se subdivide entre os setores: Artesanato e Arte Folclórica; Design; Cinema; Gastronomia; Literatura; Artes Midiáticas; e Música, oportunizando projetos nas seguintes áreas de atuação:

- Compartilhamento de experiências, conhecimentos e melhores práticas desenvolvidas pelas cidades criativas da Rede;
- Pactuação de parcerias e iniciativas entre as cidades membro para implantação de projetos que associam os setores públicos, privados e a sociedade civil relacionados



- ao setor criativo certificado da cidade;
- Realização de programas de intercâmbio e de redes entre profissionais do segmento criativo;
  - Produção de estudos, pesquisas e avaliações sobre as experiências realizadas pelas cidades criativas;
  - Promoção de políticas e medidas que visem ao desenvolvimento urbano sustentável;
  - Realização de atividades de comunicação e conscientização a respeito do segmento criativo da cidade.

Para tanto, as cidades que desejam ingressar a Rede de Cidades Criativas deverão apresentar um dossiê que será submetido para análise da Unesco, onde são necessários a implementação de projetos e atividades necessárias para responder aos requisitos exigidos no processo de certificação. No processo de construção da candidatura de Fortaleza, algumas atividades foram implementadas para contemplar estes requisitos, tais como:

- Criação de Associação dos designers de Fortaleza;
- Realização de evento internacional reunindo outras cidades da UCCN (2ª Jornada Ibero-americana de artesanato, design e moda);
- Criação de equipamento ou serviço de inovação e design a serviço da comunidade (laboratórios comunais de design e inovação cultural);
- Criação de programa ou equipamento de promoção do design (Centro Promotor do design e moda);
- Criação de uma linha de financiamento ao design e inovação;
- Realização de pesquisa de dados e informações para o dossiê;

- Pactuação dos compromissos entre as entidades públicas e privadas;
- Criação do 1º Concurso de Design de produto e de moda.

Cada um desses projetos e atividades correspondem a um item do questionário produzido pela Unesco sobre as ações realizadas ou em realização que demonstram o envolvimento e comprometimento da cidade com uma política de apoio e estímulo ao design, em todas as especificidades.

Em março/2018 ocorreu o *workshop* **Fortaleza Cidade Criativa do Design**, dando lançamento a candidatura para a chancela Unesco Rede de Cidades Criativas. Nos dias 07 e 08 de junho/2018 foi realizado o **1º Seminário Distritos e Cidades Criativas**, em parceria com o Sebrae/CE, FIEC, Secretaria da Cultura do Governo do Estado Ceará – Secult, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretaria do Turismo de Fortaleza – Setfor. Ao final do Seminário, foi entregue o **Plano de Ação Territorial do Distrito Criativo de Fortaleza**, composto por **32 ações** nas áreas de: a) articulação, institucionalização e governança; b) produção de conhecimento sobre economia criativa; c) fomento à economia criativa; d) infraestrutura e desenvolvimento territorial; e) formação para as competências criativas; e f) pesquisa, desenvolvimento e inovação de equipamentos criativos. Atualmente este Plano está se readequando, de acordo com os Planos Novo Centro e Praia de Iracema, além da constituição na Adece da **Câmara Setorial da Economia Criativa**. Em paralelo, foi formado através de portaria municipal, o **Grupo de Trabalho** composto pelos órgãos Iplanfor, Cerif, Secultfor, SDE e Citinova, além da parceria do Sebrae/CE e do Instituto Iracema, para a execução das ações relacionadas a candidatura Unesco

Fortaleza Cidade Criativa do Design. Em novembro/2018 ocorreu a **2ª Jornada Ibero-americana de Design e do Artesanato**, onde foram confeccionados dois documentos: a) Carta de Fortaleza do Design e do Artesanato; b) Referendum à Candidatura Fortaleza Cidade Criativa do Design.

Em outubro de 2019 Fortaleza foi uma das duas cidades brasileiras selecionadas que ingressou a Rede Mundial de Cidades Criativas, com mais 66 cidades no mundo, totalizando 246 cidades integrantes da UCCN. Economia Criativa e seus setores podem contribuir de forma sustentável e inclusiva na inserção produtiva da população, através de

projetos estruturantes como o Distrito Criativo de Fortaleza, que integra o Plano Estratégico Fortaleza 2040. Fortaleza como cidade componente da Rede das Cidades Criativas da Unesco já demonstra frutos anteriores o resultado da seleção, como a reorganização dos designers em sua Associação, assim como os demais projetos que serão implementados através do comprometimento da chancela internacional, dessa forma colaborando para o alcance para metas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, assim como contribuindo para a redução da desigualdade social em Fortaleza.

**Figura 23 - Perímetro do Distrito Criativo de Fortaleza**





---

## GOVERNANÇA MUNICIPAL



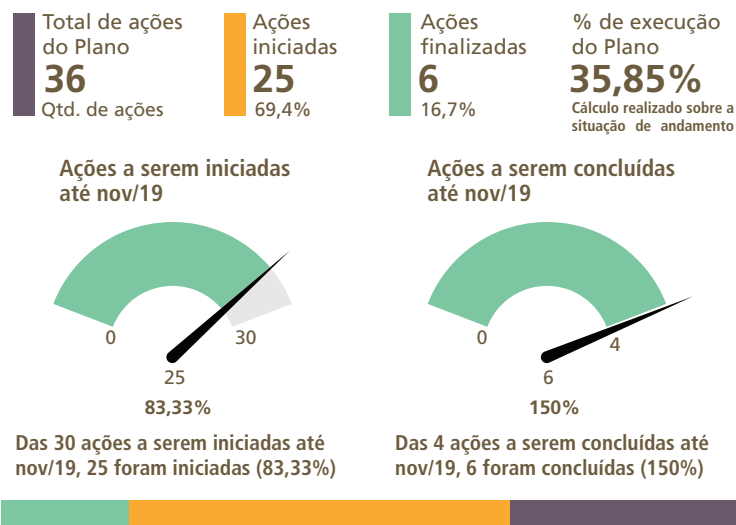


A governança municipal, entendida como a capacidade de os governos, a sociedade e as comunidades planejarem e executarem políticas, programas e projetos de forma eficiente (com o menor custo), eficaz (máxima implementação das medidas e política definida) e efetiva (alcance dos resultados finalísticos da realidade) constitui um componente central para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento. Este eixo, desdobrado em dois objetivos estratégicos, é o que assegura a execução dos outros eixos estratégicos e os seus resultados no desenvolvimento da cidade.

Os objetivos estratégicos deste eixo se operacionalizam por meio da implementação integrada e complementar dos seguintes planos de ação:

- Plano de Desenvolvimento da Gestão Pública Municipal - (GV)
- Plano de Participação e Controle Social na Gestão Pública Municipal - (GP).

# Plano de Participação e Controle Social na Gestão Pública



## OBJETIVO

Envolver a sociedade na elaboração e na cogestão legítima de políticas públicas e ações interventivas para o desenvolvimento social, econômico, urbano e ambiental da Cidade, tornando-a mais justa, equilibrada e democrática.

## CÂMARA SETORIAL

### GOVERNANÇA

ÓRGÃO GESTOR - Sepog

DEMAIS ÓRGÃOS - IPM, Iplanfor, CGM, PGM, Sefin, Citinova, Segov, Coareg.

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Realização de estudo para definição de arranjo institucional para garantir a governança municipal (participativa e deliberativa). - **GP.1.1**
- Elaboração de minuta, promoção de ampla discussão e aprovação da Lei da Política Municipal de Participação e Controle Social e do Sistema Municipal de Participação e Controle Social. - **GP.1.2**
- Criação de um Sistema de Gerenciamento Unificado de relacionamento com o cidadão (fluxo de demandas, retorno de informações, coleta de opiniões/avaliações etc.). - **GP.1.6**
- Realização de estudo sobre a atuação dos conselhos e demais instâncias de participação e controle social nos níveis local, territorial e municipal, visando identificar dificuldades, sobreposições de atribuições, composição e indicando estratégias de fortalecimento da governança, especialmente no nível territorial. - **GP.2.1**
- Implantação das estratégias de fortalecimento da governança municipal recomendadas no estudo. - **GP.2.2**
- Criação de instâncias de participação e integração da gestão adequadas à nova delimitação territorial estabelecida para gestão municipal. - **GP.2.6**
- Criação de instância de articulação e integração das políticas públicas setoriais na gestão municipal. - **GP.2.7**
- Definição e implementação de agendas territoriais visando integrar ações setoriais e temáti-

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

cas a serem desenvolvidas em cada território. - **GP.2.11**

- Suporte técnico, financeiro e logístico aos conselhos, fórum e demais canais de participação para o desenvolvimento pleno de suas atividades. - **GP.2.12**

- Espaço para funcionamento dos conselhos, capacitação, realização de eventos, encontros - Casa dos Conselhos. - **GP.2.13**

- Programa de capacitação dos conselheiros e agentes de cidadania nos níveis local, territorial e municipal visando à formação e à atualização em temas relevantes para o exercício da cidadania ativa. - **GP.3.2**

- Produção de Cadernos de Formação, material educativo específico sobre o exercício da cidadania: Direitos à Cidade, Funcionamento dos Conselhos, Participação Popular,

- Controle Social, Planejamento e Orçamento, Meio Ambiente, entre outros. - **GP.3.4**

- Criação de canais de comunicação pública, diálogo e mediação que legitime e dê visibilidade às decisões coletivas (Deliberações dos Conselhos, das Conferências, das Consultas Públicas, das mesas de negociação, entre outros). - **GP.4.1**

- Realização de campanhas educativas voltadas para a sociedade em geral visando à conscientização sobre o direito à cidade e sua corresponsabilidade para torná-la mais justa, sustentável e igualitária. - **GP.4.2**

- Produção de material impresso e digital com informações territorializadas, com linguagem acessível para transmitir de forma clara à população as ações, as intervenções e os projetos a serem implantados e em implantação contemplados no Plano Plurianual e nos Orçamentos Anuais do município e Fortaleza. - **GP.4.3**

- Elaboração de diagnóstico sobre as mídias e os canais de comunicação de iniciativa popular, existentes nos diferentes territórios da cidade e elaboração de proposta de programa de fortalecimento e incentivo às novas iniciativas de comunicação popular.

- **GP.4.6**

- Implementação do Programa de Comunicação Popular, de fortalecimento das diferentes formas e meios de comunicação desenvolvidos pela sociedade (rádios comunitárias, jornais, boletins, mídia digital, entre outros). - **GP.4.7**

- Realização de seminários, exposição e debates públicos acerca de projetos estratégicos, obras e intervenções de médio e grande impacto por meio de decreto municipal.

- **GP.4.8**

- Realização de estudo para definição de arranjo institucional para garantir a governança municipal (participativa e deliberativa).

## AÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL RELACIONADAS COM O PLANO

- Realização de estudo sobre a atuação dos conselhos e demais instâncias de participação e controle social nos níveis local, territorial e municipal, visando identificar dificuldades, sobreposições de atribuições, composição e indicando estratégias de fortalecimento da governança, especialmente no nível territorial.

- Criação de instâncias de participação e integração da gestão adequadas à nova delimitação territorial estabelecida para gestão municipal – 36 Fóruns territoriais em funcionamento de um total de 39 esperados.

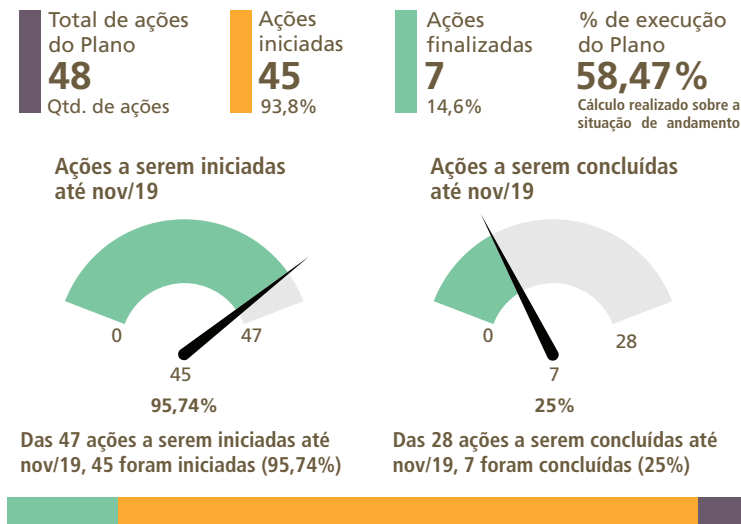
---

**AÇÕES DA  
GESTÃO  
MUNICIPAL  
RELACIONADAS  
COM O PLANO**

- Definição e implementação de agendas territoriais visando integrar ações setoriais e temáticas a serem desenvolvidas em cada território – 29 agendas territoriais elaboradas e publicadas de um total de 39 esperadas. 7 em elaboração.
- Realização de estudo de impacto orçamentário/financeiro e de funcionamento dos Fundos Municipais.
- Levantamento de espaços físicos institucionais para alocação de Conselhos de Políticas Públicas sem estrutura funcional.
- Realização de processos formativos com Agentes de Cidadania em 06 Regionais e 01 Seminário Temático com 32 Conselhos Municipais de Políticas Públicas.
- Realização de estudo para elaboração de 03 Cadernos de Formação em relação aos seus conteúdos programáticos, definição das temáticas dos 03 primeiros Cadernos – Tema 01: Funcionamento dos Conselhos, Tema 02: Participação Popular, Tema 03: Controle Social.
- Foi aplicado questionário aos Agentes de Cidadania e Controle Social de Fortaleza sobre o consumo dos canais de comunicação existentes na Prefeitura de Fortaleza, para estudo sobre a Implantação do Plano de Comunicação.
- Realização de 10 campanhas educativas voltadas para a sociedade em geral visando à conscientização sobre o direito à cidade e sua corresponsabilidade para torná-la mais justa, sustentável e igualitária.
- Estudo realizado por meio das reuniões entre os Agentes de Cidadania e Controle Social de Fortaleza e Lideranças Comunitárias para mapeamento dos meios de comunicação desenvolvidos pelas comunidades.
- Levantamento dos meios de comunicação já desenvolvidos pela sociedade e em pleno funcionamento e elaboração de questionário para estudo sobre a implementação do Programa.
- Organização de debates com a sociedade civil sobre projetos estratégicos (Programa Mais Ação, Fortaleza 2040, Plano Diretor etc).



## Plano de Desenvolvimento da Gestão Pública Municipal



### OBJETIVO

Contribuir para uma gestão pública participativa e eficiente.

### CÂMARA SETORIAL

#### GOVERNANÇA

ÓRGÃO GESTOR - Sepog

DEMAIS ÓRGÃOS - IPM; Iplanfor; CGM, PGM, Sefin; Citinova; Segov; Coareg.

### PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Definição e institucionalização do Sistema de Planejamento Municipal, especificando tipologias de planos (Planos Estratégicos, Planos de Governo, Planos Setoriais, Planos Diretores, Agendas Territoriais), escopo por tipo de plano, relação hierárquica entre planos e vigências, processos de participação, pactuação e revisão, penalidades da não aplicação. - **GV.1.1**
- Revisão dos marcos legais relacionados, em que se inclui também a atualização dos Planos Municipais existentes. - **GV.1.2**
- Identificação de perfil profissional para servidor integrar a rede de planejamento, identificação de órgãos e entidades com, pelo menos, dois servidores de carreira com perfil adequado para compor a rede de planejamento e contratação por concurso público de quadro complementar. - **GV.2.2**
- Plano de Capacitação elaborado e implementado. - **GV.2.3**
- Institucionalização da Rede. - **GV.2.4**
- Definição e aprovação de uma política de informação, geração e difusão de conhecimento. - **GV.3.1**
- Implementação das Salas Situacionais Setoriais e Sistemas de Informações Gerenciais. - **GV.3.3**
- Desenvolvimento e Gestão de Mapa Colaborativo integrado, com definição de responsabilidades e fluxos. - **GV.3.8**
- Desenvolvimento de Plataforma de Serviços com acesso web. - **GV.3.10**

---

## PRINCIPAIS AÇÕES INICIADAS

- Desenvolvimento do novo modelo de divisão (Regionais) de forma participativa, com uma população de no máximo 250 mil a 300 mil pessoas em cada Regional, e debate com a população sobre a melhor proposta de participação social para gestão e controle social dos territórios, apresentando de antemão as competências de cada Secretaria Executiva Regional durante os fóruns de participação. - **GV.4.1**
- Pactuação e institucionalização do novo modelo. - **GV.4.2**
- Estruturação dos Fóruns Territoriais de forma alinhada com a nova divisão regional. - **GV.4.5**
- Desenvolvimento e validação das Agendas Territoriais junto aos Fóruns. – **GV.4.6.**
- Finalização e atualização do cadastro multifinalitário. - **GV.5.1**
- Desenvolvimento de estudo, diagnóstico e análise de alternativas para melhoria da arrecadação municipal. - **GV.5.2**
- Aprofundamento de diagnóstico sobre crescimento do déficit da Previdência Municipal. - **GV.6.1**
- Realização de estudos de alternativas para sanar déficit e respectivos cálculos atuariais. - **GV.6.2**
- Elaboração e implantação do plano de equalização do Sistema Próprio da Previdência Municipal. - **GV.6.4**
- Elaboração de análise e proposta para alinhamento da estrutura organizacional e quadro funcional às demandas do Plano Fortaleza 2040, avaliando cada demanda apresentada nos diversos Planos Estratégicos. - **GV.7.1**
- Realização dos ajustes necessários na estrutura administrativa para implementação do Fortaleza 2040 e conclusão da reforma administrativa iniciada em 2014. - **GV.7.2**
- Institucionalização dos planos estratégicos de cada política pública que integra o Fortaleza 2040. - **GV.9.3**
- Promoção do processo participativo de revisão do Plano Diretor e Luos, tendo por referência o Plano Mestre Urbanístico. - **GV.9.4**
- Alinhamento dos Planos Municipais (setoriais) existentes ao Plano Fortaleza 2040 e institucionalização. - **GV.9.5**
- Criação do Plano de Carreira específico para o Iplanfor e contratação de quadro técnico complementar de servidores para o Iplanfor, a fim de compor Escritório de Gestão de Projetos e Núcleos de Gestão de Projetos que servirá às Câmaras Setoriais. - **GV.9.6**
- Elaboração de TR e contratação de consultoria técnica em gestão de projetos para capacitar equipe do Iplanfor e demais secretarias incumbidas da articulação das Câmaras Setoriais e da gestão de projetos estratégicos do Plano Fortaleza 2040. - **GV.9.7**
- Realização de seminário para apresentação detalhada do Plano do Fortaleza 2040 em cada órgão que ficará à frente da articulação de cada Câmara Setorial, bem como aos futuros integrantes da referida Câmara. - **GV.9.8**
- Implementação de escritório de projetos e núcleos de gestão de projetos nas Câmaras Setoriais que farão a gestão dos planos do Fortaleza 2040. - **GV.9.9**
- Articulação da implantação do Observatório da Cidade como instância promotora do acompanhamento, do aprimoramento e do monitoramento do Fortaleza 2040 – Gestão do planejamento de longo prazo. - **GV.9.10**

## Implantação do Sistema de Governança da Cidade no Plano Fortaleza 2040

Após ser oficialmente entregue à sociedade cearense, em concorrida cerimônia na noite de 16 de dezembro de 2016, o Plano teve como primeiro desafio estruturar o sistema de governança proposto para sua implementação.

O Sistema de Governança proposto para o Fortaleza 2040 é composto por um conjunto dimensional que agrega componentes de fortalecimento institucional, aperfeiçoamento dos normativos legais e desenvolvimento da participação, com destaque para o fortalecimento da governança territorial na Cidade. Está descrito no Volume 8 do Plano Fortaleza 2040 e sintetizado na Volume 1. Na sua implementação vem passando por aperfeiçoamento na sua concepção original, notadamente no que diz respeito ao papel das instâncias concebidas.

Nos três primeiros anos de implementação, o Sistema de Governança do Plano avançou na criação e na implantação de suas instâncias propostas, a exemplo das Câmaras Setoriais e dos Fóruns Territoriais. Também se verificaram avanços na definição mais clara de papéis, a exemplo do Observatório de Governança e na instituição de ferramentas, como: o Sistema de Acompanhamento do Plano Fortaleza 2040; a elaboração de Agendas Territoriais; a consolidação de informações sobre a cidade, a exemplo da definição de uma cartografia comum ao planejamento urbano; a disponibilização de sites com informações sobre a cidade; e a proposta de uma nova gestão territorial para a cidade de Fortaleza.

Tais avanços são decorrentes do esforço de uma ação interna articulada entre as divisões existentes na estrutura do Iplanfor e deste com dezenas de órgãos da gestão pública, municipal e estadual, e com o setor privado e a sociedade civil.

### GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

A gestão que se iniciou em 2017 na cidade de Fortaleza, logo após o lançamento do Plano, mesmo sendo uma continuação política da anterior, trouxe muitas mudanças nos gestores dos órgãos, o que demandou uma estratégia de envolvimento das novas equipes a partir de uma apresentação do Plano Fortaleza 2040 nos diversos órgãos, dando início à ação GV.9.8, que orienta para a ação de:

**GV.9.8** – Realizar seminário para apresentação detalhada do Plano Fortaleza 2040 em cada órgão que ficará à frente da articulação de cada Câmara Setorial, bem como aos futuros integrantes da referida Câmara.

No desenvolvimento dessa ação, coube ao superintendente do Iplanfor visitar 18 órgãos da gestão municipal apresentando o Plano Fortaleza 2040 às equipes gestoras e, em alguns casos, a todo o corpo técnico do órgão.

Em paralelo a essa rodada de engajamento, coube à Diretoria de Planejamento, em estreita articulação com a Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog), transpor para a estrutura do Plano Plurianual – PPA 2018-2011 a orientação das ações pelos eixos temáticos do Fortaleza 2040.

**Figura 24 – Distribuição Percentual dos Recursos por Eixos no PPA 2018-2021**

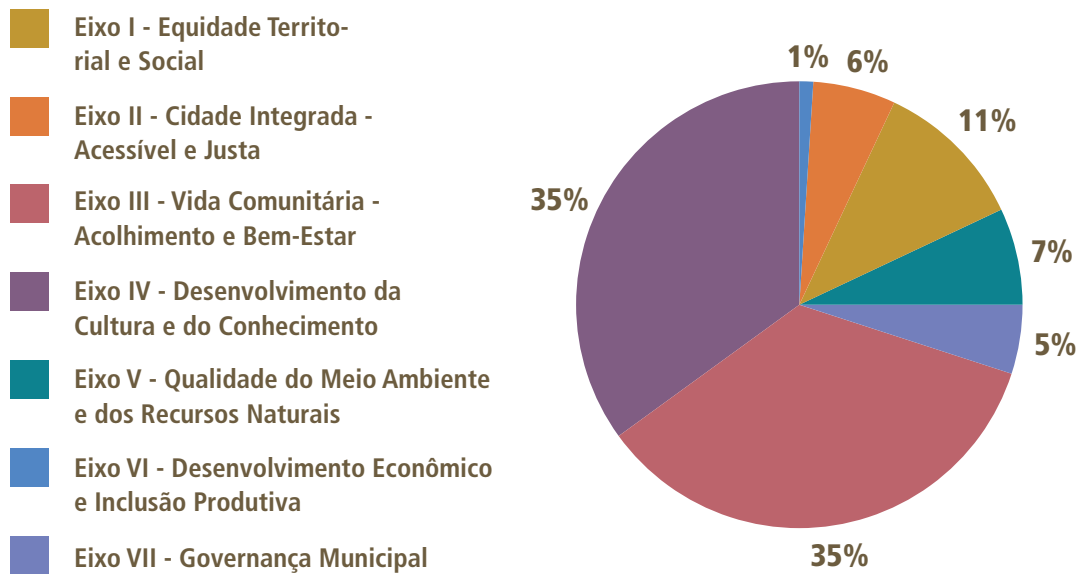


Tabela 3 – Resumo do Orçamento 2018-2021 orientado pelo Plano Fortaleza 2040

EIXO / RESULTADO ESTRATÉGICO	2018 - 2021	(%)
<b>Eixo I – Equidade Territorial e Social</b>	<b>R\$ 2.320.857.034</b>	<b>11,00</b>
Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa – Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana	R\$ 2.320.857.034	
<b>Eixo II – Cidade Integrada, Acessível e Justa</b>	<b>R\$ 1.238.642.134</b>	<b>6,00</b>
Fortaleza da Mobilidade – Melhoria da forma e acessibilidade urbana	R\$ 1.238.642.134	
<b>Eixo III – Vida Comunitária – Acolhimento e Bem-Estar</b>	<b>R\$ 7.137.373.658</b>	<b>35,00</b>
Fortaleza da Juventude – Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social	R\$ 86.563.190	
Fortaleza Saudável – Melhoria da saúde da população	R\$ 6.660.599.690	
Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa – Comunidade acolhedora, inclusiva – com valorização e respeito à diversidade	R\$ 390.210.778	
<b>Eixo IV – Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento</b>	<b>R\$ 7.137.329.918</b>	<b>35,00</b>
Fortaleza do Conhecimento – População com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais	R\$ 7.137.329.918	
<b>Eixo V – Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais</b>	<b>R\$ 1.390.761.655</b>	<b>7,00</b>
Fortaleza Sustentável – Recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada	R\$ 1.390.761.655	
<b>Eixo VI – Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva</b>	<b>R\$ 301.188.264</b>	<b>1,00</b>
Fortaleza Produtiva e Inovadora – Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado	R\$ 301.188.264	
<b>Eixo VII – Governança Municipal</b>	<b>R\$ 1.057.073.058</b>	<b>5,00</b>
Fortaleza Planejada e Participativa – Gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco no acolhimento, equilíbrio fiscal e transparência	R\$ 1.057.073.058	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 20.583.225.721</b>	<b>100,00</b>

## ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS SETORIAIS

O passo seguinte à sensibilização interna foi a criação e a implantação de 15 Câmaras Setoriais, formadas por órgãos da administração municipal e estadual, coordenadas por um órgão municipal e com a função principal de articular as instituições executoras das ações propostas pelo Plano Fortaleza 2040.

Cada uma das 15 Câmaras inicialmente criadas ficou com a responsabilidade de articular os órgãos envolvidos na execução de um ou mais planos, conforme explicitado no Quadro 1.

**Tabela 4 - Estruturação das Câmaras Setoriais**

CÂMARAS SETORIAIS	PLANOS ACOMPANHADOS	COORDENAÇÃO
Habitação Social e Regularização Fundiária	Plano de Habitação de Interesse Social (Plhis) Plano de Regularização Fundiária	Habitafor
Inclusão Produtiva	Plano de Inclusão Produtiva	SDE
Segurança Cidadã	Plano de Cultura de Paz e Segurança Cidadã	Sesec
Desenvolvimento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente	Plano Mestre Urbanístico Plano de Mobilidade Plano de Meio Ambiente	Seuma
Assistência Social e Segurança Alimentar	Plano de Assistência Social Plano de Segurança Alimentar	SDHDS
Saúde	Plano de Saúde	SMS
Esporte e Lazer	Plano de Esporte e Lazer	Secel

CÂMARAS SETORIAIS	PLANOS ACOMPANHADOS	COORDENAÇÃO
Direitos Humanos	Plano da Criança e do Adolescente Plano da Juventude Plano da Pessoa Idosa Plano dos Direitos da Mulher Plano dos Direitos LGBT Plano da Igualdade Racial Plano da Pessoa com Deficiência	SDHDS
Educação	Plano da Educação	SME
Cultura e Patrimônio	Plano da Cultura e Patrimônio	Secultfor
Saneamento, Energia e Segurança Hídrica	Plano de Saneamento (Linha de ação MA.7) Plano de Energia Plano de Segurança Hídrica	SCSP
Desenvolvimento Econômico	Plano de Agricultura Urbana Plano de Economia Criativa Plano de Economia do Mar Plano de Confeções Plano de Construção Civil Plano de Novas Indústrias e Serviços Criativos	SDE
Turismo e Lazer	Plano de Turismo de Lazer	Setfor
Ciências e Tecnologia	Plano de CTI Plano de TIC	Citinova
Governança Municipal	Plano de Desenvolvimento da Gestão Pública Plano de Participação e Controle Social	Sepog

As Câmaras, desde setembro de 2017, vêm se reunindo dentro de uma periodicidade ajustada ao planejamento interno de cada uma delas, sendo acompanhadas pelo lplanfor por meio de articuladores em cada uma e por meio de duas reuniões anuais entre suas coordenações.

Coube às Câmaras, no primeiro semestre de funcionamento, realizar uma apropriação dos planos sob sua responsabilidade, identificando as ações que possuíam recursos assegurados nos instrumentos de gestão orçamentária – PPA, LOA e Mapp –, priorizando as ações para a gestão 2017-2020 e atualizando o estágio de implementação dos planos citando as ações já iniciadas, em andamento e/ou finalizadas.

O resultado das atividades das Câmaras, em 2017, foi organizado no Plano Fortaleza 2040 – Ano 1, cujos resultados estão publicados no sítio eletrônico do Plano Fortaleza 2040:

[https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/relatorio\\_de\\_acompanhamento\\_da\\_execucao.pdf](https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/relatorio_de_acompanhamento_da_execucao.pdf)

As atribuições das Câmaras, o seu papel na estrutura de governança e as orientações para o seu funcionamento foram amadurecidos nos primeiros meses após sua criação e consolidadas em uma “Orientação para as Câmaras Setoriais do Plano Fortaleza 2040”, também disponível no sítio eletrônico do Fortaleza 2040.

No segundo ano de funcionamento, em março de 2018, foi realizado um Seminário de Consolidação das Câmaras Setoriais, no qual foi apresentado um sistema de acompanhamento da execução do Plano Fortaleza 2040 – Siga 2040 e pactuado com as

Câmaras um conjunto de ações comuns, além da utilização do sistema proposto, a saber:

- Elaboração de um conjunto de indicadores para o acompanhamento dos Planos pelas Câmaras Setoriais;
- Extração das diretrizes e das estratégias de cada plano para institucionalização via Plano Diretor;
- Revisão de ações, metas e prazos propostos em cada um dos planos.

## **O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO – SIGA 2040**

O Siga 2040 foi concebido para possibilitar o acompanhamento do andamento do Plano Fortaleza 2040, por meio das Câmaras Setoriais, de forma padronizada e automatizada.

Esse sistema pode ser acessado por meio de navegador Web, tornando-o, assim, independente de sistema operacional e navegador, além de não precisar ser instalado na máquina dos usuários.

Todos os coordenadores de Câmaras e/ou pessoas por eles designados foram capacitados na utilização do Siga 2040, que vem passando por atualizações permanentes voltadas à melhoria do seu funcionamento.

Também foi elaborado um manual que tem como objetivo explicar as regras de negócio e de utilização do sistema de acompanhamento do Fortaleza 2040, por meio da descrição do conjunto de suas funcionalidades disponíveis no sistema.

O manual está disponível na página inicial do Siga 2040, abaixo do seu menu geral.



No ano de 2019, as Câmaras mantiveram suas atividades no acompanhamento e na articulação para implementação dos Planos e alguns avanços estruturais se deram, a exemplo da criação do **Comitê de Energia de Fortaleza**, formado por órgãos do setor energético privado e de outras esferas de governo e a participação ativa das Câmaras na elaboração das Agendas Territoriais.

Algumas Câmaras também avançaram na sua estruturação, a exemplo da Câmara de Governança, que realizou o seu planejamento estratégico e vem avançando consideravelmente na implementação dos planos do Eixo de Governança. Resultados semelhantes têm as Câmaras já estruturadas, a exemplo da Câmara de Educação, cujo Plano vem apresentando resultados extraordinários na evolução dos indicadores educacionais da Cidade.

Outras Câmaras tiveram queda no seu funcionamento por razões ainda não avaliadas, como a Câmara de Desenvolvimento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, o que aponta necessidade de avaliação mais detalhada de seu funcionamento e proposição na sua reformulação. O mesmo deve se dar com relação à Câmara de Direitos Humanos.

Outro avanço vem sendo a reformulação nos dois Planos inconclusos por ocasião da entrega do Plano: o Plano de Saúde e o de Segurança Alimentar, este último já finalizado, e o primeiro em fase de finalização.

## A GOVERNANÇA TERRITORIAL

O Sistema de Governança do Plano Fortaleza 2040 concebe, na sua proposição inicial, um sistema de governança territorial que permita subsidiar a tomada de decisões e as ações interventivas da mu-

nicipalidade, bem como o controle exercido pelos cidadãos.

No seu detalhamento, o Plano de Desenvolvimento da Gestão Pública indica que a municipalidade deve, entre outras ações:

**GV.4.1.** – *Desenvolver um modelo de divisão regional de forma participativa e debater com a população a melhor proposta de participação social para a gestão e controle social dos territórios;*

**GV.4.2.** – *Pactuar e institucionalizar o novo modelo;*

**GV.4.5.** – *Estruturar os Fóruns Territoriais de forma alinhada com a nova divisão regional;*

**GV.4.6.** – *Desenvolver e validar as Agendas Territoriais junto aos Fóruns.*

Orientado pelo Plano de Desenvolvimento da Gestão Pública, componente do Eixo da Governança Municipal do Plano Fortaleza 2040, coube ao Iplanfor, em articulação com as Secretarias Regionais – SR e a Coordenadoria Especial de Participação Social – Ceps, desenvolver uma proposta de governança territorial voltada para uma nova gestão regional de Fortaleza. Nessa proposta foram reunidos componentes das dimensões territoriais, institucionais e da participação social, consolidando um modelo que deverá ser implementado por meio de alteração estrutural do governo municipal.

A governança territorial implica a capacidade que os diversos atores de um determinado território possuem de articular suas potencialidades no desenvolvimento daquele território, em que a gestão pública deve assumir ação protagonista e proativa. Para isso, torna-se necessário identificar com clareza o recorte físico do território, definir as funções

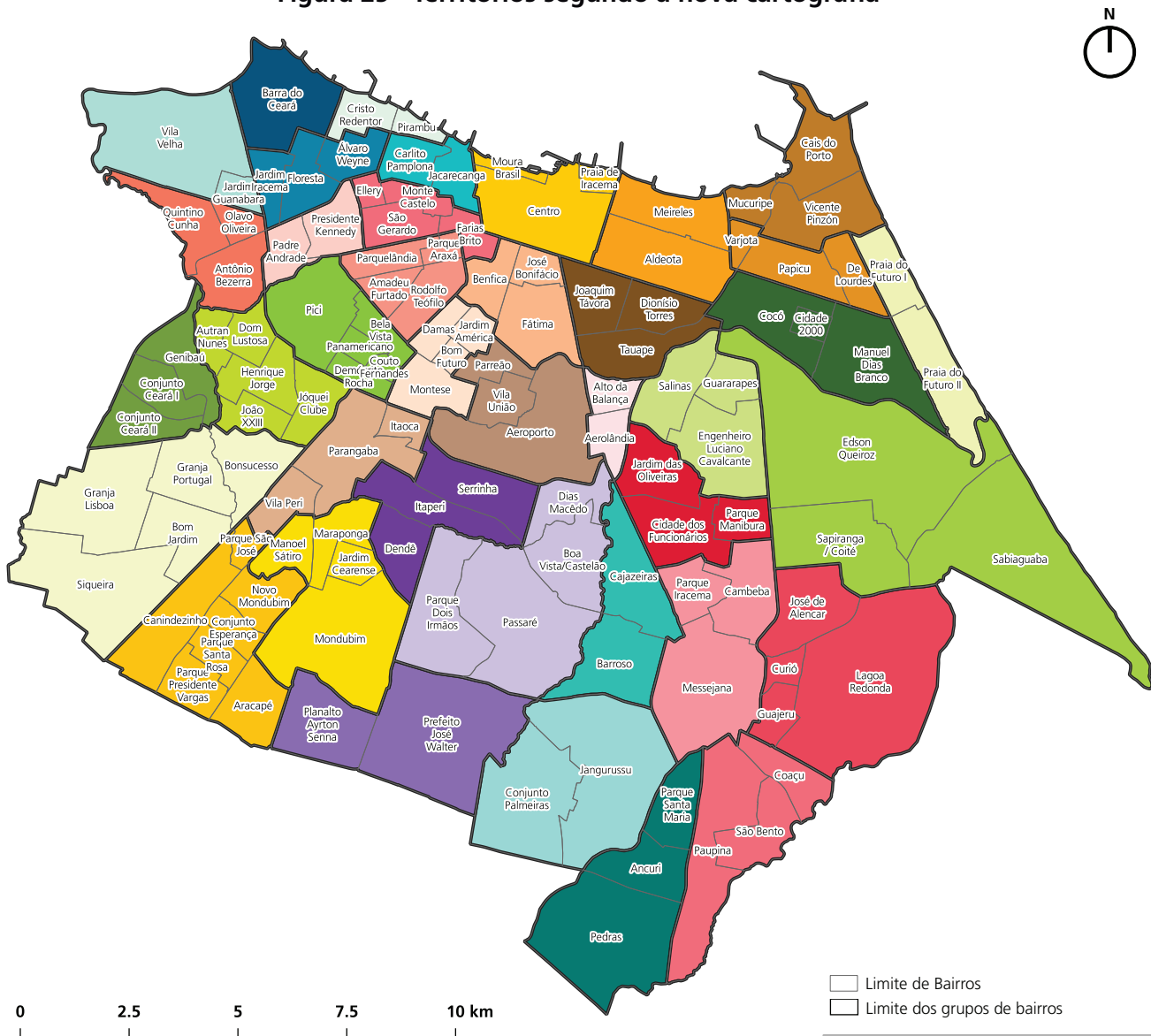
de gestão necessárias e desenvolver extensa articulação entre os componentes territoriais.

Para essas definições, coube ao Iplanfor articular diversos órgãos da gestão municipal para, em estreita colaboração com essas instituições e representações da sociedade civil, elaborar uma proposição de governança territorial definindo 39 unidades de planejamento e sugerindo um modelo de gestão para o conjunto.

A proposta para a definição das unidades territoriais de planejamento agregou os 121 bairros da Cidade em unidades, denominadas "territórios", orientada por critérios de afinidades entre os bairros que possibilitem planejar ações comuns na superação de problemas comuns e no desenvolvimento sustentável.

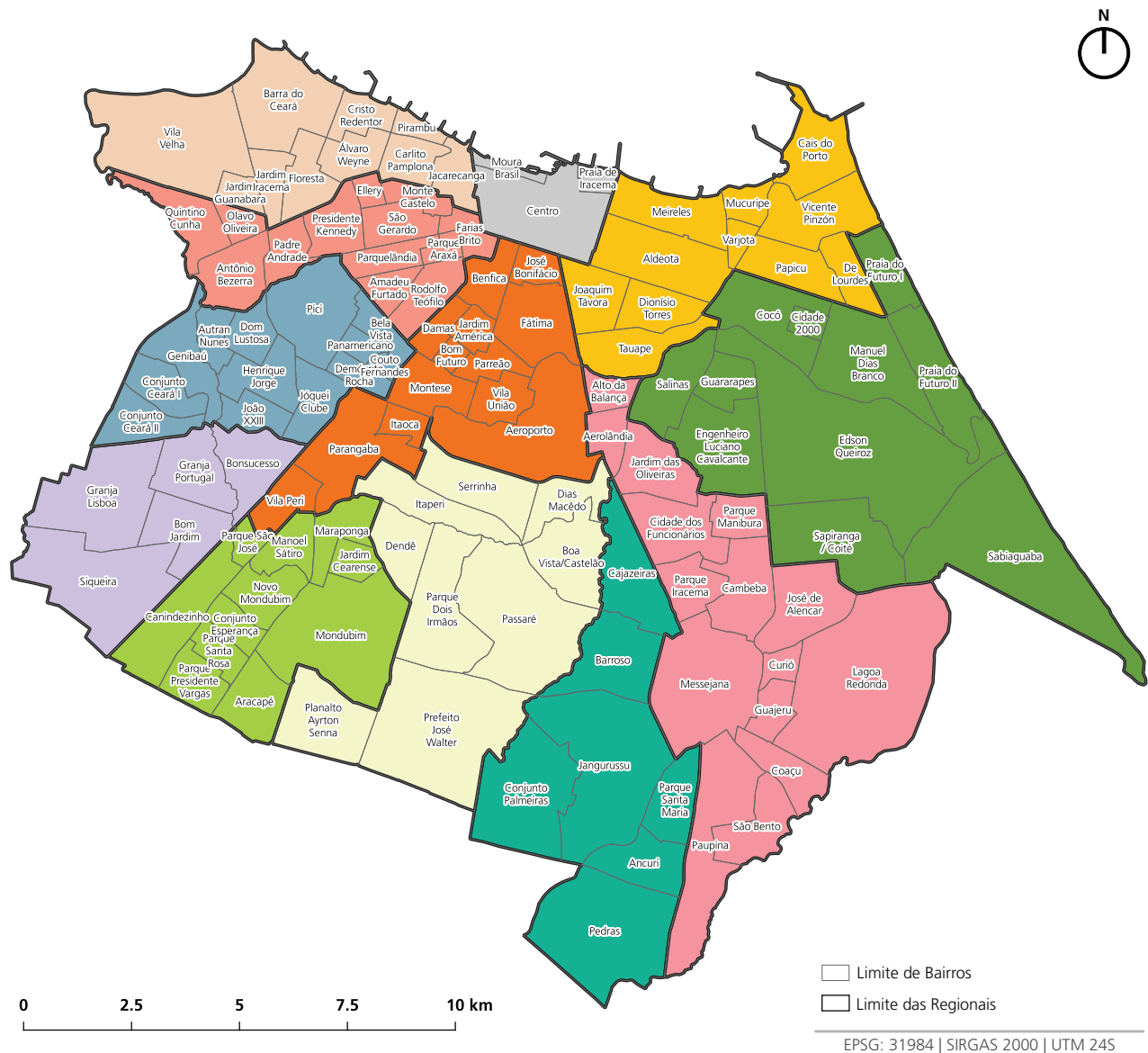
Nesse modelo, três componentes ganham expressão: a unidade de gestão Regional, os Fóruns e as Agendas Territoriais.

**Figura 25 - Territórios segundo a nova cartografia**



Fonte: Iplanfor, 2019.

Figura 26 - Regionais segundo a nova cartografia



Fonte: Iplanfor, 2019.

As unidades de gestão regional propostas estão estruturadas para o exercício de três funções: cuidar dos equipamentos existentes no território, acolher as reivindicações da população e articular soluções para os problemas apresentados e o desenvolvimento sustentável do território. Para tanto, deverão contar com o suporte de uma Secretaria de Gestão Territorial equipada com uma Central de Serviços Compartilhados e com uma Coordenadoria de Participação Social.

Os Fóruns Territoriais, por sua vez, deverão ser as instâncias de diálogo permanente entre a gestão pública e as comunidades em cada um dos 39 territórios propostos, que constituem unidades de planejamento e gestão. Por sua vez, as Agendas Territoriais são pactuações entre o poder público e os fóruns na promoção do desenvolvimento dos territórios.

Os Fóruns farão parte da estrutura administrativa

das Secretarias Regionais e terão a participação das comunidades componentes dos territórios e dos órgãos da gestão pública que ali atuam. Neles serão discutidos os componentes do desenvolvimento territorial e traçadas as estratégias para o seu alcance.

As Agendas Territoriais são pactos entre os Fóruns e as comunidades existentes no território, orientadas pelas ações propostas nos sete eixos estruturantes do Plano Fortaleza 2040. Serão elaborados seguindo três etapas sequenciais:

- Elaboração de um diagnóstico do território pelo Iplanfor, que deverá ser aprofundado nas discussões dos Fóruns identificando suas forças e fraquezas, desafios ao desenvolvimento e ações para isso;
- Análise das proposições pelas Câmaras Setoriais, identificando as possibilidades de ação pelos órgãos componentes a partir dos orçamentos existentes, análise do PPA, prioridades do planejamento de governo dentre outras variáveis;
- Sistematização das demandas/respostas em uma agenda de compromissos e acompanhamento da sua execução pelos Fóruns e pelas Câmaras Setoriais.

Durante o ano de 2018, a partir de articulação na Câmara de Governança, foi formado um grupo de trabalho reunindo Iplanfor, Coordenadoria das Regionais – Coareg e Coordenadoria de Participação Social – Ceps, para dar início às discussões necessárias ao desenvolvimento da proposta de governança territorial.

Foi realizada, inicialmente, uma oficina com as equipes gestoras regionais, seguida de um seminário sobre governança territorial, em que a metodologia foi validada e os critérios para as definições foram identificados. A partir daí, foram realizados 7 Fóruns Regionais, 69 reuniões com grupos de bairros, 7 oficinas regionais e uma oficina municipal, na qual a proposta de divisão territorial foi aprovada e se iniciou a estruturação dos Fóruns Territoriais.

Entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, foram estruturados 31 Fóruns e, a partir de uma oficina de capacitação realizada em fevereiro de 2019, a elaboração das agendas territoriais foi iniciada.

Entre março e abril, foram realizadas 95 reuniões nos territórios elaborando propostas de agendas para 29 dos 39 territórios propostos. As agendas foram analisadas pelas Câmaras Setoriais e entregues à população em cerimônia oficial no dia 14 de agosto, com a presença do Prefeito Municipal, do Governador do Estado, do Reitor da Universidade Federal do Ceará e do Superintendente do Iplanfor. Em paralelo a essa construção, o grupo de trabalho formado por Iplanfor, Coareg e Sepog detalhou um Projeto de Lei para alteração na estrutura da administração municipal voltada para a implementação da governança territorial proposta.

## **GOVERNANÇA PARTICIPATIVA**

Outra dimensão da governança pública prevista no sistema concebido é a participação e o controle social, reconhecendo tais processos como o envolvimento da cidade na discussão sobre os temas gerais da cidade e monitorando o desenvolvimento das políticas públicas.

Tabela 5 - Resumo do Processo de Participação

Período	Passo	Produtos e Resultados
Fevereiro - Março	1 – Definição de Metodologia Conjunta com Secretarias Regionais	3 reuniões realizadas; 1 proposta metodológica elaborada.
Abril	2 – Realização de Seminário sobre Governança Territorial	1 seminário realizado; Critérios para territorialização definidos; 123 participantes.
Maió - Junho	3 – Realização de 7 Fóruns Regionais para Mobilização da População	7 fóruns realizados; 827 participantes.
Junho - Julho	4 – Discussão em 69 Grupos de Bairros	Elaboração de 69 propostas; 981 participantes.
Agosto - Setembro	5 – Realização de 7 Oficinas Regionais	Definição de 39 territórios; 270 participantes.
Outubro	6 – Sistematização de uma Proposta Técnica	Proposta elaborada.
Novembro	7 – Oficina Municipal de Validação e Formação dos Fóruns	Proposta apreciada e validada; Formação de 30 Fóruns; 112 participantes.
Dezembro/2018 – Abril/2019	8 – Elaboração das Pré-Agendas	29 Pré-agendas; 96 reuniões; 1560 participantes.
Maió/2019 – Julho/2019	9 – Definição dos Compromissos e Elaboração das Agendas	Agendas elaboradas.

Fonte: Iplanfor, 2019.

O Município possui um conjunto considerável de instâncias participativas que variam da esfera setorial mais ampla, os conselhos de políticas públicas incumbidos legalmente de acompanhar um leque variado de políticas, à escala mais específica: conselhos gestores de equipamentos; conselhos gestores de Zonas Especiais de Interesse Social – Zeis. Além desses, agregam-se os Fóruns Territoriais propostos pelo sistema de governança do Plano Fortaleza 2040 e incorporados ao modelo de governança territorial desenvolvido.

Entretanto, essa constelação de instâncias participativas não está estruturada em um sistema de participação formal, reconhecido por toda a administração pública e pelos cidadãos e com capacida-

de deliberativa em todas as fases de formulação, regulamentação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, seus objetivos e metas.

Nessa estruturação também se faz necessário o desenvolvimento de um sistema de comunicação e informação com canais de comunicação, expressão, diálogo e mediação que legitimem as decisões e ações no Plano por meio do funcionamento dos canais já existentes.

A construção de nenhum desses sistemas avançou no período deste relatório. Entretanto, o Iplanfor elaborou um Plano de Comunicação, Difusão e Engajamento voltado para sensibilizar pessoas e insti-

tuições da Cidade na “guarda” do Plano Fortaleza 2040, assegurando-lhe presença nas gestões municipais que virão.

## GOVERNANÇA LEGAL

A dimensão legal da governança pública pressupõe a necessidade de que os instrumentos de interlocução com a sociedade sejam regulamentados e incorporados pelo sistema jurídico do Município. Para que a promoção e a efetividade do Plano se dê, é necessário que o sistema jurídico municipal incorpore formalmente o sistema de governança sugerido.

O que se propõe para isso é que:

- As instâncias de gestão, acompanhamento e controle do Plano sejam regulamentadas, com definições objetivas sobre suas funções;
- O Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade sejam norteadores da elaboração do Plano Diretor do Município, bem como os demais planos setoriais que contribuem para a política urbana da Cidade;
- A estruturação e a regulamentação de um sistema de planejamento municipal definindo os tipos de plano, escopos mínimos, relações interplanos, temporalidades e hierarquias;
- A formalização dos sistemas de participação e comunicação propostos na dimensão participativa.

No período deste relatório encontra-se em elaboração uma proposição para o sistema de planejamento e já elaborada uma minuta para a institucionalização do sistema de governança.

Também já foi dado início ao processo de atualização do Plano Diretor da Cidade, estando na fase de constituição do Núcleo Gestor do processo.

## CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Não obstante os avanços verificados ao longo desses três anos de implementação no sistema de governança, alguns componentes deverão merecer atenção especial dentro de um curto prazo:

- **Institucionalização do sistema de governança** por meio de lei e respectiva regulamentação, assegurando a existência legal das instâncias constituídas (Câmaras Setoriais e Fóruns Territoriais) e a constituir (Conselho do Fortaleza 2040), suas atribuições e funções e outras definições.
- **Fortalecimento das instâncias implantadas** por meio do seu acompanhamento regular e permanente dinamização, publicidade de seus avanços e aperfeiçoamento nas suas práticas.
- **Fortalecimento do Iplanfor** como órgão coordenador do sistema de governança por meio da complementação do seu quadro técnico que permita a implantação do escritório de projetos e de uma equipe de articulação e acompanhamento das instâncias.
- **Implementação do Plano de Comunicação, Difusão e Engajamento** como estratégia permanente de envolvimento da cidade na consecução dos objetivos e meta propostos pelo Plano Fortaleza 2040.
- **Publicização do Siga 2040** como estratégia para dar visibilidade aos avanços alcançados na implementação do Plano Fortaleza 2040 de forma massiva, transparente e democrática.

- **Definição e institucionalização do Sistema de Participação e Controle Social** visando assegurar clareza nas diversas esferas de participação e controle social, identificando suas capacidades, atribuições e permitindo aos cidadãos participar da formulação, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas.
- **Definição do Sistema de Planejamento Municipal** identificando as tipologias de planos, suas relações e hierarquias, permitindo maior consistência e coerência na função planejamento da gestão municipal.
- **Participação na atualização do Plano Diretor da Cidade** buscando incluir no seu processo as referências do Plano Fortaleza 2040 e suas diretrizes estratégicas já identificadas no processo participativo desenvolvido para sua elaboração.
- **Implementação do sistema de governança territorial** desenvolvido e proposto na forma de projeto de lei.

